

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL
DOCTORADO EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

TESE DOUTORADO:

**CIDADANIA, INCLUSÃO E TRABALHO: A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DE NIVEL MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL**

DÁCIO LOPES CAMERINO FILHO

Assunción, Paraguay

2018

DÁCIO LOPES CAMERINO FILHO

**CIDADANIA, INCLUSÃO E TRABALHO: A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DE NIVEL MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL**

Tese apresentada a UTIC – Universidad
Tecnológica Intercontinental, como requisito
parcial para obtenção do título de Doctorado em
Ciências de La Educación.

Orientador: DR. RICARDO BENITEZ RAMIREZ

Assunción, Paraguay

2018

Camerino Filho, Dácio Lopes.
Cidadania, inclusão e trabalho: a educação profissional de nível médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL
Camerino Filho, Dácio Lopes – 2018.
133 f.:il.

Orientador: Professor Doutor. Ricardo Benítez Ramírez.
Tese(doutorado) – Universidade Tecnológica Intercontinental. Faculdade de Pós-graduação, 2013.

1. Educação. 2. Educação Profissional. 3. Educação Profissional de Nível Médio. 4. Educação Pública. I. Gonzalez, Hugo Ferreira. II. Universidade Tecnológica Intercontinental. Faculdade de Pós-graduação. III. Título.

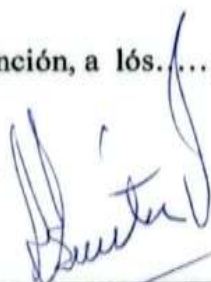
CDD

CONSTANCIA DEL TUTOR

CONSTANCIA DE APROBACIÓN DEL TUTOR

Quien subscribe, Prof, Dr. Ricardo Benítez Ramírez, con documento de Identidad n° 280.934, tutor Del trabajo de investigación titulado **CIDADANIA, INCLUSÃO E TRABALHO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NIVEL MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS – IFAL**, elaborado por el alumno **DÁCIO LOPES CAMERINO FILHO** para obtener el título de Doctorado hace constar que dicho trabajo reúne los requisitos exigidos por La **UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL** y puede ser sometido a evaluación y presentarse ante los docentes que fueren designados para integrar La Mesa Examinadora.

Em la ciudad de Assunción, a lós..... dias, del mês de.....de 2019



Prof. Dr. Ricardo Benítez R.
Psicólogo
Dr. en Ciencias de la Educación

PROF. DR. RICARDO BENITEZ RAMIREZ

DÁCIO LOPES CAMERINO FILHO



**CIDADANIA, INCLUSÃO E TRABALHO: A PERCEPÇÃO DE
PROFESSORES E ALUNOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE
NÍVEL MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências da Educação, na Faculdade de Pós-graduação da Universidade Tecnológica Intercontinental.

Data de aprovação: 30 / 01 /2019

Nome 1º membro
Título
Instituição


Dr. S. Hugo Ferreira González
Rector
Universidad Tecnológica Intercontinental


Nome 2º membro
Título
Instituição

Prof. Anibal Barrios Fretes
Dr. en Ciencias de la Educación
Lic. en Filosofía


Nome 3º membro
Título
Instituição

Prof. Mónica Miehse
Dra. en Ciencias de la Educación

MINISTERIO DE EDUCACION Y CIENCIAS
SECRETARIA GENERAL
DIRECCIÓN DE CERTIFICACION ACADÉMICA
DEPARTAMENTO DE LEGALIZACIONES

CERTIFICO QUE: La firma y sello que dice:

Dr. Hugo Ferreira-G.
Rector / UTIC

Guarde similitud con la registrada en esta oficina
NOTA: Esta legalizacion no juzga el contenido del presente documento

Asunción: 12 JUN 2025


Cecilia Ma. Cecilia Fiore W.
Departamento de Legalizaciones
DCA - MEC



LEGALIZADO - M.E.C.

Departamento de Legalizaciones-MEC
A-L653677



Escaneado con CamScanner



REPÚBLICA DEL PARAGUAY
MINISTERIO DE
RELACIONES EXTERIORES
Hoja de Seguridad Según Decreto N° 606/18
Correspondiente a la SERIE C Nro 02779556

APOSTILLE (Convention de La Haye du 5 octobre 1961)			
1. País (country / pays):		REPÚBLICA DEL PARAGUAY	
El presente documento público (This public document - Le présent acte public)			
2. ha sido firmado por (has been signed by / a été signé par)		CELIA MARIA LETIZIA FIORE WOITSCHACH	
3. quien actúa en calidad de: (acting in the capacity of / agissant en qualité de)		Funcionario/a	
4. y está revestido del sello / timbre de: (bears the seal/stamp of / est revêtu du sceau / timbre)		Ministerio de Educación y Ciencias	
Certificado (Certified - Attesté)			
5. en: (at / à)	ASUNCION	6. el día: (the / le)	12/6/2025 14:16:33
7. por: (by / par)	MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL PARAGUAY Ministry of Foreign Affairs of Paraguay / Ministère des Affaires Étrangères du Paraguay		
8. bajo el número (under the number)	72209/2025	C-2779556	
Sello / timbre (seal / stamp)		CYNTHIA BRAY 10. Firma (signature)	
Tipo de Documento (type of document / type d'acte)		DOCUMENTOS RELACIONADOS A ESTUDIOS - A-L653677	

Esta Apostilla certifica únicamente la autenticidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento haya actuado y, en su caso, la identidad del sello o timbre del que el documento público está revestido. Esta Apostilla no certifica el contenido del documento para el cual se emitió. Esta Apostilla se puede verificar en la dirección siguiente: www.mre.gov.py/legalizaciones.

This Apostille only certifies the authenticity of the signature and the capacity of the person who has signed the public document, and, where appropriate, the identity of the seal or stamp which the public document bears. This Apostille does not certify the content of the document for which it was issued. To verify the issuance of this Apostille, see www.mre.gov.py/legalizaciones.

Cette Apostille atteste uniquement la véracité de la signature, la qualité en laquelle le signataire de l'acte a agi et, le cas échéant, l'identité du sceau ou timbre dont cet acte public est revêtu. Cette Apostille ne certifie pas le contenu de l'acte pour lequel elle a été émise. Cette Apostille peut être vérifiée à l'adresse suivante : www.mre.gov.py/legalizaciones.



Observacion:

Código: 3942482

Nombre del Titular: DAZO LOPES CAMERINO FILHO

Cobrado Por: JUAN C. FERRERIA

Registrado Por: JORGE LUIS NUÑEZ

Fecha Impresión: 12/6/2025

14:16:33 JORGE LUIS NUÑEZ

D.G.T.P. - Dpto. de Valores Fiscales - M.E.F.

CESSÃO DE DIREITO

O abaixo-assinado, DÁCIO LOPES CAMERINO FILHO, RGnº xxxxxxxxxx -SSP/AL, autor do trabalho de pesquisa titulado “CIDADANIA, INCLUSÃO E TRABALHO: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS - IFAL”, declara que voluntariamente cede a título gratuito e em forma pura e simples, ilimitada e irrevogavelmente a favor da Universidade Tecnológica Intercontinental - UTI Codireito de autor de conteúdo patrimonial que como autor lhe corresponde sobre o trabalho de referência. Conforme anteriormente expressado, esta cessão outorga a UTIC a faculdade de comunicar a obra, divulgá-la, publicá-la e reproduzi-la em suporte analógico ou digital Na oportunidade de que ela assim estime conveniente. A UTIC deverá indicar que a autoria ou criação do trabalho de pesquisa corresponde a minha pessoa e deverá indicar o orientador e as pessoas que colaboram com a realização do presente trabalho de pesquisa.

Assunção, 10 de maio de 2018.

DÁCIO LOPES CAMERINO FILHO

DEDICATÓRIA

Aos familiares e parentes.

AGRADECIMIENTO

Aos professores do curso,

Aos professores da banca examinadora,

Aos colegas do curso

E, em especial, ao orientador, Dr. Hugo Ferreira
Gonzalez..

RESUMO

Este trabalho está estruturado a partir da temática da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na educação profissional de nível médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – Ifal. Justifica-se por tratar de tema de interesse público e na discussão da pauta frente as previsões constitucionais vigentes, consagrando o exercício da cidadania, inclusão e na preparação do povo brasileiro para a vida e para o trabalho, base da Educação Profissional de nível médio. Objetiva identificar as propostas do IFAL para o desenvolvimento da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional de Nível Médio, bem como determinar como a instituição desenvolve ações e o procedimento de atividades concernentes ao exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional de Nível Médio. A metodologia aplicada envolveu uma investigação de natureza descritiva num contexto qualitativo/quantitativo, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de uma pesquisa de campo por meio da observação e aplicação do instrumento questionário anexo ao Apêndice I e II, compreendendo uma amostra da percepção de 33 professores e 350 alunos acerca da percepção destes das ações de promoção da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional técnica de nível médio no IFAL/Campus Maragogi. Para tanto, efetuou-se uma revisão da literatura acerca da fundamentação conceitual e abordagem histórica da educação profissional no Brasil, a sua oferta na modalidade de nível médio, e o papel do Ifal em Maragogi acerca da temática proposta. Por resultado encontrou-se que, segundo professores e alunos, em sua grande maioria estão satisfeitos com as ações identificadas na temática, carecendo, outrossim, de desenvolver atividades de treinamento, pesquisa e extensão, com a inclusão dos temas transversais, que envolvam os corpos docente e discente no seu projeto de ações e estratégias..

Palavras chaves: Educação, Educação Profissional de Nível Médio, Cidadania, Inclusão Social, Trabalho.

ABSTRACT

This work is structured around the subject of citizenship, inclusion and preparation for work in secondary education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Alagoas - Ifal. It is justified because it is a matter of public interest and in the discussion of the agenda against the current constitutional forecasts, consecrating the exercise of citizenship, inclusion and the preparation of the Brazilian people for life and work, the basis of the Professional Education at the secondary level. It aims to identify the proposals of the IFAL for the development of citizenship, inclusion and preparation for work in the Professional Education of Medium Level, as well as to determine how the institution develops actions and the procedure of activities concerning the exercise of citizenship, inclusion and preparation for the work in Higher Education Professional Education. The applied methodology involved a research of a descriptive nature in a quantitative context, through bibliographical and documentary research, as well as a field research through observation and application of the questionnaire attached to Appendix I and II, comprising a sample of the perception of 33 teachers and 350 students about their perception of the actions of promotion of citizenship, inclusion and preparation for work in the Professional Technical Education of medium level in the IFAL / Campus Maragogi. For both, a review was made of the literature about the reasoning conceptual and historical approach to professional education in Brazil, its mid-level offer, and the role of Ifal in Maragogi on the proposed theme. As a result, it was found that, according to teachers and students, the vast majority of them are satisfied with the actions identified in the theme, and they also need to develop training, research and extension activities, including transversal themes involving bodies teacher and student in their project of actions and strategies .

Keywords: Education, Professional Education, Citizenship, Social Inclusion, Work.

RESUMEN

Este trabajo está estructurado a partir de la temática de la ciudadanía, inclusión y preparación para el trabajo en la educación profesional de nivel medio en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Alagoas - Ifal. Se justifica en razón de las previsiones constitucionales vigentes, en el ejercicio de la ciudadanía, inclusión y en la preparación del pueblo brasileño para la vida y para el trabajo, base de la Educación Profesional de nivel medio al presentar requisitos y condiciones que llevan a la ciudadanía, a la inclusión y al trabajo, posibilitando la emancipación del pueblo brasileño y, en especial el pueblo alagoano. Objetivo identificar las propuestas del IFAL para el desarrollo de la ciudadanía, inclusión y preparación para el trabajo en la Educación Profesional de Nivel Medio, así como determinar cómo la institución desarrolla acciones y el procedimiento de actividades concernientes al ejercicio de la ciudadanía, inclusión y preparación para el trabajo en la Educación Profesional de Nivel Medio. La metodología aplicada implicó una investigación de naturaleza descriptiva en un contexto cualitativo / cuantitativo, por medio de investigación bibliográfica y documental, así como de una investigación de campo por medio de la observación y aplicación del instrumento cuestionario adjunto al Apéndice I y II, comprendiendo una muestra de la muestra la percepción de 33 profesores y 350 alumnos acerca de la percepción de éstos de las acciones de promoción de la ciudadanía, inclusión y preparación para el trabajo en la Educación Profesional técnica de nivel medio en el IFAL / Campus Maragogi. Para tanto, se efectuó una revisión de la literatura acerca de la fundamentación y el papel del Ifal en Maragogi acerca de la temática propuesta. Por consiguiente, se encontró que, según profesores y alumnos, en su gran mayoría están satisfechos con las acciones identificadas en la temática, careciendo, además, de desarrollar actividades de entrenamiento, investigación y extensión, con la inclusión de los temas transversales, que envuelvan los cuerpos docente y discente en su proyecto de acciones y estrategias.

Palabras claves: Educación, Educación Profesional de Nivel Medio, Ciudadanía, Inclusión Social, Trabajo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Operacionalização das variáveis	59
Quadro 2 - Ações exercício de cidadania	65
Quadro 3 - Ações inclusão no IFAL	67
Quadro 4 - Ações de preparação para o trabalho	69
Quadro 5 - Tempo de serviço do professor respondente	70
Quadro 6 - Avaliação do exercício de cidadania no IFAL	70
Quadro 7 - Avaliação prática pedagógica cidadã entre alunos	71
Quadro 8 - Avaliação da percepção cidadania entre alunos	72
Quadro 9 - Alunos cidadãos	73
Quadro 10 – Temas transversais cidadania para alunos	74
Quadro 11 – Avaliação Educação Inclusiva no IFAL	75
Quadro 12 – Processo inclusão entre alunos	76
Quadro 13 – Avaliação percepção inclusão entre alunos	77
Quadro 14 – Avaliação inclusão na percepção dos alunos	78
Quadro 15 – Alunos identificados como incluídos	79
Quadro 16 – Avaliação educação inclusiva no IFAL	80
Quadro 17 – Avaliação preparação para o trabalho entre alunos do IFAL	81
Quadro 18 – Avaliação prática pedagógica para preparação ao trabalho	82
Quadro 19 – Avaliação percepção alunos preparação para o trabalho	83
Quadro 20 – Alunos preparados para o trabalho	84
Quadro 21 – Educação Profissional de Nível Médio (EPNM) do IFAL	85
Quadro 22 – Consideração dos professores	86
Quadro 23 – Ações cidadania no IFAL	87
Quadro 24 – Ações inclusão no IFAL	89
Quadro 25 – Ações preparação para o trabalho no IFAL	90
Quadro 26 – Percepção cidadania na sala de aula	91
Quadro 27 – Avaliação dos professores e cidadania	92
Quadro 28 – Ações dos professores e do IFAL cidadania	93
Quadro 29 – Alunos cidadãos	94
Quadro 30 – Conteúdos inclusivos	95
Quadro 31 – Percepção do processo inclusivo	96
Quadro 32 – Percepção da inclusão nas ações do IFAL	97
Quadro 33 – Inclusão social e educacional no IFAL	98
Quadro 34 – Avaliação preparação para o trabalho no IFAL	99
Quadro 35 – Avaliação dos professores na preparação para o trabalho	100
Quadro 36 – Avaliação percepção dos colegas sobre preparação ao trabalho	101
Quadro 37 – Preparado para o trabalho	102
Quadro 38 – EPNM promoção da cidadania	103
Quadro 39 – Aluno cidadão, incluído e apto para o trabalho	104
Quadro 40 - Percepção de professores e alunos	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação cidadania entre aluno no IFAL	71
Gráfico 2 – Satisfação com cidadania dos alunos na sala de aula	72
Gráfico 3 – Avaliação percepção da cidadania entre alunos	73
Gráfico 4 – Alunos cidadãos	74
Gráfico 5 – Temas transversais para cidadania	75
Gráfico 6 – Satisfação Educação Inclusiva no IFAL	76
Gráfico 7 – Avaliação do processo inclusivo entre alunos	77
Gráfico 8 – Percepção inclusão entre alunos da classe	78
Gráfico 9 – Inclusão na percepção dos alunos	79
Gráfico 10 – Alunos incluídos	80
Gráfico 11 – Avaliação da Educação Inclusiva no IFAL	81
Gráfico 12 – Avaliação preparação para o trabalho entre alunos do IFAL	82
Gráfico 13 – Prática pedagógica na preparação para o trabalho entre alunos	83
Gráfico 14 – Percepção dos alunos na preparação para o trabalho	84
Gráfico 15 – Alunos preparados para o trabalho	85
Gráfico 16 – EPNM no IFAL	86
Gráfico 17 – Percepção da cidadania na sala de aula	92
Gráfico 18 – Avaliação professores cidadania	93
Gráfico 19 – Ações IFAL e professores sobre cidadania	94
Gráfico 20 – Alunos cidadãos	95
Gráfico -21 – Conteúdos inclusivos	96
Gráfico 22 – Percepção do processo inclusivo	97
Gráfico 23 – Percepção inclusão nas ações do IFAL	98
Gráfico 24 – Inclusão social e educacional no IFAL	99
Gráfico 25 – Avaliação preparação para o trabalho no IFAL	100
Gráfico 26 – Avaliação dos professores na preparação para o trabalho	101
Gráfico 27 – Avaliação percepção dos colegas na preparação ao trabalho	102
Gráfico 28 – Preparado para o trabalho	103
Gráfico 29 – EPNM no IFAL promoção da cidadania, inclusão e trabalho	104
Gráfico 30 – Aluno cidadão, incluído e apto para o trabalho	105

ÍNDICE

CAPÍTULO I – MACRO INTRODUTÓRIO: O PROBLEMA

1.1.Introdução	18
1.2.Tema	19
1.3.Problema	19
1.3.1. Pergunta geral	19
1.3.2. Perguntas complementares	19
1.4.Objetivos	19
1.4.1. Geral	19
1.4.2. Específicos	20
1.5.Justificativa	20

2. CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO

2.1. Antecedentes da investigação	21
2.2. Bases teóricas	23
2.2.1. Desenvolvimento da educação profissional no Brasil	23
2.2.2. Bases teóricas da educação profissional	37
2.2.3. A educação profissional de nível técnico: bases legais	39
2.2.4.O IFAL e a EPNM	43
2.2.5 Cidadania, inclusão e preparação para o trabalho no IFAL	55

CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO

3.1. Tipo e nível de investigação	60
3.2. Desenho da investigação não experimental	60
3.3. Linha de investigação	60
3.4. População e amostra investigada	60
3.5. Instrumento da coleta de dados	61
3.6. Análise dos dados	63
3.7. Teste piloto	63

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO DE ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1. Exposição e análise dos resultados	65
4.1.1. Os professores	65
4.1.2. Os alunos	87
4.2. Interpretação e discussões dos resultados	105
4.2.1. Resultado dos professores	105
4.2.2. Resultado dos alunos	109

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões	115
5.2. Recomendações	118

REFERÊNCIAS	121
-------------	-----

APÊNDICES	125
-----------	-----

Apêndice I. Questionário professores	125
--------------------------------------	-----

Apêndice II. Questionário alunos	130
----------------------------------	-----

CAPÍTULO I – MARCO INTRODUTÓRIO: O PROBLEMA

1.1 Introdução

A cidadania é o resultado de um processo secular que incorporou os direitos civis, sociais e políticos, com o objetivo estabelecer um processo inclusivo com participação, emancipação e formação. Assim, a cidadania é a responsabilidade individual consciente dos deveres éticos e morais e dos direitos sociais, políticos, civis, difusos e coletivos, ampliados pela solidariedade e alteridade humanas.

A inclusão, por sua vez, é o resultado do atendimento do princípio da dignidade humana para o exercício da cidadania, objetivando qualidade de vida e preparação para a vida e o trabalho.

Há que considerar que o tempo presente tem exigido de cada pessoa a sua consciência pela formação e participação na vida. Por consequência, o trabalho contemporâneo passou a ter o sentido de legitimar a dignidade humana e o exercício da cidadania, em razão das exigências contemporâneas de formação e qualificação para a sua realização. Para tanto, é imprescindível chamar a educação para que convocada atue conforme prevê a legislação, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9394/96, que regulamenta a previsão constitucional de que a educação é responsabilidade do Estado e da família, devendo ser efetuada para a preparação para vida e para o trabalho e, além disso, para o exercício da cidadania. É neste sentido que, para se combater a exclusão é preciso incluir, ou seja, é possibilitar a todos os excluídos a competência de ser com autoestima, dignidade e autorreconhecimento; de estar na rede dos laços de família, de vizinhança e nas interações sociais; de fazer por meio de aprendizagens, saberes e qualificações profissionais; de criar a capacidade de concretizar, de sonhar e empreender; de saber qualificando-se por meio de saberes formais e informais para a capacidade crítica; e de ter por meio de um rendimento digno e que possibilite sustentação e consumo.

Por estes e muitos outros motivos a serem expostos mais adiante, que o presente projeto de pesquisa pretende articular as questões acerca da cidadania, inclusão e trabalho, analisando a trajetória da Educação Profissional de nível médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL.

1.2 Tema

Cidadania, inclusão e trabalho: a Educação Profissional de nível médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL.

1.3 Problema

1.3.1 Pergunta geral

O IFAL desenvolve ações contemplando a cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação de Nível Médio?

1.3.2 Perguntas complementares

O IFAL desenvolve ações relacionadas com a cidadania na Educação Profissional de Nível Médio?

O IFAL desenvolve atividades concernentes à inclusão na Educação Profissional de Nível Médio?

O IFAL desenvolve ações relacionadas com a preparação para o trabalho na Educação Profissional de Nível Médio?

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Identificar as ações propostas do IFAL para o desenvolvimento da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional de Nível Médio.

1.4.2 Específicos

Determinar as ações que o IFAL desenvolve relacionadas com a cidadania na Educação Profissional de Nível Médio;

Identificar as ações que o IFAL desenvolve concernentes à inclusão na Educação Profissional de Nível Médio;

Verificar ações relacionadas com a preparação do trabalho na Educação Profissional de Nível Médio.

1.5 Justificativa

Em primeiro lugar, o presente projeto de pesquisa se justifica em razão de dedicar muitos anos da carreira pessoal à prática pedagógica, notadamente no Instituto em referência, sempre preocupado com a realização de uma educação que seja capaz de formar, qualificar e profissionalizar os estudantes da entidade.

Em segundo lugar, se justifica em razão do respeito à Carta Cidadã brasileira, promulgada em 1988, voltada para o Estado Democrático de Direito que se encontra assentado na dignidade humana, no exercício da cidadania e na preparação do povo brasileiro para a vida e para o trabalho.

Em terceiro lugar, se justifica em virtude da Educação Profissional de nível médio apresentar requisitos e condições que levam à cidadania, à inclusão e ao trabalho, possibilitando a emancipação do povo brasileiro.

Por fim, se justifica o presente projeto de pesquisa em razão da importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia para a formação do povo alagoano.

2. CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO

2.1 Antecedentes da investigação

Diversos estudos foram encontrados atinentes à proposta temática, os quais embasam a pesquisa ora realizada.

Inicialmente, observou-se que as práticas pedagógicas promotoras ao exercício da cidadania, conforme Zambom e Araújo (2018), estão inseridas no composto que envolve a construção do conhecimento por meio de uma abordagem dinâmica de ensino para aprendizagem criativa, pautadas nas interações dialógicas entre o professor e aluno.

Em conformidade com a experiência de Zambom e Araújo (2018), as ações voltadas para o desenvolvimento da cidadania no ambiente escolar, procura enfatizar a relevância da temática, articulando o aparato legislativo vigente que permeia o projeto político pedagógico escolar com a interdisciplinaridade, por meio de práticas que corroborem o desenvolvimento de cidadãos para a consciência crítica de transformação da realidade vivenciada, por meio de iniciativas significativas por meio do exercício contínuo de ouvir e ser ouvido, abrir-se ao outro, aprender e ensinar de forma criativa e inovadora para o favorecimento da troca de experiências e conhecimentos. A promoção de tais práticas na relação aluno e professor possibilitam a abertura de um processo dialético que vise a construção coletiva de novos conhecimentos teóricos e práticos, proporcionado que o aluno se torne um permanente aprendiz pelo fomento das reflexões com autonomia e independência, enfatizando a importância do respeito pelo outro e utilização dos recursos do meio em que se encontrem inseridos para o desenvolvimento de competências básicas, como ouvir, falar, ler e escrever, lidar com quantidades e números, bem como possibilitar a instrumentalização dos jovens na participação da cultura, da política e das relações sociais. Evidencia-se que tais práticas devem dimensionar as expectativas dos alunos articuladas com as dos seus pais, da comunidade, dos professores e de todos envolvidos no processo educativo.

Faz parte das ações promotoras para o exercício da cidadania, segundo Zambom e Araújo (2018), além das acima mencionadas, o resgate da autoestima, a permanência do aluno no ambiente escolar, o êxito escolar e a aplicabilidade dos conteúdos atinentes à temática, fomentando uma reflexão que se direcione à busca de uma sociedade mais justa e democrática e na construção de valores morais e éticos. Por fim, tais práticas procuram efetivar o

desenvolvimento mais livre, consciente e comprometido com a sociedade na qual está inserido o educando.

No que concerne ao aspecto da inclusão escolar, conforme as experiências desenvolvidas por Zanata e Treviso (2018), as práticas pedagógicas precisam ter um professor preparado para o ensino-aprendizagem e gestão de uma sala de aula heterogênea, embasado no respeito à diferença e na promoção inclusiva de pessoas com deficiência especial, respeitando-se as capacidades.

As práticas pedagógicas para o processo inclusivo, segundo Zanata e Treviso (2018), compreende o desenvolvimento de ensino de qualidade para inserção de deficientes no ambiente escolar, preparando a todos os alunos para o exercício da cidadania e para o trabalho. Tais práticas dizem respeito à superação das dificuldades e promoção do acesso de todos à informação, ao conhecimento e, sobretudo, à educação, embasadas na qualidade do ensino para aprendizagem dos educandos, em obediência ao marco legal vigente no Brasil. Além disso, há que se observar que tais ações estão amparadas no princípio da dignidade da pessoa humana e na constitucionalização dos direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos e cidadãs.

Dessa forma, assinalam Zanata e Treviso (2018) que a inclusão é responsabilidade de todos os brasileiros e brasileiras, incluindo-se as instituições escolares de todos os níveis, e a sociedade em geral.

No que se refere às práticas promotoras para a preparação ao trabalho dos educandos, as experiências desenvolvidas por Munhoz e Melo-Silva (2018), ser este tema um dos objetivos da educação básica e profissional no Brasil, havendo, portanto, a este respeito, uma base legal que contribui para o desenvolvimento de uma educação para a carreira e orientação profissional, por meio de conteúdos coerentes e bem estruturados que tratem sobre o sistema econômico e as características do universo laboral que se encontram na dimensão dos educandos, visando, com isso, uma preparação básica sobre o papel de produtores, consumidores e cidadãos nas relações econômicas e de consumo, não se restringindo apenas a aquisição de habilidades e competências, como também proporcionar espaço para o desenvolvimento de hábitos, atitudes, valores, projetos de vida e pensamento crítico.

Dessa forma, conforme Munhoz e Melo-Silva (2018), as práticas de ensino-aprendizagem nas escolas, embasadas na legislação vigente, atuam na preparação para o trabalho ao envolver conteúdos e competências básicas para inserção nesse universo, com noções e valor do trabalho, condições de produção e produtos do trabalho, formação e treinamento para atuação profissional, o sustento e a forma de realização pessoal e humana, a manutenção e desenvolvimento da civilização, construção da carreira e exercício da cidadania.

A essas práticas de promoção da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, acrescentam Munhoz e Melo-Silva (2018), o desenvolvimento em sala de aula dos temas transversais, identificados na Ética, Cidadania, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo, oferecendo uma visão mais ampla e contextualizada.

Tais práticas de promoção da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, identificadas no marco legal vigente no Brasil, faz parte das ações desenvolvidas pelo Ifal nas práticas de ensino-aprendizagem, as quais serão no presente estudo investigadas, levantadas, expressas e aferidas por professores e alunos acerca da sua efetividade.

2.2 BASES TEÓRICAS

2.2.1 Desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil: antecedentes históricos

A educação, nos últimos anos, tem assumido um papel de relevante importância. Um desses papéis é o de que a educação é importante para o desenvolvimento do exercício da cidadania e formação para o trabalho, por consequência, para o processo de inclusão.

É o que assinalam Ozmon&Craver (2004, p. 350), ao enfatizarem esse importante papel assumido pela educação nas pautas de discussões mundiais:

Os interesses atuais que dominam a educação pressupõem que a ordem educacional existente é necessária e que professores e intelectuais devem servir ao status quo e contar com a previsibilidade e a medida científica para realizarem políticas e práticas educacionais.

Foi com a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Março de 1990, em Jontien, na Tailândia, tratando sobre os fundamentais instrumentos relativos à aprendizagem, envolvendo desde o processo alfabetizador, a oralidade, a solução de problemas e a aritmética, valores, e atitudes, capacidades e conhecimentos que possibilitem a sobrevivência, o pleno desenvolvimento da vida e o digno trabalho, tomada de decisões e qualificar a sua existência.

Por conta disso, Delors (1999, p. 56), observa que:

Para dar à educação o lugar central que lhe cabe na dinâmica social, convém em primeiro, salvaguardar a sua função de cadinho, combatendo todas as formas de

exclusão. Há que conduzir, ou reconduzir, para o sistema educativo, todos os que dele andam afastados ou que a abandonaram, porque o ensino prestado não se adaptar ao seu caso. Isto supõe a colaboração dos pais na definição do percurso escolar dos filhos e a ajuda às famílias mais pobres para que não considerem a escolarização dos seus filhos como um custo impossível de suportar.

Tem-se o destaque da educação na reprodução e reencaminhamento para adoção de propostas que restaurem e revalorizem a realidade por meio da identificação dos interesses individuais e da coletividade, adequando-se paradigmas e às transformações contemporâneas.

Neste tocante, observa Arroyo (1999, p. 36) que

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens.

Tem-se com isso o reposicionamento da educação que se descarta de currículos monoculturais para adoção de uma amplitude plural, voltada para a formação crítica dos professores e levando em consideração o discente hipossuficiente. Por conta disso, passa-se a exigir do corpo docente estratégias que possibilitem um processo instrucional identificada com as camadas populares, compreendendo-as para plenitude de uma visão de mundo na realidade.

Acrescenta Gadotti (2000, p. :42) que se trata de “[...] uma estratégia de alfabetização, numa concepção multicultural, deveria partir do relato da experiência do trabalho e de vida deles mesmos, isto é, da biografia dos próprios educandos e não do desenho das letras que é uma técnica anticientífica”.

Além disso, o autor supra mencionado observa que a educação se articulando com uma política de formação para os direitos humanos, inicialmente centrada no mero estudo e conhecimento dos direitos humanos e em sua difusão, derivando posteriormente para uma necessidade de aprofundar na matéria (GADOTTI, 2000).

É conveniente observar mais ainda que, conforme Gadotti (2000), Delval (2001) e Machado (2018), a educação passa a ser evidenciada a partir de um elenco que compreende uma série de temas, como as diferenças de gênero, raça e sexo; a limitações e necessidades especiais, a real igualdade de oportunidades, o cuidado com o corpo e o reconhecimento do outro, entre outras temáticas que sugiram cooperação e colaboração, participação, equidade, justiça e democracia.

É com isso que Delors (1999, p. 57) observa que:

O ensino deve, também ser personalizado, esforçar-se por valorizar a originalidade, apresentando opções de iniciação às diversas disciplinas, atividades ou artes, confiando esta iniciação a especialistas, que possam comunicar aos jovens o seu entusiasmo e explicar-lhes as suas próprias opções de vida. Para criar modalidades de

reconhecimento de aptidões e conhecimento tácitos e, portanto, para haver reconhecimento social, é bom, sempre que possível, diversificar os sistemas de ensino e envolver nas parcerias educativas as famílias e os diversos atores sociais.

Assim, a escola, nesse sentido abordado e reiterado na observação de Gadotti (2000, p. 41) "[...] precisa atuar num cenário policultural numa época de globalização da economia e das comunicações, de acirramentos das contradições inter e intrapovos e nações, época do ressurgimento do racismo e de certo triunfo do individualismo" necessitando, portanto, de uma educação, uma ética e uma cultura da diversidade.

Com isso torna-se possível uma contextualização com dimensões globais, de forma interdisciplinar a partir do ambiente escolar solidário e coletivo nas vivências internas e externas, incluindo-se a família e a comunidade, bem como transdisciplinar e transversal na promoção do engajamento dos alunos num contexto de solidariedade e diferença, proporcionando a formação do cidadão para uma sociedade planetária, a partir do local até o intercultural globalizado.

Nesse sentido, entende-se que a escola não deve apenas transmitir conhecimento, mas, também, preocupar-se com a formação global dos alunos, numa visão onde o conhecer e o intervir no real se encontrem.

Nesse aspecto se manifesta Delors (1999, p. :60):

A educação não pode contentar-se em reunir as pessoas fazendo-as aderir a valores comuns forjados no passado. Deve, também, responder à questão: viver juntos, com que finalidades, para fazer o quê? E dar a cada um, ao longo de toda a vida, a capacidade de participar, ativamente, num processo de sociedade.

Para tanto faz-se necessário saber trabalhar com as diferenças, isto é, é preciso reconhecê-las, não camuflá-las, e aceitar que para se conhecer, precisa-se conhecer o outro.

Por consequência, evidencia-se que a escola precisa fazer a síntese entre continuidade e ruptura em relação à cultura de massa, partindo para respeitar a identidade cultural das crianças e adolescentes populares.

É nesse contexto que se evidencia, conforme Gadotti (2000) e Machado (2018), a abordagem da cidadania diante da era de competitividade, face necessidade aprimoramento das competências e qualificação para o trabalho, tendo por consequência o processo de inclusão social, favorecendo ao cidadão a adequada atuação nesse período de transição promovida pelo processo de globalização das últimas décadas.

Tendo em vista as mudanças sistêmicas ocorridas nas últimas décadas, em conformidade com Delors (1999), Delval (2001), Arroyo (1999) e Machado (2018), novos paradigmas foram produzidos, tornando necessário reposicionamento na prática educativa para

preparação da população ativa e prestes à inserção ao universo do trabalho, promovendo, assim, a sua inclusão para participar da turbulência do mercado, tornando-se preparados e capazes de desempenhar todo o tipo de atividades e tarefas que definam as novas formas de trabalho.

Em virtude disso, faz-se necessário abordar acerca da cidadania e o seu exercício, segundo Gadotti (2000), Ozmon e Craver (2004) e Machado (2018), formando o discente no que concerne aos seus direitos e deveres, sua inclusão ao trabalho, promovendo, assim, uma sociedade justa e igualitária.

Tendo em vista que a cidadania, conforme Arroyo (1999) e Machado (2018), está intrinsecamente embasada no Estado Democrático de Direito e aos pressupostos básicos advindos dos direitos civis, políticos e sociais do cidadão. Assim, para os autores em comento, a cidadania ao preparar para a inclusão e para o trabalho, está expressa a partir do conteúdo igualitário da comunidade política e aos seus membros apoiada na igualdade fundamental entre as pessoas, oriunda da integração e participação em todas as instâncias da sociedade.

Arroyo (1999) observa que a admissão da consciência cidadã dentro de um espaço democrático, atualmente, qualifica o indivíduo à sua efetiva participação social e política sobre o seu meio, sua inclusão e a sua intervenção no universo do trabalho para, com isso, ter a capacidade de agir sobre o curso dos processos sociais só é possível se o indivíduo for consciente, livre e responsável. Por consequência, o autor destaca que a conscientização cidadã leva à interação do sujeito com a sociedade, incluindo-se e atuando contra o processo excludente, o que faz com que o processo educativo seja capaz de fornecer a todos a consciência de direitos e deveres intervindo sobre a realidade com poderes críticos para modificá-la e torná-la incluyente

A cidadania, conforme Delors (1999), Gadotti (2000) e Machado (2018), encontra-se embasada em uma série de princípios, entre eles, os princípios de igualdade e liberdade.

Gadott (2000) observa que a cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres no exercício da democracia, consciência/vivência de direitos e deveres, que transita além dos direitos individuais e que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista/construção dos direitos que devem ser garantidos pelo Estado.

Objetiva a cidadania, conforme Gadotti (2000),k à conquista e construção de novos direitos.

Arroyo (1999) observa que a cidadania se constrói como um processo que se dá no interior da prática social e política das classes. Por consequência, a educação é fruto e expressão do processo de sua constituição, possibilitando, com isso, o conhecimento, a informação e a visão ampla de valores em sociedades plurais.

Tem-se, com isso, que a cidadania resulta da comunicação intersubjetiva entre os sujeitos, seus direitos e deveres, seus consensos e dissensos, no sentido de, coletiva e solidariamente, requerer a satisfação dos seus anseios de toda sociedade.

Com base em Gadotti (2000), Delors (1999) e Machado (2018), entende-se que a cidade é a noção que expressa a igualdade entre os sujeitos em termos de vinculação estatal, constituindo-se pelo interesse da população no desenvolvimento do Estado na promoção da processo inclusivo e na preparação para o trabalho.

Assim sendo, é nessa relação entre o Estado e a população que a educação seja capaz de promover o exercício da cidadania para efetivação do processo inclusivo e formação para o desenvolvimento das atividades laborais.

Observa neste sentido Gadotti (2000, p. 48) que

Se o Estado, a sociedade civil e a sociedade econômica entenderem melhor qual é o papel da educação na formação para a cidadania e para o desenvolvimento, poderão criar maiores condições para gerar recursos para a construção de uma escola de qualidade para todos, isto é, uma escola que, além de formar o aluno para o mercado de trabalho e para a vida em sociedade, seja capaz de formá-lo para o exercício pleno de seus direitos e deveres.

Mediante isso, compreende-se que a cidadania filia-se ao interesse básico de libertação humana nas suas relações sociais, tendo em vista a educação assumir a vocação de promover o processo inclusivo e a formação para o trabalho, tendo em vista dispor do conhecimento sistemático, promovendo a consciência crítica para atuação e participação do universo social, expressando a melhoria da qualidade de vida por meio de uma proposta que embase a atitude crítico e uso de várias linguagens, conhecimento pluriicultural, integração ao mercado do trabalho e a consequente inclusão social.

Assim, conforme Delval (2001), Arroyo (1999), Machado (2018) e Ozmon e Craver (2004), educar para a cidadania em sociedades possibilita a integração e a solidariedade na absorção da pluralidade cultural imanente e aliada a um contexto de responsabilidade ética voltada para o resgate do cidadão como sujeito participativo e atuante socialmente, promovendo a preparação para a vida em sociedade e ao universo laboral com o objetivo de efetivar a sua inclusão.

Desta feita, a educação profissional no Brasil, conforme Brasil (2018) possui uma trajetória registrada desde os primórdios, localizando-se registros de tímidas ações circunstancialmente decisórias de natureza assistencial voltadas para o amparo dos órfãos e desvalidos da sorte.

O primeiro período da educação profissional brasileira, conforme Bonfim (1998), compreende do descobrimento até 1930, período predominantemente da educação tradicional, centrada no adulto e na autoridade do educador, marcadamente religiosa e voltada para o ensino privado.

Conforme Ribeiro (2006) e Romanelli (1991), essa modalidade educacional teve início em 1549, com os jesuítas – ordem fundada por Ignácio de Loyola, em 1534, chamada Companhia de Jesus -, chegaram e permaneceram até 1759, quando foram expulsos sob alegação de obscurantismo cultural e envolvimento político, comandando a educação com base nos métodos e conteúdos da *Ratio Studiorum*, inspirada na escolástica que era o sistema teológico-filosófico surgido nas escolas da Idade Média e caracterizado pela coordenação entre Teologia e Filosofia, numa concordância do conhecimento natural com o revelado e sob a argumentação silogística e o reconhecimento da autoridade de Aristóteles e dos padres da Igreja, mantendo-se em alguns estabelecimentos até os fins do séc. XVIII.

Registram Ribeiro (2006), Xavier (1994), Romanelli (1991), Franco e Sauerbronn(1984), que a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa, a preocupação educacional era apenas voltada para a formação das elites governantes e dos quadros militares.

Nesse período deu-se a edição do Decreto do Príncipe Regente, em 1809, criando o Colégio das Fábricas, logo após a suspensão e proibição de indústrias manufatureiras em terras brasileiras, sendo este o marco inaugural para o processo profissional de educação. Entretanto, registram os autores que a formação escolar profissional propriamente dita, especificamente o ensino com o objetivo de promover a formação de trabalhadores diretamente ligados à produção desenvolveu-se, inicialmente dentro dos estabelecimentos militares, tanto do Exército quanto da Marinha, ou pela associação desses estabelecimentos com instituições dedicadas ao amparo dos desvalidos, sendo que as primeiras referências sobre ensino profissionalizante no Brasil remontam aos idos de 1800, quando os Arsenais de Guerra existentes desenvolviam vários ofícios, com ingresso de alunos .órfãos, indigentes expostos na Santa Casa de Misericórdia, ou filhos de pais pobres (RIBEIRO, 2006; XAVIER, 1994; ROMANELLI, 1991, FRANCO E SAUERBRONN, 1984).

Merece registro que tal fato contribuiu também para a criação de uma Escola de Belas Artes, em 1816, como proposta com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para ofícios mecânicos. Em seguida, foi organizado, por decreto real no mesmo ano, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das secretarias de Estado.

A partir da década de 40 do séc. XIX, registra Freitag (1980) a criação de Casas de Educandos e Artífices, em capitais da província, objetivando atender os menores abandonados e a diminuição da criminalidade e vagabundagem.

Por meio de um Decreto Imperial de 1854 foram criados estabelecimentos especiais para menores abandonados, os chamados Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde os mesmos aprendiam as primeiras letras e eram, a seguir, encaminhados às oficinas públicas e particulares, mediante contratos fiscalizados pelo Juizado de Órfãos.

A partir disso, registram-se a criação de várias sociedades civis, entre elas o Liceu de Artes e Ofícios, em várias localidades, tais como Rio de Janeiro em 1858, Salvador em 1872, Recife em 1880, São Paulo em 1882, Maceió em 1884 e Ouro Preto em 1886.

A profissionalização via escola implementada no Brasil, no século XIX, só se deu no transcurso da Primeira República, com o processo de industrialização que é finalmente intensificado com a mão de obra disponível em sua maior parte encontrada, apenas, entre os imigrantes europeus, tanto na cidade quanto no campo. Na primeira fase do período republicano em nada se alteraria a posição em que se encontrava o ensino profissionalizante. Entretanto, conforme Franco e Sauerbronn (1984), o surgimento de um plano ao nível da política nacional, vai finalmente impulsionar o governo a expandir essa modalidade de ensino uma vez que o capitalismo industrial incipiente já criava uma forte expectativa, exigindo melhor qualificação de mão de obra.

Com o Decreto 1606, de 29 de dezembro de 1906, dá-se a criação da Escola Prática de Aprendiz das Oficinas do Engenho de Dentro, na Estrada de Ferro Central do Brasil, sob a tutela do Ministério dos Negócios da Agricultura e Comércio. Mesmo assim, o ensino profissional continuou mantendo, basicamente, o mesmo traço assistencial do período anterior, isto é, o de um ensino voltado para os menos favorecidos socialmente.

As escolas comerciais criadas, tais como a Fundação Escola Comércio Alvaro Penteado, em São Paulo, bem como as escolas comerciais públicas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, dentre outros, afora as instalações das Escolas de Aprendiz e Artífices, e dos Liceus de Artes e Ofícios, todas desempenharam relevante papel na história da educação profissional brasileira, ao se tornarem embriões da organização do ensino profissional técnico na década seguinte.

Os debates de expansão do ensino profissional tiveram início na década de 1920 e, segundo Ribeiro (2006), Bonfim (1998) e Romanelli (1991), com a criação da comissão especial denominada de Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico, propondo a sua extensão a todos, pobres e ricos, e não apenas aos carentes economicamente.

Já em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e foi efetivada a reforma educacional por meio dos Decretos Federais 19.890/31 e 21.241/32, que regulamentaram a organização do ensino secundário, bem como o Decreto 20.158/31, que organizou o ensino profissional comercial e regulamentou a profissão de contador, passando a ser o primeiro instrumento legal a estruturar cursos já incluindo a ideia de itinerários de profissionalização.

O ensino profissionalizante foi introduzido na Constituição Federal de 10 de novembro de 1936, constando no art 128 que: “é dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando Instituições artísticas, científicas e de ensino”.

Por sua não aplicação, em 1942 ocorre a reforma Gustavo Capanema que cria as Leis Orgânicas do Ensino, a exemplo da do Ensino Secundário, através do Decreto Lei 4.244/42 e do Ensino Industrial, através do Decreto Lei 4073/42; do Ensino Comercial, através do Decreto Lei 6141/43; do Ensino Primário, no Decreto Lei 8529/46; do Ensino Normal, no Decreto Lei 8530/46; e do Ensino Agrícola, pelo Decreto Lei 9613/46.

Esse corpo legal possibilitou a definição das Leis Orgânicas do Ensino Profissional e proporcionou a criação de entidades especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em 1946, bem como a transformação das antigas escolas de Aprendizes e Artífices nas Escolas Técnicas Federais.

Eram esses os passos para a consolidação da educação profissional no Brasil, que passou a ter por objetivo, conforme Bianchetti (1996), Martins (2000) e Kuenzer (1998), a de .oferecer formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, bem como com a formação profissional dos trabalhadores para ingressar nos novos postos de trabalho que estavam sendo criados, com o crescimento dos processos de industrialização e de urbanização.

Com a Constituição Federal de 1946, ficou estabelecido, no inciso IV do art. 168, fica estabelecido que “As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem dos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores”.

Foi na década de 1950 que se começou a permitir a equivalência entre estudos acadêmicos e profissionalizantes. A Lei Federal 1076/50, consentia que concluintes de cursos profissionais pudessem continuar estudos acadêmicos nos níveis superiores, tendo que prestar exames nas disciplinas não estudadas naqueles cursos.

Depois foi a vez da Lei Federal 1821/53, que dispunha sobre as regras do regime de equivalência entre cursos de grau médio que só foi regulamentada no final do mesmo ano pelo Decreto 34330/53, tendo efeito somente a partir de 1954.

Em 1961 é finalmente aprovada a Lei 4024, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ocorrendo a plena equivalência entre os cursos do mesmo nível, sem necessidade de exames e provas de conhecimento.

Conforme Ribeiro (2006), Carneiro (1999) e Kuenzer (1996), essa primeira LDB nivelou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino acadêmico, acabando, do ponto de vista formal, a antiga dualidade entre ensino para elites condutoras do país e ensino para desvalidos da sorte. Todos os ramos e modalidades de ensino passaram a ser equivalentes para fins de continuidade de estudos em níveis subsequentes. Com isso, no início dessa década, estimulados pelo disposto no artigo 100, da Lei Federal 4024/61, uma série de experimentos educacionais orientados para a profissionalização, foi implantada em todo território nacional, tais como Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT), e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premen).

Após o golpe de 1964, conforme Martins (2000), deu-se a introdução do tecnicismo no Brasil que se fundiu com os interesses do regime militar que, além de adequar a educação à sua orientação político-econômica-ideológica, visou também inserir a escola nos modelos de racionalização da produção capitalista, instalada nas empresas.

Tal fato se consolidou com a edição das Leis 5540/68 e 5692/72 que formaram os marcos de implantação do modelo tecnicista na educação, pelo menos em nível de política educacional, quando foram reorganizados o ensino superior e o ensino de primeiro e segundo graus.

Essas leis procederam à reformas de tendência tecnicista e burocrática da educação, principalmente da escola pública, generalizando a profissionalização no ensino médio, denominado segundo grau.

Em seguida, a Lei Federal 7044/82 tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau. Por um lado, segundo Kuenzer (1996) e Romanelli (1991), tornou livre esse nível de ensino da profissionalização, mas praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas. Logo as escolas de segundo grau reverteram suas grades curriculares e passaram a ofertar apenas o ensino acadêmico, por vezes acompanhado de uma imitação superficial de profissionalização.

Por esse diploma legal se difundiram habilitações profissionais no contexto do ensino de segundo grau sem identidade própria, mantida de maneira espacial na estrutura de um primeiro grau aumentado.

No contexto da reforma do ensino técnico enfocando as cooperações técnica e financeira do Banco Mundial e do Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD), foi realizada por meio de 5 projetos de co-financiamento, desenvolvidos no período entre 1970 e 1990, entre eles .ao ensino técnico de nível médio, sendo o primeiro executado de 1971 a 1978, e o segundo de 1984 até 1990. Um terceiro projeto voltou-se para o desenvolvimento de centros interescolares, na linha do ensino profissionalizante obrigatório, preconizado pela Lei 5692/71.

A execução dos projetos foi marcada por dificuldades geradas pela incompatibilidade entre as exigências internacionais e as condições econômicas do país, determinadas principalmente pelo efeito da inflação e das oscilações do câmbio, deslocando o .foco de atenção do projeto internacional para um programa nacional de impacto para o ensino técnico, a exemplo do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec).

Dá-se, enfim, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou em art. 205, que:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com isso, passou-se a definir a educação como voltada para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e, conseqüentemente, o processo de inclusão.

É o que se destaca na visualização do seu art. 214, traz a Constituição Federal:

Art. 214 – A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; e promoção humanística, científica e tecnológica do país.

A partir de tais determinações da Constituição Federal de 1988, procede-se a edição das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, dispondo que “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Diante dessa concepção observa-se a superação dos enfoques assistencialistas e economicistas da educação profissional, como também o preconceito social que a

desvalorizava. Nesse contexto, entende-se que, após o ensino médio, tudo é educação profissional, tanto o ensino técnico e tecnológico, como os cursos sequenciais e os demais cursos de graduação, devendo ser considerados como cursos de educação profissional. A diferenciação existente é por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e a respectiva carga horária.

A partir disso, passa-se a abordar as novas concepções da educação profissional no Brasil, a partir do novo paradigma configurado da LDB/96 e as estratégias a serem utilizadas nesse modelo de ensino, abrindo a possibilidade para que a educação profissional passasse a ser uma modalidade educacional que, entre outros objetivos, visa qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, em qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Algumas opiniões colhidas por ocasião dos estudos ora realizados, realçam bem a importância dessa lei. É o que Carneiro (1998, p. 16) alega ao expressar que:

[...] a LDB consagra um capítulo específico à educação profissional. [...] a premência por uma formação profissional reconceitualizada decorre dos seguintes fatores: as diretrizes normativas da educação profissional no Brasil estiveram quase sempre divorciadas das políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico do País, das políticas sociais voltadas para o trabalho produtivo e para a geração de renda e de estratégias fecundadoras de parcerias e de integração; [...] a educação profissional no Brasil possui historicamente uma estrutura inflexível e, em decorrência, tem dificuldade de atender com agilidade a crescente demanda por níveis mais elevados de qualificação; o atual modelo de oferta de vagas na educação profissional contribui para aprofundar as desigualdades sociais à medida que se mostra impermeável à diversidade sócio-econômica e cultural do país.

Assim, a educação profissional, conforme Saviani (1997), Gadotti (2000), Martins (2000), Oliveira (1998), Craidy (1998) e Dornas (1997), recebeu significativa dogmatização em toda LDB, contando já a partir do artigo 39, onde essa educação profissional será integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo o educando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

No parágrafo único do referido artigo dispõe que o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Sobre esta condição comenta Carneiro (1988, p. 107):

[...] o artigo 39 destaca a necessidade de uma vinculação estreita entre educação profissional e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Importa dizer que os currículos dessa área devem ser desenvolvidos a partir de prévia definição das competências e das habilidades requeridas para o exercício profissional em cada área específica. Esta imbricação impõe a necessidade da realização de estudos de mercado, de análise de novos perfis profissionais, de análise de tendências tecnológicas e de avaliação da atual oferta de cursos, sem esquecer o imperativo de um diálogo conseqüente escola/empresa.

Observa-se, portanto, que o relevo da educação profissional na LDB, se deve ao fato das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho. E, segundo Carneiro (1999, p. 106):

[...] A premência por uma formação profissional reconceitualizada decorre dos seguintes fatores: as diretrizes normativas da educação profissional no Brasil estiveram quase sempre divorciadas das políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico do país, das políticas sociais voltadas para o trabalho produtivo e para a geração de renda e de estratégias fecundadoras de parcerias e de integração.

Por conta disso, se destaca a necessidade de uma vinculação estreita entre a educação profissional e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

No artigo 40 do diploma legal está expresso que a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializada ou no ambiente de trabalho.

Já o artigo 41 da lei em apreço, trata do conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, que poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para o prosseguimento ou conclusão de estudos. No parágrafo único: os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional. Isso quer dizer que se deve buscar uma articulação, seja no âmbito do próprio ensino regular, seja mediante o uso de estratégias diversificadas de educação, entendendo como tal, uma aprendizagem sequenciada dentro de um tempo escolar contínuo e, também, aprendizagens que vão se acumulando, mesmo que em termos intermitentes, buscando sempre o padrão de qualidade.

Neste sentido, assinala Carneiro (1999, p. 108) que a “[...] educação profissional como processo educativo, desapeado da estrutura rígida do ensino regular e aberto no tempo, pois que referenciado sempre ao permanente desenvolvimento de aptidões da vida produtiva”.

Já o art. 41 prescreve:

O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único: os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Entende-se que a preocupação está e desenvolver competências que assegurem o exercício criativo de um ofício, de uma tarefa ou de um trabalho com a possibilidade de, uma vez avaliado o conhecimento adquirido, receber um certificado de conclusão de curso. Esse artigo trata diretamente das escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula, à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Nesse sentido, Dornas (1997, p. 64) observa que

[...] a educação profissional está inserida em capítulo à parte, não integrando os referentes à educação básica e ao ensino superior. Qualquer um pode matricular-se em curso especializado de formação profissional. A conclusão dará direito a diploma de nível médio, se cursado este. Escolas podem funcionar para ministrar cursos profissionalizantes regulares e para cursos especiais que não dependam de escolaridade. Poderão as escolas ministrar só a profissionalização ou cursos regulares com profissionalização ou ainda cursos regulares sem profissionalização mais a profissionalização específica. Todo o capítulo traça diretrizes para que a educação profissional se faça a qualquer tempo, formal ou informalmente, também em instituições que não sejam específicas de ensino, independentemente de escolaridade do candidato, bem como em estabelecimentos não filiados a sistema de ensino.

A partir desse direcionamento, cada trabalhador, em função das características do trabalho a ser realizado em sua ocupação, está necessitando possuir, além das qualificações técnicas específicas necessárias para realizar esse trabalho, o nível adequado de competências. E o caminho a ser trilhado para se alcançar o desenvolvimento das competências profissionais começa a ser traçado no Brasil, pela LDB em vigor desde o final do século XX, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Por fim, o art. 42 assegura: “Art. 42 – As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”. Depreende-se com isso que a abertura das escolas de educação profissional, além de oferecerem cursos com finalidade exclusiva de qualificar tecnicamente o aluno para uma atividade laboral, terão de oferecer, igualmente, uma programação especial de cursos alternativos destinados à comunidade e de acesso deferido não mais pelo nível de escolaridade do postulante, mas pela capacidade que ele exibir de apropriar-se do tipo e do nível de conhecimento que vai ser trabalhado.

Por essa razão, conforme Brasil (1999), definiu-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que educar o homem para a cidadania significa prepará-lo para viver em sociedade de classe, seguindo padrões de uma política necessária à existência de um mínimo de consenso social. E a formação para a cidadania como um fim educacional, por si só, não diz nada. É necessário que se explicitem os fundamentos do conceito de cidadania, os valores que suportam e as condições objetivas necessárias para efetivá-la.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme Brasil (1999), estabelecem o compromisso com a construção da cidadania requer uma prática voltada para a compreensão

da realidade e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva, não só restrita às ações da escola e do professor, mas da sociedade civil como um todo. E, nessa perspectiva foram incorporados na educação formal os temas transversais, de conformidade com as diretrizes curriculares, enfocando questões sobre ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e trabalho e consumo, assuntos esses pertinentes ao aprendizado e amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira atual.

Após a LDB, editou-se a Lei Federal 8948/94, instituindo o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pelas instituições de educação tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto e sistemas congêneres dos estados, municípios e Distrito Federal. A referida lei instituiu o Conselho Nacional de Educação Tecnológica como órgão consultivo, com a finalidade de assessorar o MEC no cumprimento das políticas e diretrizes da educação tecnológica.

A portaria 646/96, de 14 de maio de 1997, foi a primeira norma após a Lei 9394/96 a disciplinar a educação profissional iniciando a reforma dessa modalidade de ensino. Essa Portaria estabeleceu a criação de um Plano de Implantação visando a oferta de cursos de nível técnico, desenvolvidos concomitantemente com o ensino médio, para alunos oriundos de escolas dos sistemas de ensino; cursos de nível técnico destinados a egressos de nível médio por via regular ou supletiva; e cursos de qualificação, requalificação, reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, com qualquer nível de escolarização.

Em seguida o governo regulamentou através do decreto 2.208, de 17 de abril de 1997, os artigos 39 e 42 da LDB referentes à educação profissional. O que se observa é que a regulamentação do ensino tecnológico profissional desvinculado do ensino de segundo grau, nomeado pela LDB, de ensino médio, do técnico, trazendo a nova concepção da reforma brasileira para o ensino médio e a educação profissional, tendo esta última, o objetivo não da formação de técnico em nível médio, mas também a qualificação, a requalificação, a reprofissionalização para trabalhadores com qualquer escolaridade, bem como a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. Tal decreto dispõe sobre os objetivos da educação profissional, prescrevendo que essa modalidade de educação é um ponto de articulação entre o mundo da escola e o mundo do trabalho, que tem a função de qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente de escolaridade que possuam anteriormente, no momento do seu acesso, habilitando para o exercício de profissões quer de nível médio, quer de nível superior, e atualizando o aprofundamento de conhecimentos na área das tecnologias voltadas para o mundo do trabalho. Assim, de acordo com os objetivos estabelecidos no referido diploma legal, a educação

profissional será desenvolvida nos níveis básico, destinado a trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificar e requalificar; técnico, para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica em 11 anos; e o tecnológico, que dá formação superior, tanto de graduação, como de pós-graduação, a jovens e adultos.

2.2.2 – Bases teóricas da Educação Profissional

A educação profissional, conforme Cavalcanti e Strozzi (2008), Araújo (2007), Carvalho et al (2018), Arantes (2007), Lodi e Araújo (2007) e Portela (2018), está conceituada como sendo a que alguém recebe através de uma instrução e uma formação prática para o exercício de uma atividade. Pode apresentar-se da maneira mais simples, puramente manual, sem a exigência de muitos conhecimentos, ou exigir conhecimentos técnicos e científicos de grau médio, ou mesmo elevar-se ao grau superior, tudo em função do estágio de desenvolvimento em que se encontre o país.

A importância da educação profissional levou a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), na conferência geral realizada em Genebra, de 1962, a recomendar que ela fizesse parte integrante dos sistemas de educação, dando-se, dentro dela, atenção particular a seu valor cultural. Por essa proposta não devia, porém, limitar-se ao simples exercício de uma profissão, mas, conjuntamente, com o ensino geral, assegurar o desenvolvimento da personalidade, do caráter e das faculdades de compreensão, de julgamento, de expressão e de adaptação do educando.

Tem-se, portanto, que o ensino profissional é a modalidade do ensino formal, imposto pela necessidade social de disponibilidade de serviços diferenciados para as diversas coletividades. À medida que crescem as exigências de serviços, aumentam as razões para a implantação de um ensino profissional diversificado. E podendo ser desenvolvido em vários níveis, dependendo do grau de informações básicas e/ou especializadas necessárias ao desempenho de atividade caracterizada como ocupação singular.

Com o tempo as sociedades sofreram mudanças em que se destacam as profissões que tornaram-se emergentes, enquanto outros são extintas e decadentes, dando-se conta do desenvolvimento técnico-científico ocorrido nas últimas décadas. Esse dinamismo assegura permanentemente evolução ao ensino técnico que assume o perfil da força de trabalho útil aos objetivos de cada grupo ou de cada nação. O ponto crucial do ensino profissional está no

reconhecimento dos objetivos da profissão visada, para que os profissionais formados não venham a estar defasados das exigências da coletividade (BRASIL, 2001; NOGUEIRA, 2009).

O progresso científico e tecnológico do século XX multiplicou significativamente as profissões necessárias à forma de vida que se tem adotado. E, costuma-se chamar globalmente de recursos humanos, o conjunto de profissionais que desempenham tarefas explícitas dentro das modernas coletividades (MARTINS, 2000; BARROS, 2018).

Com as previsões dadas pela LDB e o Decreto 2208/97, a educação profissional passou a ter três níveis: o básico, destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de prévia escolaridade; o técnico, destinado a oferecer habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto; e o tecnológico, destinado a egressos do ensino médio e técnico, corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica. A grande novidade do decreto consiste na separação da educação geral e dos conteúdos da educação profissional, na oferta de nível técnico.

Pelo Parecer CNE/CEB 17/97, conforme Brasil (2001), a educação profissional básica, destinada a qualificar e requalificar trabalhadores independente de escolaridade prévia, será oferecida de forma livre em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade. A aprendizagem profissional é forma de educação profissional básica ou técnica, articulando-se entre si por exigência de ensino fundamental concluído no todo ou em parte para acesso à qualificação profissional e independência para acesso e certificação entre educação profissional básica e a educação básica, com articulação entre as respectivas instituições educacionais, objetivando proporcionar aos alunos dos programas de qualificação profissional oportunidades e condições de regularização e complementação do ensino fundamental.

Já conforme o Parecer CNE/CEB 16/99, conforme IFAL (2009), a educação profissional apresenta-se como a modalidade de ensino que melhor configura a estreita relação entre as diversas esferas da sociedade, seja econômica, política e cultural, e o sistema educativo. Por conseguinte, tem sua importância na confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho.

Pela edição do Decreto 5154/2004, a educação profissional passou a ser desenvolvida, conforme previsão do seu artigo 1º, como formação inicial e continuada de trabalhadores, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e de pós-graduação. As suas premissas foram definidas no art. 2º do citado decreto, possibilitando organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

2.2.3 A Educação Profissional de Nível Médio: bases legais

A reforma educacional proposta pelo Decreto 2208/97 com o desenvolvimento do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional, conforme Brasil (2007), possibilitaram ao ensino médio propedêutico a ocorrência de cursos técnicos concomitantes e sequenciais.

O curso técnico concomitante ao ensino médio será ministrado ao estudante que se encontre cursando o ensino médio, com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição pela concomitância interna, ou em diferentes instituições pela concomitância externa. O curso técnico sequencial é destinado a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, após a educação básica.

Com a edição da Portaria no 646/97 ficou determinado a oferta de vagas de cada instituição federal de educação tecnológica no ensino médio corresponderia a, no máximo, 50% das vagas oferecidas nos cursos técnicos de nível médio, os quais conjugam ensino médio e educação profissional.

Em vista disso assinala Martins (2000, p. 83) que:

[...] a nova realidade econômica exige um modelo de educação profissional flexível, abrangente e multidisciplinar, muito distante dos processos educacionais voltados para a satisfação da economia fundada no modelo fordista/taylorista, que exigia sempre a padronização e a repetição de gestos mecanicamente pensados por planejadores e executados por trabalhadores.

A integração do ensino médio com a educação profissional ocorreu com a edição do Decreto 5154/2004 que, segundo Brasil (2007) e Lodie Araújo (2007), manteve as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto 2.208/97, revogando-o e trazendo de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, proporcionando uma formação voltada para a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental.

Por essa razão, o ensino médio deve ser orientado, tanto em sua vertente dirigida aos adolescentes como ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Prevê o parágrafo 1º art. 4º do Decreto 5154/2004 que a educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art.41 da Lei nº. 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio:

[...] § 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I – Integrada - oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. A instituição de ensino deverá observar o inciso I do art. 24 da Lei nº. 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas. II – Concomitante - oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso. III - Subsequente - oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Assim sendo, conforme Brasil (2007), Nogueira (2009), Barros (2018), Porchmann (2018), Rosa (2008) e Virote (2009), o Decreto em referência regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da LDB, definindo, em seu art. 1º que a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Essa modalidade educacional terá por premissa, conforme o art. 2º do Decreto em referências, a organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia (BRASIL, 2007).

Os cursos e programas ofertados, conforme previsto no art. 3º, de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social (BRASIL, 2007).

No caso da educação profissional técnica de nível médio, prevê o art. 4º do Decreto em análise, que será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico (BRASIL, 2007).

Também prescreve no art. 6º do Decreto em referência, que os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica

de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento (BRASIL, 2007).

As diretrizes e parâmetros curriculares para educação profissional técnica de nível médio, conforme Brasil (2001), foram editadas por meio da Resolução CNE/CEB 04/99, estabelecendo o quadro das áreas profissionais e cargas horárias mínimas, envolvendo agropecuária, artes, comércio, comunicação, construção civil, design, geomática, gestão, imagem profissional, indústria, informática, lazer e desenvolvimento social, meio ambiente, mineração, química, recursos pesqueiros, saúde, telecomunicações, transportes, turismo e hospitalidade.

Tais diretrizes, conforme Brasil (2001), visa atender o art. 3º da LDB que determina que o ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Dessa forma, conforme Pacheco (2012), tais diretrizes se direcionam para o desenvolvimento de competências profissionais, entendidas como desenvolvimento de conhecimento e de habilidades para o exercício de atividades físicas e intelectuais, em todos os campos da vida humana. Com isso, as diretrizes curriculares para a educação profissional técnica de nível médio devem dar aos jovens e adultos trabalhadores, na interação com a sociedade, os elementos necessários para discutir, além de entender, a ciência que move os processos produtivos e as relações sociais geradas com o sistema produtivo.

A edição da Lei 11.741/08, procedeu alterações na LDB, redimensionando, institucionalizando e integrando as ações da educação profissional técnica de nível médio, bem como da EJA e da educação profissional tecnológica., alterando especificamente o Capítulo II do Título V da LDB que passou a vigorar acrescido da Seção IV-A, voltada para a educação profissional técnica de nível médio, estabelecendo no art. 35-A que:

Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de

ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Por essa mudança, abriu-se a possibilidade do educando matriculado no ensino médio, passar a ter formação de profissões técnicas. Por consequência, ficou determinado por força do art. 36-B da citada Lei que:

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Assim, a educação profissional técnica de ensino médio passou a ser desenvolvida sob duas vertentes, quais sejam: articulada com o ensino médio e de forma subsequente para quem já concluiu essa etapa de estudos.

No art. 38-C da Lei em comento, passou-se a definir que:

A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do *caput* do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Por essa determinação, o desenvolvimento da educação profissional técnica de nível médio será ofertada de modo integrado ou concomitante.

A diplomação recebeu importância no art. 36-D da Lei em estudo, observando-se que:

Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho.

Assim sendo, conforme Pacheco (2012), a educação profissional técnica de nível médio assume a característica da preparação para o exercício de profissões técnicas com a habilitação profissional no ensino médio, seja ela ao mesmo tempo ou em continuidade à formação geral do educando.

2.2.4 O IFAL e a Educação Profissional de Nível Médio

O IFAL nasce institucionalmente por meio do Decreto Presidencial 7.566, de 23 de setembro de 1909, oficializando em todos os Estados da Federação, as Escolas de Aprendizes Artífices, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tem-se, conforme Bonan (2010), que o objetivo do Governo Federal, ao criar as Escolas de Aprendizes Artífices, passou pela questão ideológica do reordenamento social, inserindo-se, ao mesmo tempo, no ideário do ensino profissionalizante que se herdou do Império, uma vez que em Alagoas a indústria era incipiente, não havendo parque fabril que justificasse a preparação de mão de obra qualificada, contando o estado com indústrias esparsas e, em sua maioria, mais agrárias do que efetivamente industriais.

Mesmo assim, a Escola de Alagoas foi efetivamente instalada em 10 de janeiro de 1910, em local cedido pelo governo do Estado.

Em 1851 foi construída a sede própria abrigando o quadro de servidores e as oficinas de sapataria, marcenaria, carpintaria, funilaria, ferraria e serralharia. Seus objetivos era a formação de operários e contramestres, com vagas direcionadas aos menores desprovidos de fortuna que desejassem aprender um ofício. Por força do Decreto de criação, apenas os jovens na faixa etária compreendida entre 10 e 13 anos de idade estavam aptos a requerer matrícula, sendo que esta poderia ser feita de forma verbal ou por seu responsável. Com isso, teve então o início das aulas ocorridas a partir de maio de 1910. Já em 1912 instalou-se a oficina de eletrotécnica.

A Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, desligou as Escolas de Aprendizes Artífices do Ministério da Agricultura, passando as mesmas a integrar o Ministério da Educação e Saúde Pública, depois Ministério da Educação, reformado pelo Ministro Gustavo Capanema, que lhe deu nova estrutura. As escolas, nessa reforma, foram transferidas para a divisão do Ensino Industrial, que seria, daí por diante, órgão do Departamento Nacional de Educação. Criava-se a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico e com essa medida abria-se uma possibilidade de obtenção de maiores recursos financeiros, de modo a tornar possível a melhoria geral dos prédios e das instalações de oficinas.

A Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas durou de 1909 até 1937. A partir disso a Escola passa a se denominar Liceu Industrial de Alagoas responsável pelo ensino profissionalizante, por força das determinações constitucionais que passou a ser regulado com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, editada na década de 1940. Tal diploma legal

regulamentava a definição do ensino industrial no país, equiparando-o à condição de ensino secundário em todas as vertentes.

Já em 25 de fevereiro de 1942, em meio às reformas promovidas no Estado Novo, por meio do Decreto 4127, o Liceu Industrial de Alagoas, passou a se chamar Escola Industrial de Maceió, vindo a ministrar, no âmbito da cultura geral os cursos de português, matemática, história e geografia, ciências físicas e naturais, desenho, canto orfeônico e cultura artística. Em cultura técnica, os cursos de mecânica de maquinas, serralharia, solda, fundição, carpintaria, sapataria e alfaiataria.

Em 1956, a Escola foi transferida para sua nova sede em Alagoas.

Por força da Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, sancionada pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek e Clóvis Salgado, seu Ministro da Educação, o ensino industrial seria reformulado em todo o país, contendo novas metas para a reforma do ensino industrial. De acordo com os documentos oficiais, no dia 16 de outubro de 1959, o decreto 47.038, regulamenta o ensino Industrial, resultante de estudos iniciados em 1955. Através desse regulamento, as Escolas Industriais e Técnicas da Rede Federal não mais constituiriam cursos idênticos, subordinados rigidamente a um órgão central, porém, teriam total autonomia com personalidade jurídica própria. O objetivo já não era mais preparar artífices especializados em determinados ofícios, mas ofertar aos jovens uma base de cultura geral, acompanhada de uma noção de vários ofícios, de modo a permitir que, mais tarde, na vida prática os próprios alunos egressos das escolas pudessem, com facilidade, escolher a profissão que mais estivesse de acordo com suas aptidões.

Com a Lei 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961, cujos dispositivos legais oficializaram a transformação do Curso Industrial Básico em Ginásio Industrial, traduzindo a sintonia do Estado com o país, no seu período de intensificação do processo de industrialização e alargamento de sua base econômica.

Ocorre com isso que o Liceu Industrial de Maceió existiu pelo período compreendido de 1937 até 1961. A partir disso passou a se chamar Liceu Industrial Deodoro da Fonseca.

Em 24 de Agosto de 1965, de acordo com a Lei 47.759, a Escola passou a ter a denominação de Escola Industrial Federal de Alagoas, frente a política de formação de linha profissional bem definida para o país como um todo: preparação de mão de obra industrial, através de programas intensivos do Departamento de Ensino Industrial do MEC, já instalados em todo o Brasil, e da preparação do técnico secundário do 1º ciclo com orientação para o trabalho através dos ginásios e das Escolas do SENAI, com os cursos de aprendizagem. As

escolas técnicas ficaram encarregadas de ministrarem, apenas, os cursos técnicos, de acordo com as necessidades regionais, devendo ser extinto paulatinamente, o ginásio industrial.

É em 1967, que a Escola Industrial Federal de Alagoas passa a se chamar Escola Técnica Federal de Alagoas, por força da Portaria n.º 331/MEC, impondo novas diretrizes no que tange a preparação de mão de obra técnica, de acordo com a ótica econômica vigente.

Com a edição da Lei 5.692/71, foi estendido todo ensino de 2º grau o que era anteriormente da competência exclusiva das Escolas Técnicas Industriais, Agrícolas e Comerciais. Nesse quadro, as Escolas Técnicas Federais passaram a representar para o Governo a expressão de seu esforço para minorar, através do Ministério da Educação e Cultura, as deficiências locais da rede de formação profissional. Assim, no intuito de apresentar eficiência e eficácia na sua ação, caracterizou-se como uma das funções primordiais das Escolas Técnicas Federais atuar junto aos sistemas estaduais de ensino no desenvolvimento de recursos humanos de nível médio para a indústria, reforçando a sua capacidade de atendimento escolar, dentro da política redistributiva de recursos centrais da nação, impulsionando, assim, a reforma educacional ditada pela citada Lei.

Observa-se, portanto, que a Lei 5.692/71 propôs aprofissionalização do ensino de 2º grau considerando a educação como investimento, entretanto, as Escolas Técnicas da Rede Federal, dentre elas a ETFAL, que tinham toda uma tradição acumulada ao longo de mais de sessenta anos de experiência que lhe permitia delinear da melhor forma os seus horizontes, com anos de investimento em recursos financeiros, em infraestrutura, viam-se jogadas na vala comum da improvisação e do descrédito.

A seguir, o Parecer 45/72 criou as habilitações profissionais em nível de 2º grau, fixando os currículos mínimos a serem seguidos em cada habilitação profissional, com a reformulação de todos os currículos e respectivos programas. Em 1974, a ETFAL sofreria uma modificação na sua estrutura organizacional, com a extinção do Conselho de Representantes, que dividia o poder hierárquico com os diretores das Escolas. E com o Decreto n.º 75.079, de 12 de dezembro, foi criado o Conselho Técnico-Consultivo como um órgão de direção superior composto pelos departamentos subordinados ao diretor dos estabelecimentos e pelas entidades representativas da comunidade.

Com o advento da nova LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, abriu-se a possibilidade para que a educação profissional passasse a ser uma modalidade educacional que, entre outros objetivos, visa “qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho” (Decreto nº 2.208/97, art. 1º, inc. IV).

A portaria 646/96, foi a primeira norma após a Lei 9394/96 a disciplinar a educação profissional iniciando a reforma dessa modalidade de ensino. Em 1997, o governo regulamentou através do Decreto 2.208/97, os artigos 39 a 42 da LDB referentes à educação profissional. Assim, ETFAL inicia uma fase de profundas modificações, visando a adequação dos cursos às exigências advindas da preparação do técnico para enfrentar o mercado de trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, consubstanciadas na Resolução nº 04/99 foram centradas no conceito de laborabilidade e competências por área profissional. Do técnico agora deverá ser exigida tanto uma escolaridade básica sólida, como uma educação profissional eficiente e eficaz, em doses crescentes, atribuindo aos trabalhadores maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas, no intuito de superar o taylorismo/fordismo até agora dominante no mundo fabril brasileiro, mas já em franca decadência. A principal mudança estrutural na reforma da educação profissional consiste na complementação adicional à educação geral de 1º e 2º graus, com sua divisão em 3 níveis: o básico, o técnico e o tecnológico.

Diante das mudanças e discussões surge, em 1994, um movimento que objetivou transformar as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). Em Alagoas, concretiza-se em 1999 e, desde então, a antiga ETFAL passou processo de reformulação dos cursos e implantação da reforma da educação profissional.

Com a edição da Lei 11.892/2008, passou a integrar os Institutos Federais de Educação, Científica e Tecnológica que passaram a ter natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, conforme previsto em seu art. 2º.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Deu-se, então, a criação do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), com a finalidade prevista em seu art. 6º de:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:
I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Os seus objetivos foram expressos no art. 7º da referida Lei:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

O estatuto do IFAL foi aprovado por meio da Resolução nº 11, de 22 de setembro de 2009, e publicada no Diário Oficial da União, no dia 26 de outubro de 2009, preconizou no seu art. 3º que:

Art. 3º. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores: I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III. compromisso com a formação humana integral, com a produção e difusão de conhecimentos científicos tecnológicos; IV. compromisso com a educação inclusiva e emancipatória; V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Nos arts. 4º e 5º do seu estatuto, reiteram o previsto nos arts. 6º e 7º da Lei 11.892/2008, onde se encontram suas finalidades, características e objetivos.

Com a nova nomenclatura, segundo IFAL (2009), a instituição passou a ter função social e missão na formação de cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de ideias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Alagoas.

Nesse sentido, assinala Silva (2009, p. 7) que:

As instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originária, grande parte, das 19 escolas de aprendizes e artífices, por um decreto presidencial de 1909, assinado por Nilo Peçanha. Essas escolas, inicialmente subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passam, em 1930, para a supervisão do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública.

Assim, segundo Brasil (2008b), os Institutos Federais se caracterizam pela flexibilidade curricular de verticalização da formação do estudante, a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico, e essa articulada com a graduação tecnológica, com as especializações e com a pós-graduação.

A partir disso, definiu-se que os institutos federais podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso como desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, devendo articular, em experiência institucional inovadora, todos os princípios fundamentais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): visão sistêmica da educação; enlace da educação como ordenamento e desenvolvimento territorial; aprofundamento do regime de cooperação entre os entes federados em busca da qualidade e da equidade. Em especial, esse arranjo educacional abre novas perspectivas para o ensino médio-técnico, por meio de uma combinação do ensino de ciências, humanidades e educação profissional e tecnológica.

Observam Silva (2009, p. 23) que os IFs, como instituições federais de ensino, executoras da política de educação profissional, científica e tecnológica, são apreendidos “[...]”

como espaços contraditórios de atuação profissional à medida que atendem aos interesses do capital, mas também fazem concessões às demandas da classe trabalhadora”. Com isso, para os autores, são caracterizados como espaços de convivência multi e interprofissional, cuja natureza nem sempre é pacífica, havendo disputas por espaços políticos entre os diferentes profissionais, e conseqüentemente entre as diferentes práticas didático-pedagógicas e políticos-profissionais, que se configuram, como formas de trabalho, assentadas em distintos projetos societários.

Apreende-se que o papel do IFAL está em conformidade com o legislação vigente, expressa na Lei 11.892/2008 e nos seus estatutos.

Há que se considerar, entretanto, que o papel do IFAL, no começo de suas atividades enquanto Escola de Artífices e Aprendizes, era o de oferecer habilitações a uma clientela específica, as quais eram consideradas demeritórias, objetivando declaradamente a formação de operários e contramestres, com vagas direcionadas aos menores desprovidos de fortuna que desejassem aprender um ofício.

Essas escolas, segundo Ramalho(2000),tiveram um papel social importante, por objetivar a retirada das ruas de crianças analfabetas e na mendicância. Além disso, a escola, conforme Duarte (2001), a escola contribuiu para a expansão industrial não só em Alagoas, como em todo Brasil, ao assumir um papel importante no processo de construção de mão de obra qualificada e especializada, além de conter a massa proletária infanto-juvenil e ociosa.

Ao longo dos anos e décadas, transformada em liceu, escola técnica e agrotécnica, centro de educação tecnológica até a formação do instituto com a edição da Lei 11892/2008. Sua atuação está definida no Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2013) que, segundo IFAL (2009), explicita que a missão da instituição é formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de ideias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento sócioeconômico-cultural alagoano e brasileiro.

Entre os princípios gerais orientadores do ensino, pesquisa e extensão, conforme IFAL (2009, p. 35-36), estão a “[...] gestão democrática entendida como síntese superadora do dogmatismo, do espontaneísmo e do unilateralismo”, bem como “[...] A unificação entre escola da cultura e escola do trabalho, superando a dualidade estrutural antidemocrática, própria da lógica excludente”.

Assinala IFAL (2009, p. 44) que a instituição “[...] assume o compromisso de construir uma gestão que incorpore a participação ampla da comunidade em seu planejamento de ações, bem como em sua implementação e avaliação”.

Em vista disso, o IFAL (2009, p. 46) direciona a sua gestão para “[...] a democratização institucional, em que os sujeitos, coletivamente, assumem posturas transformadoras do fazer pedagógico”, formulando diretrizes gerais do Marco Operacional do seu Projeto Político Pedagógico, com políticas de ensino na contribuição da construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social e assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de sua clientela; consolidando o processo de gestão democrática na instituição, conforme postula os princípios da educação nacional postos na Constituição Federal, na LDB 9.394/96 e nas legislações correlatas; instituir uma política de formação continuada para os profissionais da Instituição; garantir a aplicação dos recursos destinados à Instituição, prioritariamente, para a manutenção e desenvolvimento do ensino; garantir padrões de infraestrutura física e de equipamentos das Unidades de Ensino do IFAL, inclusive relativos à acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, ampliando, adequando e modernizando laboratórios, salas de aulas, bibliotecas e demais espaços físicos; entre outros.

Atendendo às suas finalidades expressas na Lei 11892/2008, o IFAL oferta educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, o desenvolvimento dessa educação como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Em conformidade com o diploma legal normatizador, o IFAL atua na promoção da integração e verticalização da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; a orientação da oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do IFAL; constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.

Em atendimento às exigências legais, o IFAL possui a necessidade de qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Além disso, atua para desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o

empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Como a proposta dos institutos federais, para Silva (2009), entende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, atua segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. Para tanto, a função social do IFAL é a de formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de ideias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento sócio-econômico-cultural alagoano e brasileiro (IFAL, 2009).

Os seus objetivos e metas, conforme IFAL (2009), estão identificados em ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e atualização profissional, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas de educação profissional e tecnológica; realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolver atividades de extensão; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e ministrar cursos em nível de educação superior. Além disso, conforme IFAL (2009, p. 44), assume o compromisso de construir uma “[...] gestão que incorpore a participação ampla da comunidade em seu planejamento de ações, bem como em sua implementação e avaliação, direcionando-se para a democratização institucional”, por meio de diretrizes gerais que contemplem a construção de uma sociedade democrática e equitativa, universalizando o ensino, garantindo a inclusão social, implantando programas voltados para a promoção do acesso das minorias, estimulando iniciativas educativas inovadoras, entre outras.

Tendo por princípio o desenvolvimento da escola pública de qualidade, a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico e a vinculação à educação básica, o IFAL segue as linhas traçadas no Plano Nacional de Educação. Conforme IFAL (2009), o Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2013) prevê as atualizações e revisões periódicas de

metas e objetivos, elaborando um cronograma de execução e refletindo, em termos de ações e metas, as grandes linhas traçadas para o seu desenvolvimento institucional.

Em vista disso, a gestão democrática, conforme IFAL (2009), se realiza na abertura de novos espaços de decisões, em razão de sua natureza de instituição social, convocando a participação de professores, técnicos pedagógicos, pais, alunos, servidores administrativos e representantes da comunidade, visando a garantia de práticas que fortaleçam a sua visão sistêmica.

Com isso, assinala Silva (2009), que o foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Mediante isso, os institutos federais, no dizer de Silva (2009) e Barros (2018), devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os com aqueles presentes nos currículos formais.

O IFAL/Campus Maragogi foi implantado oficialmente em 20 de julho de 2010, por força da Portaria/IFAL 868/2010. Em convenio firmado entre o IFAL, a Prefeitura de Maragogi e a Fundação Costa dos Corais (Fundec), em 20 de abril de 2010, possibilitou a criação de três salas de aula, mais duas salas destinadas para administração e recepção. Foi instalado em sede provisória no dia 20 de julho de 2010 e, em seguida, a estrutura foi ampliada com a criação da Diretoria de Ensino e da Coordenadoria de Administração e Planejamento, por força da Portaria/IFAL 11780/2010, de 01 de setembro de 2010.

Por atribuição, conforme Alagoas (2018), a Diretoria de Ensino tinha a incumbência de elaborar os horários das turmas, dar informações aos pretensos candidatos e participar de reuniões na PROEN, com o objetivo de desenvolver o projeto de ensino unificado para o IFAL, definido pela política de ensino estabelecida pela atual gestão, além de participar efetivamente dos trabalhos de divulgação do processo seletivo. Já a Coordenadoria de Planejamento e de Administração tinha como principal atribuição a fiscalização das obras e a manutenção da sede provisória, além de participar de reuniões na PRAP, com o objetivo de acompanhar o planejamento para os campi novos, e trabalhar na divulgação do processo seletivo.

Em conformidade com o Relatório de Gestão, IFAL/Maragogi (2012), o edital do primeiro processo seletivo foi publicado pela Comissão Permanente de Exames de Seleção (Copes), no dia 23 de agosto de 2010, com o objetivo de contemplar estudantes de Maragogi e

da região compreendida entre a Mata Norte e o Litoral Norte de Alagoas, envolvendo além da cidade sede, as localidades de Japaratinga, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe e Porto de Pedras, em Alagoas, e de São José da Coroa Grande, no vizinho estado de Pernambuco, além de outros municípios alagoanos como São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, Jundiá, Jacuípe e Campestre. Por resultado, foram inscritos 562 candidatos, sendo 85 em Agroecologia matutino e 105 vespertino; 178 em Hospedagem matutina e 194 vespertino, que disputaram 160 vagas, distribuídas igualmente entre os cursos de Agroecologia e Hospedagem, sendo duas turmas com 40 alunos pela manhã, uma de Agroecologia e outra de Hospedagem, ocorrendo o mesmo processo no período vespertino. Após o sorteio, ocorreram as matrículas entre os dias 30 e 31 de agosto de 2010.

A aula inaugural festiva ocorreu no dia 03 de setembro de 2010, no auditório do Hotel Praia Dourada, com a participação de Prefeitos e Secretários Municipais da região, além do Magnífico Reitor e dos Pró-reitores do IFAL. Naquele momento, dos 16 professores aprovados no concurso público, 12 estiveram presentes e os demais ainda não tinham tomado posse ou entrado em exercício neste campus.

O início das atividades acadêmicas do campus do IFAL no município de Maragogi, segundo IFAL/Maragogi (2010), ocorreu em setembro de 2010. Na ocasião, foram iniciadas turmas de dois cursos técnicos integrados: Agroecologia e Hospedagem. Tais cursos foram propostos para atender às necessidades do mercado produtivo local, onde predomina a produção agrícola e o turismo. Devido a diversos fatores, o processo seletivo de alunos para o primeiro ano letivo foi efetivado através de sorteio, o que culminou em um público altamente diverso (na variável formação escolar, por exemplo). A necessidade de conhecer um pouco mais sobre o corpo discente da escola estimulou a realização de levantamentos por meio de instrumento questionário, no sentido que favorecesse um adequado planejamento e acompanhamento pedagógico.

O processo seletivo de 2011 teve seu edital publicado em 2010, compreendendo o período de inscrição entre 29 de setembro e 31 de outubro do mesmo ano, compreendendo os municípios da região norte de Alagoas e Sul de Pernambuco. Nesse evento ocorreram 522 inscritos, sendo 111 em Agroecologia matutino e 79 vespertino, 209 em Hospedagem matutina e 123 vespertino, com as matrículas realizadas entre 20 e 23 de dezembro de 2010.

Numa avaliação das atividades desenvolvidas, segundo IFAL/Maragogi (2012), observou-se que o processo de ensino-aprendizagem foi prejudicado pela ausência de uma biblioteca para alunos e professores, de laboratórios em pleno funcionamento e de visitas técnicas. No caso da biblioteca, não se dispõe de um acervo, o laboratório de Ciências da

Natureza não possui equipamentos e o de Informática com máquinas, porém, a sala precisava de algumas adaptações para o pleno funcionamento. Havia a preocupação com os equipamentos instalados pelo IFAL no campus, tendo em vista a guarda municipal iniciar uma greve no final do mês de setembro, além da vulnerabilidade do prédio na proteção de todo material que compunha o ambiente, tais como 21 computadores que estavam com a chegada prevista para a 1ª quinzena de novembro, além de 2 aparelhos de data-show, 1 máquina fotocopadora e toda mobília que foi entregue para os novos campi do IFAL. O prédio não oferecia segurança por não possuir muro ou cerca de isolamento com os limites do terreno.

Na segunda reunião ordinária alusiva ao processo seletivo de 2011, segundo IFAL/Maragogi (2012), quando o campus em estudo teve aprovado pela Proex três projetos classificados e os seis enviados aprovados que serão financiados pelo próprio campus.

Assim, o IFAL, campus Maragogi, cumpre seu papel em conformidade com o estabelecido em suas atribuições legais, atuando nas Zonas Litoral Norte e Mata Norte, compreendendo o atendimento com 13 municípios da região por meio de parcerias com as Prefeituras Municipais.

Identifica-se, portanto, a partir do PDI (BRASIL, 2009), que o IFAL/Maragogi possui a missão de formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de idéias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Maragogi.

As suas finalidades estão expressas na Lei 11892/2008 que é a de ofertar educação profissional e tecnológica visando o desenvolvimento do processo educativo de forma integrada, constituindo-se em centro de excelência na oferta dessa modalidade de ensino.

Entre os seus objetivos e metas, conforme Alagoas (2009) e Alagoas (2018) estão a ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, bem como ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, realizando pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas em benefícios à comunidade, desenvolver atividades de extensão, estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, entre outras (ALAGOAS, 2009; ALAGOAS, 2018).

Entre as ações da instituição escolar, conforme Alagoas (2018), estão a de realizar articulação com as instituições públicas para definição de ofertas de cursos técnicos e

superiores., garantir a adoção de ações afirmativas nos processos seletivos; criar uma política de formação para professores que atuam ou irão atuar na educação de jovens e adultos; consolidar as políticas de educação a distância; investir em infraestrutura tecnológica, administrativa e de pessoal especializado, em todos os campus, para atuação na educação a distância, proporcionar formação continuada aos professores e técnicos administrativos para atuação na educação a distância; desenvolver programas de incentivo de atividades artístico-culturais e desportivas, entre outras.

2.2.5. Cidadania, Inclusão e Preparação para o Trabalho no IFAL

As práticas pedagógicas promotoras ao exercício da cidadania, conforme Zambom e Araújo (2018), Machado (2018) e Vieira, Oliveira e Dias Júnior (2018), estão inseridas no composto que envolve a construção do conhecimento por meio de uma abordagem dinâmica de ensino para aprendizagem criativa, pautadas nas interações dialógicas entre o professor e aluno.

Em conformidade com a experiência de Zambom e Araújo (2018) e Machado (2018b), as ações voltadas para o desenvolvimento da cidadania no ambiente escolar, procura enfatizar a relevância da temática, articulando o aparato legislativo vigente que permeia o projeto político pedagógico escolar com a interdisciplinaridade, por meio de práticas que corroborem o desenvolvimento de cidadãos para a consciência crítica de transformação da realidade vivenciada, por meio de iniciativas significativas por meio do exercício contínuo de ouvir e ser ouvido, abrir-se ao outro, aprender e ensinar de forma criativa e inovadora para o favorecimento da troca de experiências e conhecimentos. A promoção de tais práticas na relação aluno e professor possibilitam a abertura de um processo dialético que vise a construção coletiva de novos conhecimentos teóricos e práticos, proporcionado que o aluno se torne um permanente aprendiz pelo fomento das reflexões com autonomia e independência, enfatizando a importância do respeito pelo outro e utilização dos recursos do meio em que se encontrem inseridos para o desenvolvimento de competências básicas, como ouvir, falar, ler e escrever, lidar com quantidades e números, bem como possibilitar a instrumentalização dos jovens na participação da cultura, da política e das relações sociais. Evidencia-se que tais práticas devem dimensionar as expectativas dos alunos articuladas com as dos seus pais, da comunidade, dos professores e de todos envolvidos no processo educativo.

Faz parte das ações promotoras para o exercício da cidadania, segundo Zambom e Araújo (2018), além das acima mencionadas, o resgate da autoestima, a permanência do aluno no ambiente escolar, o êxito escolar e a aplicabilidade dos conteúdos atinentes à temática, fomentando uma reflexão que se direcione à busca de uma sociedade mais justa e democrática e na construção de valores morais e éticos. Por fim, tais práticas procuram efetivar o desenvolvimento mais livre, consciente e comprometido com a sociedade na qual está inserido o educando.

Em conformidade com Alagoas (2009), o PDI expressa que o IFAL tem por princípios norteadores embasados nas diretrizes da Política Nacional da Educação e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, voltados para o compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática, entre outros, que o identificam como voltado para o exercício da cidadania. Entre seus objetivos estão o de estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, entre outros. Com isso, suas ações estão voltadas para o atendimento dos princípios norteadores de preparação para a vida cidadã, inserção social participativa, integração entre formação geral e profissional, e, por consequência, o processo de inclusão.

Por conta disso, Alagoas (2018) e Santos Júnior, Silva e Gobbis (2018), assinalam o desenvolvimento da concepção de práticas pedagógicas inovadoras embasadas nos princípios norteadoras da instituição, como sendo na promoção da aprendizagem ativa e colaborativa, respeito ao conhecimento prévio e às diferenças, formação politécnica, flexibilidade de espaços e tempos escolares, entre outros.

No que concerne à inclusão, destacam Fernandes e Noma (2012) que a educação além de ser compreendida como um direito de todos, norteia a política nacional de inclusão educacional que almeja a efetivação da igualdade constitucional e a preparação de todos para o desempenho profissional. O entendimento é de que a promoção da formação, da preparação profissional e da inclusão de grupos notoriamente discriminados, visa superar o processo de exclusão histórica imposto, às pessoas de baixa renda, com deficiência ou vítimas das discriminações étnicas, sociais, de gênero e de crença, realizando-se por intermédio de políticas e de ações afirmativas na busca pela conscientização da sociedade acerca das potencialidades de todos os indivíduos.

Dessa forma, assinalam Cavalcanti e Strozzi (2008), Araújo (2007), Carvalho et al (2018), Arantes (2007), Machado (2018c), Lodi e Araújo (2007) e Ribeiro (2006) que uma educação inclusiva preconiza a democratização na oferta de educação básica para todos,

atendendo as exigências de qualidade dos serviços, de acesso, de permanência dos alunos e de conclusão da escolaridade como um direito social.

Nesse sentido, aborda Lodi (2003) que a inclusão escolar impõe o compromisso de produzir uma nova cultura, de compreender capacidades expressivas que não tinham sido previstas e de realizar ações humanistas, acolhendo o outro sem quaisquer preconceitos.

No que concerne ao aspecto da inclusão escolar, conforme as experiências desenvolvidas por Zanata e Treviso (2018), as práticas pedagógicas precisam ter um professor preparado para o ensino-aprendizagem e gestão de uma sala de aula heterogênea, embasado no respeito à diferença e na promoção inclusiva de pessoas com deficiência especial, respeitando-se as capacidades.

As práticas pedagógicas para o processo inclusivo, segundo Zanata e Treviso (2018), compreende o desenvolvimento de ensino de qualidade para inserção de deficientes no ambiente escolar, preparando a todos os alunos para o exercício da cidadania e para o trabalho. Tais práticas dizem respeito à superação das dificuldades e promoção do acesso de todos à informação, ao conhecimento e, sobretudo, à educação, embasadas na qualidade do ensino para aprendizagem dos educandos, em obediência ao marco legal vigente no Brasil. Além disso, há que se observar que tais ações estão amparadas no princípio da dignidade da pessoa humana e na constitucionalização dos direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos e cidadãs.

Dessa forma, assinalam Zanata e Treviso (2018) que a inclusão é responsabilidade de todos os brasileiros e brasileiras, incluindo-se as instituições escolares de todos os níveis, e a sociedade em geral.

Conforme Alagoas (2018), o IFAL tem desenvolvido ações que promovam a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão com êxito, assegurando o desenvolvimento de ações afirmativas para garantir o acesso, a permanência e a conclusão com êxito, com a garantia de democratização, qualidade e universalização dos serviços prestados à comunidade escolar, defesa da justiça social e combate ao preconceito, redução das desigualdades e incentivo à convivência com a diversidade, compromisso com a inclusão social e o exercício da cidadania, entre outras.

Para tanto, conforme Alagoas (2018), o IFAL desenvolve uma série de programas e serviços de assistência estudantil, a exemplo dos programas Bolsa de Estudos, Bolsa PROEJA, Auxílio Transporte e Auxílio Alimentação, bem como os serviços dos programas Alimentação e Nutrição Escolas (PANES), Aconselhamento Psicológico, Orientação Profissional, Assistência à Saúde, Prevenção a Fatores de Risco e Promoção da Saúde Mental, Assistência

aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas, Apoio às Atividades Estudantis e Informação Cultural.

No que tange à Educação Inclusiva, segundo Alagoas (2018), o IFAL procura promover a autonomia e a independência de pessoas com necessidades específicas, por meio de ações inclusivas, passando a responsabilizar-se pelas mudanças que permitam o acesso pleno de todas as pessoas a todos os bens e serviços da instituição, além de respeitar as normas de acessibilidade na arquitetura, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações, na informação, nos recursos didáticos e pedagógicos utilizados nos cursos da instituição.

Para tanto, conforme Alagoas (2018), o IFAL desenvolve ações com implantação de salas de recursos multifuncionais; garantia de serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; promover a capacitação de profissionais em LIBRAS; disponibilizar intérprete ou tradutor de Libras em palestras e eventos, sempre que houver necessidade; adequar os espaços aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT; garantir serviços de transporte acessíveis; promover a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da instituição e o pleno acesso às informações disponíveis; participar e promover eventos sobre educação inclusiva; e apoiar estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade devida da pessoa com deficiência, entre outras.

Nesse contexto, observa Alagoas (2018b) que o IFAL segue a Orientação Normativa 02/PRP/IFAL, de 26 de abril de 2018, que estabelece orientações sobre a Política de Ações Afirmativas para negras/os, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência, nos Cursos de Pós-Graduação *lato e stricto sensu* no âmbito do Instituto Federal de Alagoas.

Já na esfera da preparação para o trabalho, observou-se, principalmente, que nos tempos atuais, quando essa importância chegou ao extremo, passou-se a verificar que a formação profissional do indivíduo passa pela educação que visa qualificá-lo e prepará-lo para o melhor desempenho das atividades organizacionais.

No que se refere às práticas promotoras para a preparação ao trabalho dos educandos, as experiências desenvolvidas por Munhoz e Melo-Silva (2018), ser este tema um dos objetivos da educação básica e profissional no Brasil, havendo, portanto, a este respeito, uma base legal que contribui para o desenvolvimento de uma educação para a carreira e orientação profissional, por meio de conteúdos coerentes e bem estruturados que tratem sobre o sistema econômico e as características do universo laboral que se encontram na dimensão dos educandos, visando, com isso, uma preparação básica sobre o papel de produtores, consumidores e cidadãos nas relações econômicas e de consumo, não se restringindo apenas a aquisição de habilidades e

competências, como também proporcionar espaço para o desenvolvimento de hábitos, atitudes, valores, projetos de vida e pensamento crítico.

Dessa forma, conforme Munhoz e Melo-Silva (2018), as práticas de ensino-aprendizagem nas escolas, embasadas na legislação vigente, atuam na preparação para o trabalho ao envolver conteúdos e competências básicas para inserção nesse universo, com noções e valor do trabalho, condições de produção e produtos do trabalho, formação e treinamento para atuação profissional, o sustento e a forma de realização pessoal e humana, a manutenção e desenvolvimento da civilização, construção da carreira e exercício da cidadania.

Nesse tocante, salienta Alagoas (2018) que o IFAL desenvolve atividades articulando as atividades de extensão ao mundo do trabalho, atendendo os princípios norteadores da formação profissional com o observatório do mundo do trabalho.

A essas práticas de promoção da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, acrescentam Munhoz e Melo-Silva (2018), o desenvolvimento em sala de aula dos temas transversais, identificados na Ética, Cidadania, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo, oferecendo uma visão mais ampla e contextualizada.

Tais práticas de promoção da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, identificadas no marco legal vigente no Brasil, faz parte das ações desenvolvidas pelo IFAL nas práticas de ensino-aprendizagem, as quais serão no presente estudo investigadas, levantadas, expressas e aferidas por professores e alunos acerca da sua efetividade.

QUADRO I - OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

VARIABLE	DEFINIÇÃO	DIMENSÃO	INDICADORES	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS
Ações desenvolvidas pelo IFAL	Procedimentos e atividades que o Ifal realiza como ações para desenvolver os aspectos: Pesquisa, extensão, eventos e treinamentos	Cidadania	Ações de cidadania	Questionário
		Inclusão	Ações relacionadas com a inclusão	
		Preparação para o trabalho	Ações concernentes à preparação para o trabalho	

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO

3.1. Tipo e nível de investigação

O tipo de pesquisa está definida como sendo quantitativa.

O nível da pesquisa será de natureza quantitativa procurando descrever as características de determinado fenômeno ou população, correlacionando variáveis correspondentes aos fatos ou fenômenos, implicando na observação, registro e análise do objeto que está sendo estudado.

3.2. Desenho da investigação: não experimental

O desenho da investigação está definido como de natureza não experimental.

3.3 Linha de investigação

A linha de pesquisa será administração e gestão educativa.

3.4. População e amostra investigada

A população envolvida compreende uma amostra que envolve a identificação entre alunos e professores da percepção destes acerca da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional no IFAL, elegendo alunos e professores do campus Maragogi – AL, seus corpos docente e discente, definindo-se por 30 professores que compreendem que representa 62% de um total de 48 professores e 350 alunos que representa, 55% de um total de 646 alunos que se encontram reunidos no campus em referência.

O critério para seleção deste universo de pesquisa, se deu pela realização do plano piloto, efetuado por meio de questionário elaborado entre alunos e professores do IFAL, definindo-se, portanto, o universo compreendido pela amostragem realizada.

3.5 Instrumentos de coletas de dados

Compreende o universo que envolve os corpos docentes e discente do IFAL, o presente estudo procurou por meio do instrumento questionários, procurando identificar a realidade da trajetória da Educação Profissional de nível médio no IFAL, na identificação de suas ações voltadas para cidadania, inclusão e preparação para o trabalho.

Os métodos, técnicas e instrumentos para realização da coleta de dados foram, em primeiro lugar o levantamento ou Survey por meio da técnica por instrumento questionário. O método documental efetuado por meio de fichamentos compreendidos por meio do instrumento ficha documental. E, por fim, o método de observação utiliza a respectiva técnica apoiada pelo instrumento ficha de observação.

Assim sendo, no desenvolvimento metodológico desta investigação foram utilizados os métodos: levantamento, documental e observação; as técnicas: questionário, fichamento e observação; e os instrumentos de coleta de dados: questionário, ficha documental e ficha de observação.

Além do mais, envolve os corpos docentes e discente do IFAL, procurando por meio dos procedimentos metodológicos e da observação efetuar uma avaliação acerca da realidade da instituição, com levantamento documental baseado nas bases legais e administrativas e, por meio do instrumento questionário aplicado entre professores e alunos, identificar a percepção dos mesmos acerca da realidade da trajetória da Educação Profissional de nível médio no IFAL-Maragogi.

Para tanto, foi realizado um plano-piloto com o instrumento questionário, envolvendo 2 professores e 3 alunos, no sentido de aferir o atendimento e expectativa do instrumento na consecução da pesquisa, sendo descartado posteriormente.

As técnicas e instrumentos adotados no presente estudo, estão a seguir discriminados:

As técnicas utilizadas foram a elaboração do questionário, entrevista, observação e fichamento documental.

Os instrumentos adotados para coleta de dados foram o questionário aplicado entre professores e alunos do IFAL, entrevista, ficha documental e ficha de observação.

Assim sendo, há de se considerar que a investigação baseou-se em dois enfoques, um qualitativo e outro quantitativo. Para o enfoque qualitativo, utilizou-se a análise descritiva e para o quantitativo, empregou-se a verificação estatística.

No desenvolvimento metodológico desta investigação, foram utilizados os métodos: levantamento, documental e observação; as técnicas: questionário, fichamento e observação; e os instrumentos de coleta de dados: questionário, ficha documental e ficha de observação.

O instrumento questionário foi elaborado considerando perguntas abertas, semiabertas e fechadas. Procurou-se, então, com o referido instrumento traçar um perfil dos professores e alunos, a partir das informações como faixa etária, estado civil, tempo com duração da ligação de ambos os segmentos com a instituição, entre outros. Em seguida, procurou-se com o instrumento em referência identificar os níveis de satisfação dos respondentes envolvidos com a prática pedagógica, estrutura, infraestrutura, corpo pedagógico e diretivo, identificação da percepção acerca do procedimento pedagógico concernente às condições desenvolvidas nas áreas de exercício da cidadania, inclusão social e preparação para a vida e para o trabalho.

O instrumento questionário adotou alguns critérios na formulação das perguntas aos respondentes. Entre elas, encontram-se questões que estão solicitando dos mesmos que indiquem se ótimo/bom/razoável/ruim/péssimo. Esses critérios consideram como ótimo o nível de muita satisfação do respondente. Bom significa que o respondente está apenas satisfeito. Razoável significa que o respondente, de certa forma, um pouco satisfeito. Ruim traz a dimensão de que o respondente está pouco insatisfeito. E péssimo significa que o respondente está muito insatisfeito.

Adotou-se também o critério objetivo em alguns itens dos questionamentos, a condução sim/não/às vezes, considerando Sim representa sempre ou como o atendimento pleno do que foi questionado. Não correspondendo a nunca ou inexistência do que foi questionado. E às vezes, demonstrando que o respondente se encontra com dúvida da existência ou não do que foi questionado, ora identificado a sua possibilidade, ora identificando que o mesmo não se encontra presente, determinando inconstância ou a devida insegurança quanto a percepção do respondente a respeito.

3.6 Análise dos dados

A análise dos dados foi efetuada a partir da revisão da literatura, da pesquisa documental, do levantamento de dados recolhidos com a aplicação do instrumento questionário e com o resultado obtido no instrumento questionário que foram realizadas entre os docentes e discentes do IFAL.

O processamento da análise dos dados foram efetuados por meio de 3 etapas.

A primeira etapa compreendendo o levantamento, mantendo-se contato com servidores e estudantes do IFAL, elaboração do questionário direcionado para os professores e estudantes, definição da amostra, tabulação e análise do teste piloto e revisão do questionário, definição da amostra, aplicação dos questionários, coleta de dados, codificação e tabulação dos dados, bem como o processamento e análise dos dados com análise estatística e descritiva.

A segunda etapa compreendeu o levantamento documental, com definição do material para análise, elaboração de ficha documental, preenchimento da ficha, codificação e tabulação dos dados, bem como o processamento e análise dos dados na fase descritiva.

A terceira etapa compreendeu a observação por meio de visita às salas de aulas e de professores do IFAL, elaboração da ficha de observação para caracterização do educandário, teste piloto, tabulação e análise do teste piloto com revisão da ficha de observação, coleta de dados com o preenchimento da ficha de observação, codificação e tabulação dos dados, além de finalmente efetuar o processamento e análise dos dados por meio de análise descritiva.

Por meio do instrumento questionário aplicado entre os professores, identificou-se a realidade encontrada sob a ótica desses respondentes, perfazendo um total de 33 professores envolvidos na pesquisa. Já por meio do instrumento questionário aplicado entre os alunos, identificou-se a realidade encontrada sob a ótica desses respondentes, perfazendo um total de 350 alunos envolvidos na pesquisa.

3.7 Teste piloto

O teste piloto, segundo Alvarenga (2010, p. 80), compreende uma prova que é [...] realizada com o intuito de testar o instrumento de coleta de dados a ser empregado”.

Neste sentido, realizou-se um teste piloto para calibração do instrumento de coleta de dados, por meio do instrumento questionário, com a categoria definida dos estudantes no IFAL-Maragogi.

O teste piloto teve a finalidade de verificar a existência de erros, falhas e entendimento das questões formuladas e itens observados, tendo sido aplicado a uma amostra envolvendo trinta estudantes e dez professores das diversas séries do IFAL-Maragogi.

Cada componente da amostra piloto foi escolhido de forma aleatória dentre os envolvidos na população da pesquisa e automaticamente descartados dos procedimentos de obtenção da amostra final.

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO DE ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1. Exposição e análise dos resultados

Por meio dos instrumentos questionários nos Apêndices 1 e 2, aplicados entre os dias 10 e 30 de maio de 2018, foram envolvidos na pesquisa 33 professores e 350 alunos, conforme a seguir discriminados.

A população envolvida compreende uma amostra que envolverá a identificação entre alunos e professores da percepção destes acerca da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional no IFAL, elegendo alunos e professores do campus Maragogi – AL, seus corpos docente e discente, definindo-se por 33 professores que compreendem que representa 62% de um total de 48 professores e 350 alunos que representa, 55% de um total de 646 alunos que se encontram reunidos no campus em referência.

4.1.1. Os professores

Essa parte da pesquisa teve como foco o total de 48 professores lotados na instituição, sendo 33 deles, ou seja, 62% dos professores, responderam ao questionário do Apêndice I.

No item 1, do Apêndice I, os professores foram instados a indicar quais as ações promovidas pelo IFAL referentes ao exercício de cidadania, apurando-se o que segue.

QUADRO II – AÇÕES EXERCÍCIO DE CIDADANIA

ATIVIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade;	22	66,66
Promove a solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade	20	60,60
Promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade	19	57,57

Tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade	10	30,30
Promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente	23	69,69
Promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade	16	48,48
Promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade	10	30,30
Apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora	17	51,51
Promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade	16	48,48
Apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade	20	60,60

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se que entre os 33 professores respondentes, 66,66% assinalaram que a instituição promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade; que 60,60% deles, assinalaram a existência da promoção pela solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 57,57% promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 30,30% pela tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade; para 69,69%, promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente; para 48,48% Promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 30,30% promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade; para 51,51% deles, apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora; para 48,48% deles, promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade; e para 60,60% deles, apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Solicitou-se ainda neste mesmo item do Apêndice I, que os professores respondentes indicassem abertamente outras ações e quais delas identificam como ações pertinentes às práticas de exercício de cidadania, sendo a resposta omitida por todos os envolvidos.

Observou-se, portanto, que a instituição estudada promove ações que se relacionam com o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade; a solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade; o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade; a tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade; a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente; a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade; o acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade; projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora; e canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade, ações essas que caracterizam a condução adequada para o atendimento dos anseios da população assistida.

No item 2 no Apêndice I, procurou-se saber dos professores quais as ações identificadas nas práticas do IFAL com relação à inclusão, obtendo-se o seguinte resultado:

QUADRO III – AÇÕES DE INCLUSÃO NO IFAL

ATIVIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Promove a inclusão por meio de ações de respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade	24	72,72
Promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade	17	51,51
Oferece apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem	16	48,48
Promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade	11	33,33
Promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma	20	60,60

compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade		
Promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral	16	48,48
Implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero	20	60,60

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Verificou-se pela apuração do resultado expresso no quadro acima, que com relação às ações de inclusão, 72,72% dos professores respondentes, assinalaram promove a inclusão por meio de ações de respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 51,51% deles promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 48,48% deles, oferece apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem; para 33,33% deles promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 60,60% deles promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 48,48% deles promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral; para 60,60% implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero.

Neste item ainda foi solicitado dos professores respondentes que indicassem outras ações e quais delas identificam como pertinentes às práticas de exercício de cidadania, não havendo resposta de nenhum deles.

No item 3 do Apêndice I, procurou-se verificar dos professores respondentes, quais as ações identificadas nas práticas do IFAL como concernente à preparação ao trabalho, resultando na apuração a seguir:

QUADRO IV – AÇÕES DE PREPARAÇÃO AO TRABALHO NO IFAL

ATIVIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Promove a orientação profissional e preparação para as carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade	13	39,39
Promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho	17	51,51
Promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade	18	54,54
Promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania	21	63,63
Atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade	22	66,66

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Constatou-se com as respostas recepcionadas neste quesito, que para 39,39% dos professores respondentes, o IFAL promove a preparação do trabalho por meio de ações de orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 51,51 deles promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho; para 54,54% deles promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 63,63% deles promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania; para 66,66% deles atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Neste quesito ainda foi solicitado dos professores respondentes que indicassem outras ações e quais delas identificam como pertinentes às práticas de preparação para o trabalho, não havendo nenhuma manifestação a respeito dos envolvidos.

Procurando traçar um perfil dos professores respondentes envolvidos na amostragem, no item 4 do Apêndice I, procurou-se deles a informação do tempo de serviço prestado na instituição, obtendo-se o seguinte resultado:

QUADRO V – TEMPO DE SERVIÇO DO PROFESSOR RESPONDENTE

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Menos de um ano	4	12,12
De 1 a 5 anos	16	48,48
De 5 a 10 anos	13	39,39
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se que entre os professores respondentes, 48,48% deles estão no quadro funcional da instituição pesquisada entre 1 e 5 anos de serviços, enquanto que 39,39% deles estão entre 5 e 10 anos de serviços e 12,12% com menos de um ano de serviço. Tem-se com isso que os integrantes do quadro funcional, possuem uma boa média de experiência no desenvolvimento das suas atividades, demonstrando haver conhecimento para lidar com as questões abordadas na presente pesquisa.

No Item 5 do Apêndice I, solicitou-se dos professores respondentes que efetuasse uma avaliação da instituição estudada, concernente ao desenvolvimento do exercício da cidadania entre os alunos, ao que se apurou o seguinte resultado:

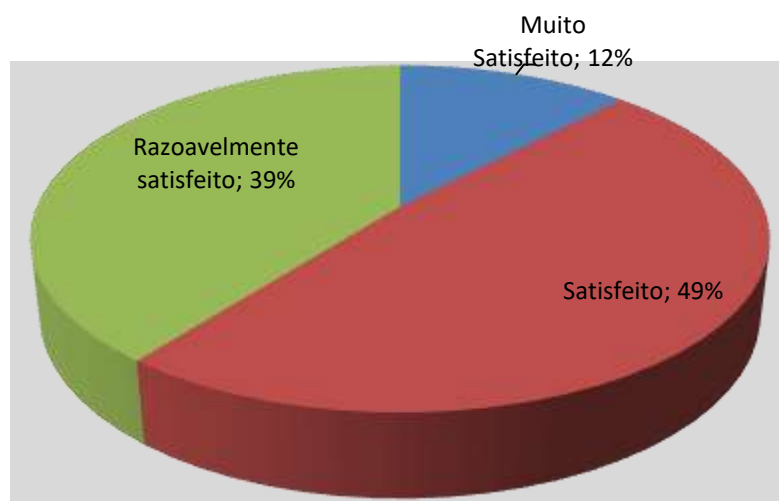
QUADRO VI – AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO IFAL

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Muito Satisfeito	4	12,12
Satisfeito	16	48,48
Razoavelmente satisfeito	13	39,39
Pouco satisfeito	0	0
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Este resultado está melhor expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO I



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Apurou-se que 48,48% dos professores respondentes estão satisfeitos na avaliação da prática do exercício da cidadania entre os alunos na instituição, enquanto que para 39,39% estão razoavelmente satisfeitos e 12,12% estão muito satisfeitos.

Esse resultado expressa que um percentual substancial avalia como satisfeitos/muito satisfeitos as práticas desenvolvidas para o exercício da cidadania. Contudo, uma parcela representativa se encontra razoavelmente satisfeitos, havendo indícios, por conta disso, que ações devam ser realizadas para atendimento desse universo no tocante à questão levantada.

No item 6 do Apêndice I, solicitou-se do professor respondente avaliação da sua prática pedagógica no que concerne ao desenvolvimento do exercício da cidadania entre os seus alunos, apurando-se o resultado a seguir:

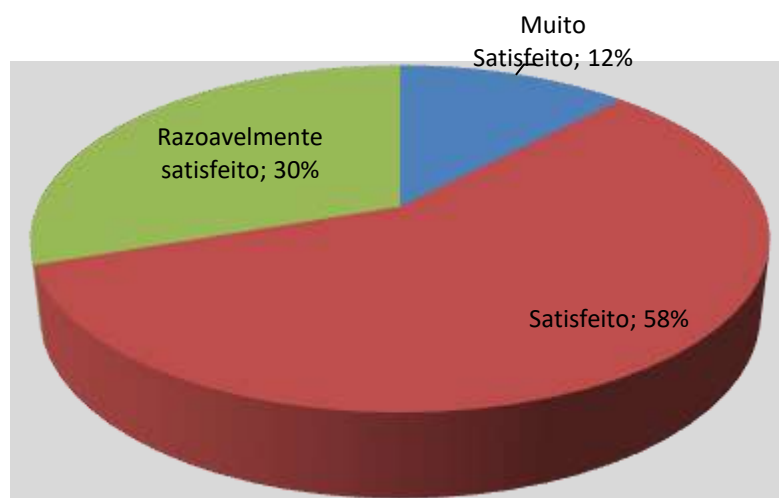
QUADRO VII – AVALIAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA CIDADÃ ENTRE OS ALUNOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Muito Satisfeito	4	12,12
Satisfeito	19	57,57
Razoavelmente satisfeito	10	30,3
Pouco satisfeito	0	0
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Este resultado está melhor expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO II



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se que entre os professores envolvidos na amostragem, 57,57% estão satisfeitos com a sua prática pedagógica concernente ao desenvolvimento do exercício da cidadania entre seus alunos, enquanto 33,33% estão razoavelmente satisfeitos e 12,12% estão muito satisfeitos.

Verificou-se que a maioria dos respondentes encontra-se satisfeitos/muito satisfeitos com relação à prática pedagógica, enquanto que um percentual representativo encontra-se razoavelmente satisfeitos, reiterando o que foi observado anteriormente, no sentido de que ações de gestão deva ser encaminhada no sentido de atender os anseios dessa parcela de participantes.

No item 7 do Apêndice I, solicitou-se do professor respondente que avaliasse a percepção dos seus alunos no tocante ao exercício de cidadania, apurando-se o seguinte resultado:

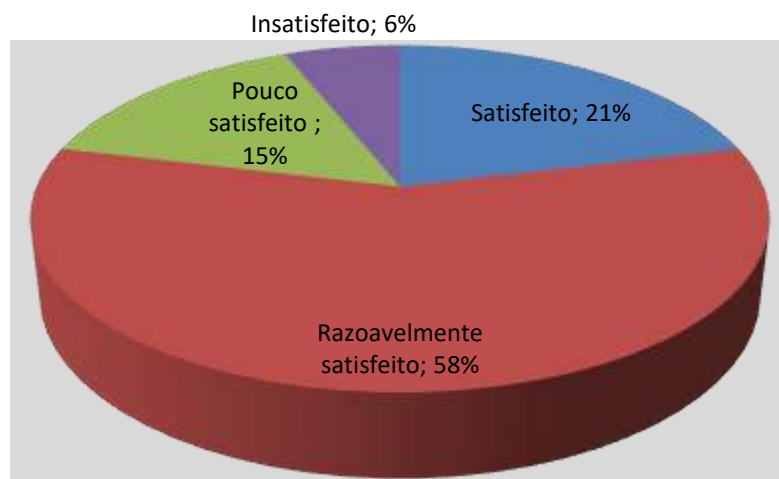
QUADRO VIII – AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA CIDADANIA ENTRE ALUNOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	0	0
Satisfeito	7	21,21
Razoavelmente satisfeito	19	57,57
Pouco satisfeito	5	15,15
Insatisfeito	2	6,06
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Este resultado está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO III



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Constatou-se que entre 57,57% dos respondentes se encontram razoavelmente satisfeitos com a avaliação feita no tocante a percepção da cidadania entre alunos, enquanto 21,21% estão satisfeitos, 15,15% pouco satisfeitos e 6,06% insatisfeitos.

Ficou visualizado que apesar da maioria dos respondentes satisfeita com a percepção da cidadania entre seus alunos, há um percentual representativo destes que se manifestam insatisfeitos/pouco satisfeitos, convocando, com isso, a gestão da instituição a tomar providências no sentido de corrigir esse quadro.

No item 8 do Apêndice I, procurou-se saber dos professores respondentes se os seus alunos se identificam como cidadãos, obteve-se o resultado a seguir:

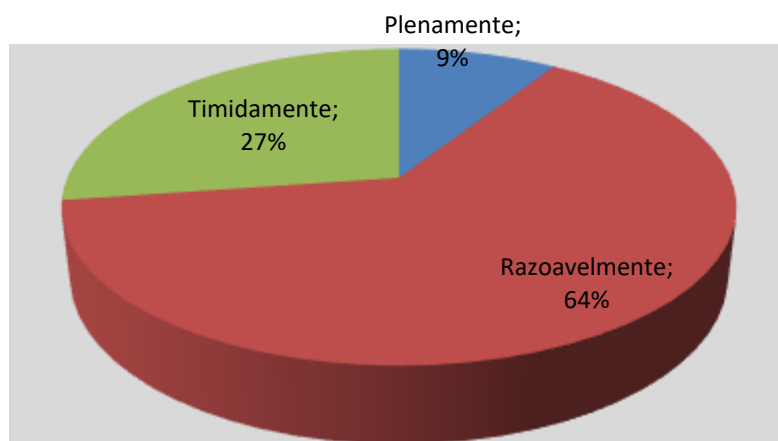
QUADRO IX – ALUNOS CIDADÃOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	3	9,09
Razoavelmente	21	63,63
Timidamente	9	27,09
De forma alguma	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Esse resultado está expresso no gráfico a seguir discriminado:

GRÁFICO IV



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Verificou-se que 63,63% dos professores respondentes que seus alunos se identificam como cidadãos, enquanto 27% timidamente e 9,09% plenamente.

Resultou apurado que a grande maioria dos respondentes sinalizar pela plena identificação dos alunos na condução de cidadão, um percentual representativo assinala como timidamente, fato que leva a se considerar uma observação acurada da gestão, no tocante ao atendimento dessa questão.

No item 9 do Apêndice I, procurou-se saber dos professores respondentes se os temas transversais contribuem para uma melhor percepção dos alunos quanto ao exercício da cidadania, obtendo-se o seguinte resultado:

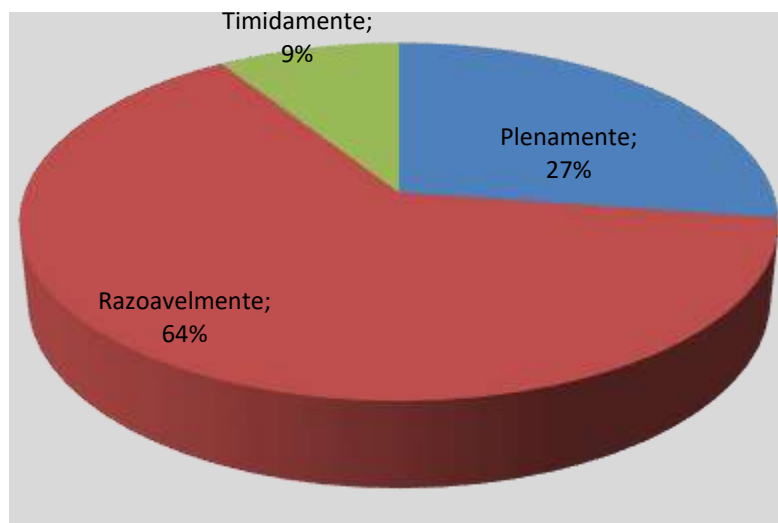
QUADRO X – TEMAS TRANSVERSAIS CIDADANIA PARA OS ALUNOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	9	27,27
Razoavelmente	21	63,63
Timidamente	3	9,09
De forma alguma	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado acima está expresso no resultado a seguir:

GRÁFICO V



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se que para 63,63% dos professores respondentes os temas transversais contribuem razoavelmente para a melhor percepção dos alunos quanto ao exercício da cidadania, enquanto que para 27,27% de forma plenamente e para 9,09% timidamente.

Em conformidade com a apuração realizada, a grande maioria dos respondentes assinala como de forma plena a assimilação dos alunos como cidadãos.

No item 10 do Apêndice I, procurou-se do professor respondente que avaliação a instituição educacional quanto à Educação Inclusiva, obtendo-se a apuração a seguir:

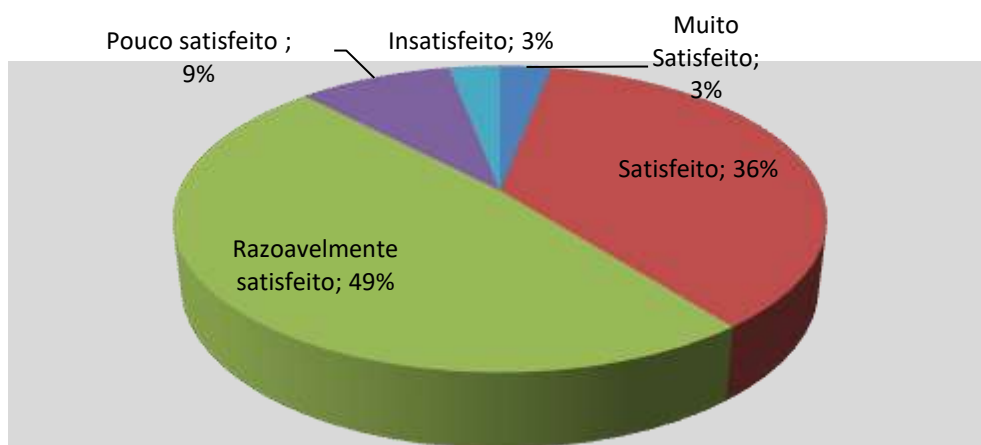
QUADRO XI – AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFAL

REPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	1	3,03
Satisfeito	12	36,36
Razoavelmente satisfeito	16	48,48
Pouco satisfeito	3	9,09
Insatisfeito	1	3,03
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Este resultado está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO VI



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se que 48,48% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeitos com a Educação Inclusiva no IFAL, enquanto 36,36% está satisfeito, 9,09% pouco satisfeito e 3,03% tanto muito satisfeito, como também, igualmente os insatisfeitos.

Com esse resultado, encontra-se ainda um percentual considerável de respondentes que se encontra entre pouco satisfeitos/insatisfeitos, merecendo atenção da gestão nesse sentido.

No item 11 do Apêndice I, procurou-se buscar a avaliação do professor respondente sobre o processo de inclusão entre alunos do IFAL, obtendo-se o seguinte resultado:

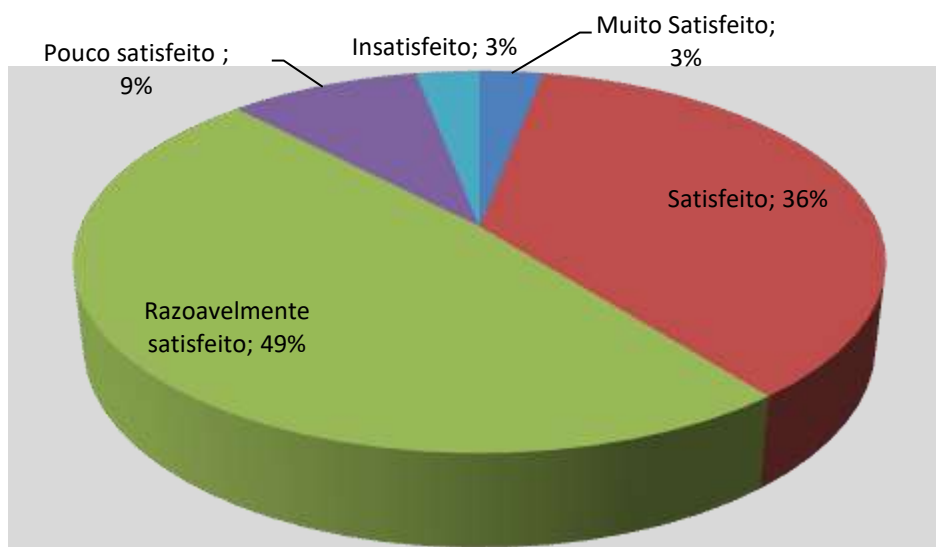
QUADRO XII – PROCESSO DE INCLUSÃO ENTRE ALUNOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	1	3,03
Satisfeito	12	36,36
Razoavelmente satisfeito	16	48,48
Pouco satisfeito	3	9,09
Insatisfeito	1	3,03
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO VII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Constatou-se que 48,48% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeito com o processo de inclusão entre alunos do IFAL, enquanto 36,36 estão satisfeito, 9,09% pouco satisfeito, 3,03% satisfeitos e 3,03% insatisfeitos.

Viu-se com esse resultado que a grande maioria se encontra satisfeitos com o processo de inclusão promovido pelo IFAL entre seus alunos.

No item 12 do Apêndice I, solicitou-se do professor respondente que avaliasse a sua prática pedagógica no que concerne à percepção inclusiva entre seus alunos, apurando-se o resultado a seguir:

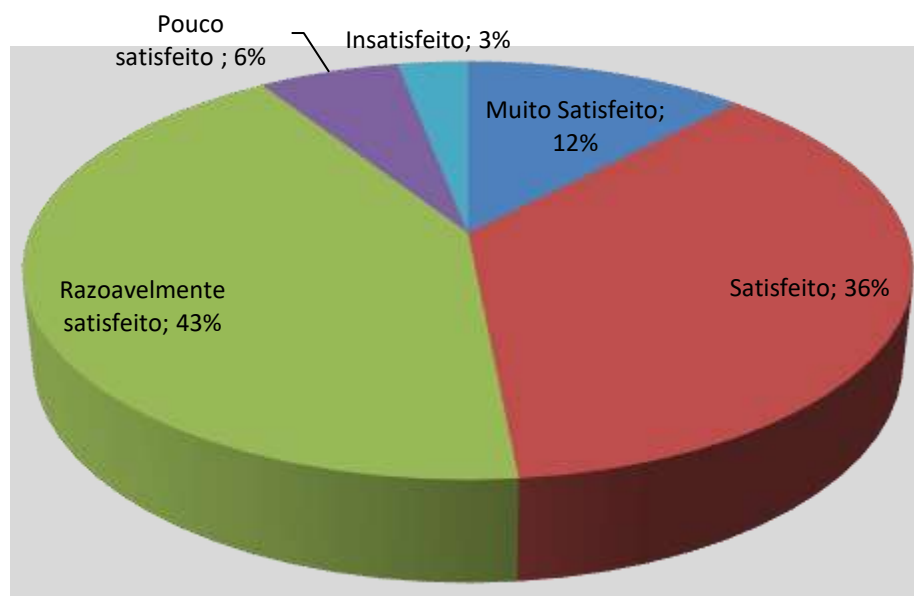
QUADRO XIII – AVALIAÇÃO PERCEPÇÃO INCLUSÃO ENTRE ALUNOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	4	12,12
Satisfeito	12	36,36
Razoavelmente satisfeito	14	42,42
Pouco satisfeito	2	6,06
Insatisfeito	1	3,3
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado obtido está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO VIII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Verificou-se que 42,42% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeitos com a percepção inclusiva entre seus alunos na sala de aula, enquanto que 36,36% estão satisfeitos, 12,12% estão muito satisfeitos, 6,06% pouco satisfeito e 6,06% insatisfeitos.

A grande maioria dos respondentes nesta apuração demonstra satisfeitos com a percepção inclusiva entre os seus alunos em sala de aula.

No item 13 do Apêndice I, solicitou-se que avaliação acerca da percepção dos alunos quanto à inclusão, obtendo-se a seguinte apuração:

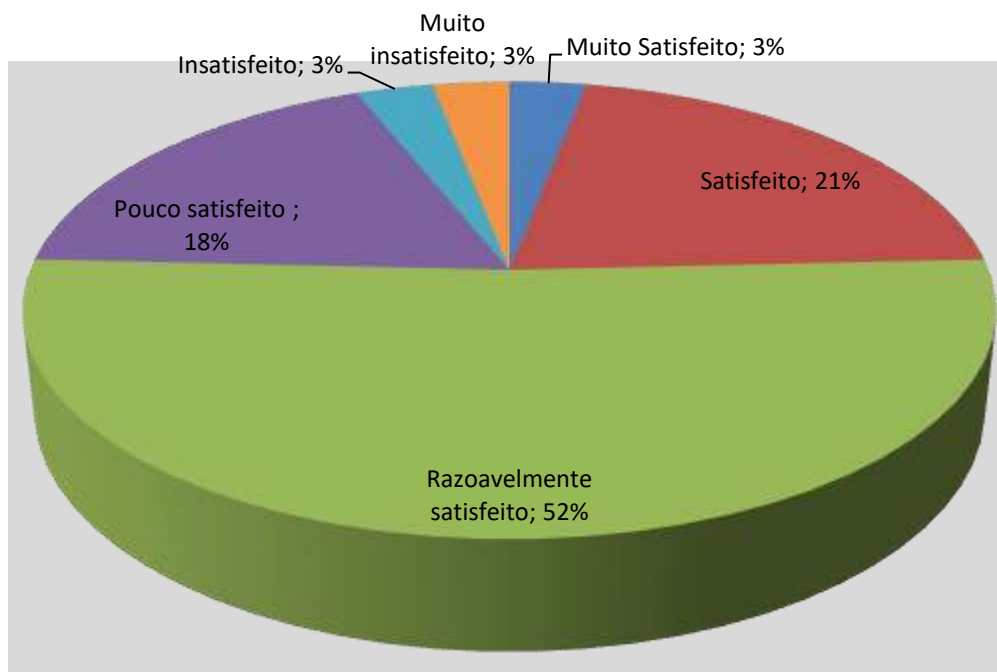
QUADRO XIV – AVALIAÇÃO INCLUSÃO NA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	1	3,03
Satisfeito	7	21,21
Razoavelmente satisfeito	17	51,51
Pouco satisfeito	6	18,18
Insatisfeito	1	3,03
Muito insatisfeito	1	3,03
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado está expresso no gráfico seguinte:

GRÁFICO IX



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Constatou-se 51,51% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeitos com a percepção dos seus alunos concernente à inclusão, enquanto que 21,21% estão satisfeitos, 18,18% pouco satisfeitos, 3,03% satisfeitos, 3,03% insatisfeitos e 3,03% muito insatisfeitos.

A grande maioria dos respondentes manifestou a sua satisfação quando a percepção dos seus alunos com relação à inclusão.

No item 14 do Apêndice I, procurou-se saber dos professores respondentes se seus alunos se identificam como incluídos, apurando-se o resultado a seguir:

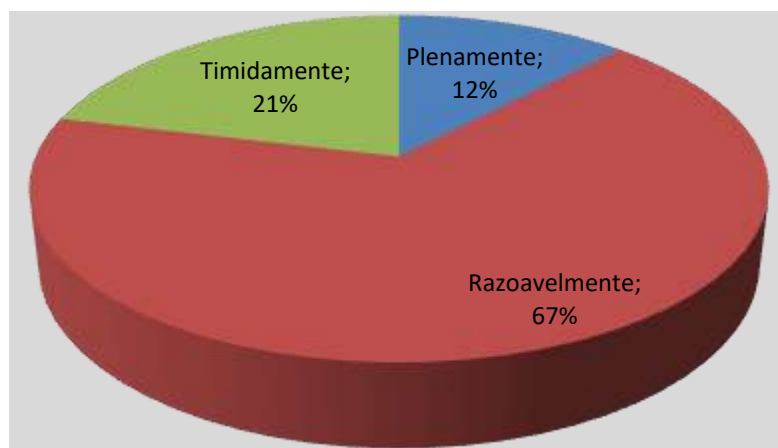
QUADRO XV – ALUNOS IDENTIFICADOS COMO INCLUÍDOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	4	12,12
Razoavelmente	22	66,66
Timidamente	7	21,21
De forma alguma	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado está expresso no gráfico seguinte:

GRÁFICO X



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Restou apurado que 66,66% dos professores respondentes assinalaram estarem razoavelmente seus alunos identificados como incluídos no processo, enquanto 21,21% assinalaram timidamente e 12,12% plenamente.

Esse resultado deixa evidenciado que a maioria dos respondentes manifesta plena identificação dos alunos quanto ao processo de inclusão, enquanto parcela considerável assinala como tímida a identificação de incluídos, havendo, por conta disso, necessidade da gestão voltar-se para apuração deste universo com providencias nesta questão.

No item 15 do Apêndice I, procurou-se dos professores respondentes efetuar uma avaliação do IFAL com relação à Educação Inclusiva, apurando-se o seguinte resultado:

QUADRO XVI – AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFAL

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	1	3,03
Satisfeito	12	36,36
Razoavelmente satisfeito	16	48,48
Pouco satisfeito	3	9,09
Insatisfeito	1	3,03
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Este resultado está expresso no gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Pelo resultado apurado encontrou-se que 48,48% dos professores respondentes encontram-se razoavelmente satisfeitos com a Educação Inclusiva no IFAL, enquanto que 36,36% deles estão satisfeitos, 9,09% pouco satisfeitos, 3,03% muito satisfeitos e 3,03% muito insatisfeito.

A maioria dos respondentes nessa questão manifesta satisfeitos com a Educação Inclusiva desenvolvida pelo IFAL.

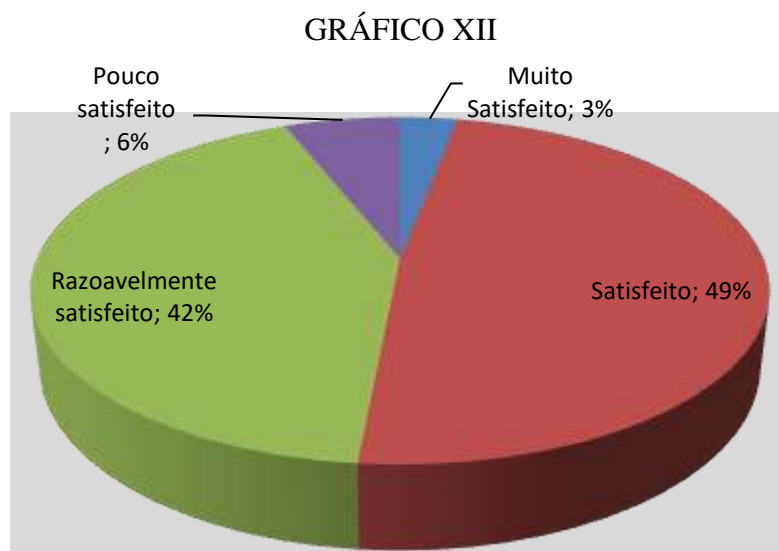
No item 16 do Apêndice I, procurou-se dos professores respondentes avaliarem as ações para preparação ao trabalho entre alunos no IFAL, obtendo-se o seguinte resultado:

QUADRO XVII – AVALIAÇÃO DA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO ENTRE ALUNOS DO IFAL

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	1	3,03
Satisfeito	16	48,48
Razoavelmente satisfeito	14	42,42
Pouco satisfeito	2	6,06
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado encontrado encontra-se expressado no gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se pelo resultado encontrado que 48,48% dos professores respondentes estão satisfeitos com a preparação ao trabalho entre alunos do IFAL, enquanto que 42,42% estão pouco satisfeitos, 6,06% pouco satisfeitos e 3,03% muito satisfeitos. Neste item, a maioria dos respondentes manifesta satisfação quando à preparação para o trabalho entre seus alunos, enquanto uma parcela substancial tem se revelado pouco satisfeito/muito insatisfeito a esse respeito, convocando, por conta disso, a gestão a tomara providências no sentido de corrigir e adequar suas ações a respeito.

No item 17 do Apêndice I, solicitou-se dos professores respondentes avaliação sobre a sua prática pedagógica no que concerne à preparação para o trabalho entre os seus alunos, resultando o quadro a seguir:

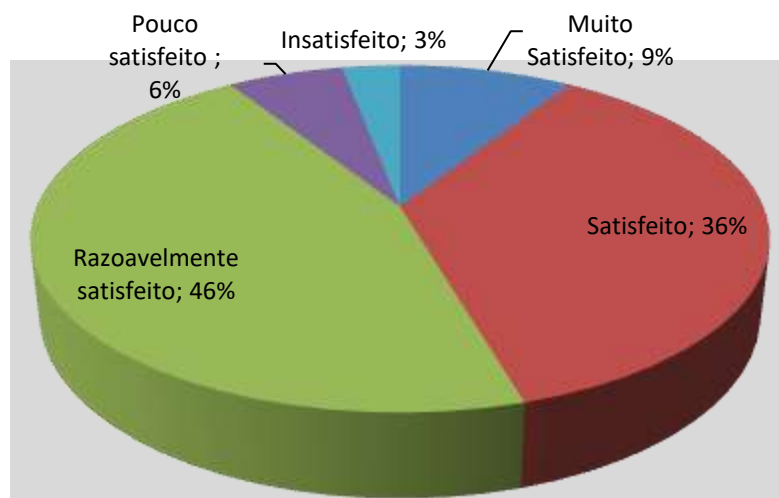
QUADRO XVIII – AVALIAÇÃO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA PREPARAÇÃO AO TRABALHO ENTRE ALUNOS DO IFAL

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	3	9,09
Satisfeito	12	36,36
Razoavelmente satisfeito	15	45,45
Pouco satisfeito	2	6,6
Insatisfeito	1	3,03
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O gráfico a seguir expressa o resultado apurado nesta questão:

GRÁFICO XIII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Verificou-se com o questionamento efetuado que 45,45% dos professores encontram-se razoavelmente satisfeitos com sua prática pedagógica para preparação ao trabalho entre alunos do IFAL, enquanto 36,36% estão satisfeitos, 9,09% muito satisfeitos, 6,6% pouco satisfeitos e 3,03% insatisfeitos.

A grande maioria dos respondentes manifestou satisfação quanto à prática pedagógica desenvolvida para preparação ao trabalho por parte dos seus alunos.

No item 18 do Apêndice I, solicitou-se dos professores respondentes avaliação acerca da percepção dos seus alunos quanto à preparação para o trabalho, obtendo-se o seguinte resultado:

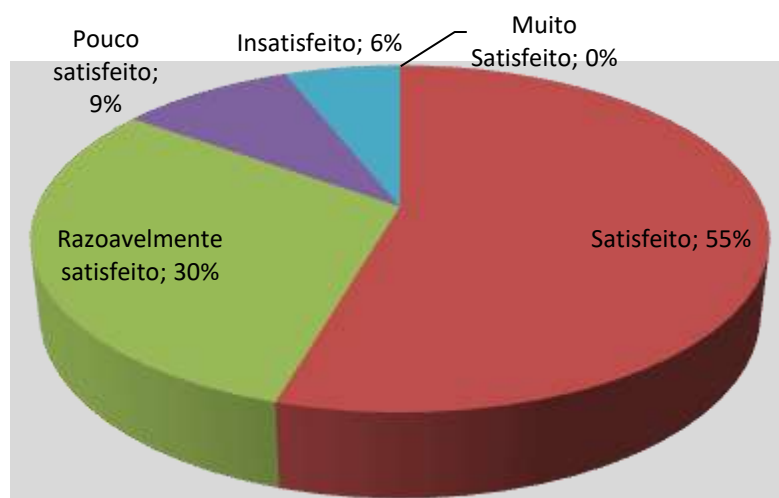
QUADRO XIX – AVALIAÇÃO PERCEPÇÃO DOS ALUNOS PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	0	0
Satisfeito	18	54,54
Razoavelmente satisfeito	10	30,3
Pouco satisfeito	3	9,09
Insatisfeito	2	6,06
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XIV



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Resultou apurado que 54,54% dos respondentes encontram-se satisfeitos com a percepção dos alunos quanto à preparação para o trabalho no IFAL, enquanto que 30,3% estão razoavelmente satisfeitos, 9,09% pouco satisfeitos e 6,06% insatisfeitos.

Nesta apuração uma parcela considerável dos respondentes assinalou razoavelmente/pouco satisfeitos e insatisfeitos com a percepção dos alunos no que tange à preparação para o trabalho, havendo, com isso, a necessidade adoção de medidas por parte da gestão, no sentido de corrigir as ações e metas propostas concernentes a esta questão.

No item 19 do Apêndice I, solicitou-se dos professores respondentes que avaliassem se os seus alunos estão identificados como preparados para o trabalho, obtendo-se o resultado a seguir apurado:

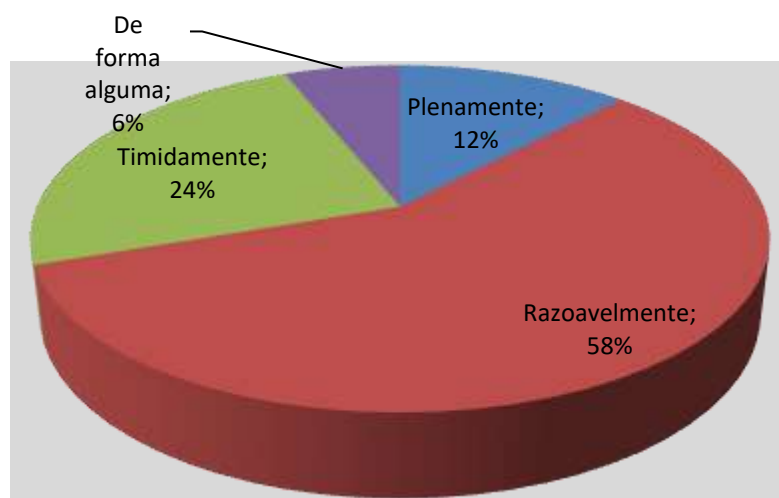
QUADRO XX – ALUNOS PREPARADOS PARA O TRABALHO

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	4	12,12
Razoavelmente	19	57,57
Timidamente	8	24,24
De forma alguma	2	6,06
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XV



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Apurou-se que 57,57% dos professores respondentes assinalam que os alunos estão razoavelmente preparados para o trabalho, 24,24% assinalam timidamente preparados, 12,12% estão plenamente preparados e 6,06% assinalam despreparo dos alunos ao indicarem de forma alguma no instrumento questionário aplicado em Apêndice.

Com a apuração deste item, observou-se que considerável percentual dos respondentes assinalou a necessidade de ações no sentido de preparar os alunos para o trabalho.

No item 20 do Apêndice I, procurou-se saber se a Educação Profissional de Nível Médio do IFAL promove o exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos seus alunos, observando-se o resultado a seguir:

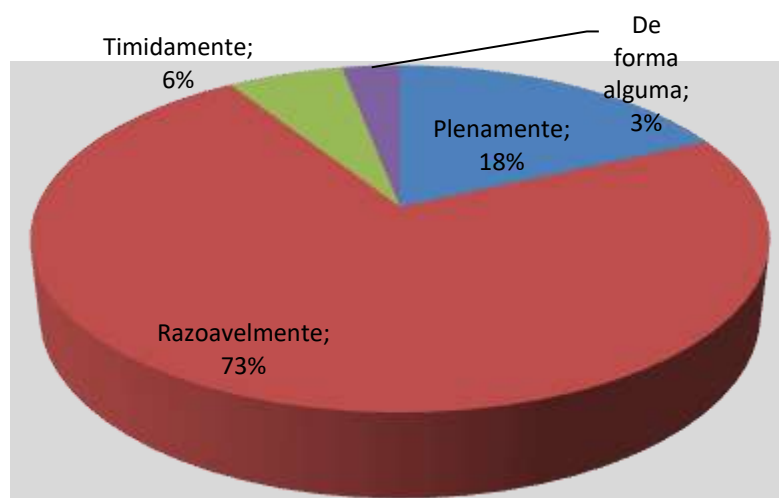
QUADRO XXI – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO DO IFAL

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	6	18,18
Razoavelmente	24	72,72
Timidamente	2	6,06
De forma alguma	1	3,03
TOTAL	33	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado encontrado está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XVI



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Com o resultado apurado encontrou-se que 72,72% dos professores respondentes assinalaram razoavelmente quanto à promoção do exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos seus alunos da Educação Profissional de Nível Médio do IFAL, enquanto 18,18% assinalaram plenamente, 6,06% timidamente e 3,03% de forma alguma. A grande maioria dos respondentes na apuração deste resultado se expressou como razoável/satisfeitos com relação à promoção do exercício da cidadania, preparação para o trabalho e inclusão dos seus alunos.

No item 21 do Apêndice I, foi solicitado que o professor respondente apresentasse considerações com relação às atividades do IFAL no que concerne ao exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho dos alunos, apurando-se o que segue:

QUADRO XXII – CONSIDERAÇÕES DOS PROFESSORES

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Profissionais e treinamento profissional em Educação Especial	4	50
Promoção de atividades extracurriculares sobre as áreas de cidadania, inclusão e preparação para o trabalho entre alunos, professores e comunidade	2	25
Desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contemplem as áreas de cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, entre alunos, professores e comunidades	2	25
TOTAL	8	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Para esta questão, entre os 33 professores respondentes, apenas 8 deles, representando 24,24% dos respondentes, apenas manifestaram suas opiniões, sendo que 50% destes assinalaram a necessidade de profissionais e treinamento profissional em Educação Especial, 25% assinalaram a necessidade de promoção de atividades extracurriculares sobre as áreas de cidadania, inclusão e preparação para o trabalho entre alunos, professores e comunidade e 25% assinalaram a necessidade de desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contemplem as áreas de cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, entre alunos, professores e comunidades.

4.1.2 Estudantes

A população envolvida compreende uma amostra que envolveu a identificação entre alunos e professores da percepção destes acerca da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional no IFAL, entre estes 350 alunos que representa, 55% de um total de 646 alunos que se encontram reunidos no campus em referência.

O instrumento utilizado nesta etapa foi o questionário que se encontra no Apêndice II, direcionado aos alunos da instituição em estudo. Faz-se necessário ressaltar que para atingir este contingente do corpo discente, ocorreu a colaboração inestimável dos professores de Sociologia, Filosofia, História e Português que contribuíram de forma substancial na aplicação do instrumento questionário do Apêndice II.

No item I do Apêndice II, procurou-se identificar entre os alunos, quais ações promovidas pelo IFAL no que se refere ao exercício da cidadania, apurando-se o resultado a seguir:

QUADRO XXIII – AÇÕES DE CIDADANIA NO IFAL

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
Promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade	136	39,65
Promove a solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade	161	46,5
Promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade	182	51,72

Tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade	84	24,13
Promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente	217	62,06
Promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade	161	46,55
Promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade	91	25,96
Apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora	168	48,27
Promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade	91	25,86
Apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade	84	24,13

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se entre os alunos respondentes que 62,06% assinalaram que o IFAL promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente, enquanto para 51,72% promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 48,27% apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora, para 46,55% promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 46,5% promove a solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 39,65% promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 25,96% promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade, para 25,86% promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 24,13% tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade e 24,13% apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade.

No item 2 do Apêndice II, perguntou-se aos alunos respondentes acerca de quais ações são identificadas nas práticas do IFAL com relação à inclusão, encontrando-se o seguinte resultado:

QUADRO XXIV – AÇÕES DE INCLUSÃO NO IFAL

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Promove a inclusão por meio de ações de respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade	122	34,65
Promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade	101	28,66
Oferece apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem	161	46,55
Promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade	98	27,58
Promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade	59	17,24
Promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral	157	44,82
Implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero	213	60,71

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se que entre os alunos respondentes encontrou-se que para 60,71% o IFAL implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero, para 46,55% oferece apoio

psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem, para 44,82% promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral, para 34,65% promove a inclusão por meio de ações de respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 28,66% promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 27,58% promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade e para 17,24% promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade. Neste item também facultado espaço para manifestação de outras ações porventura identificadas pelos alunos, restando nenhuma expressão dos mesmos.

No item 3 do Apêndice II, perguntou-se aos alunos pesquisados quais ações são identificadas nas práticas do IFAL concernentes à preparação ao trabalho, encontrou-se o seguinte resultado:

QUADRO XXV – AÇÕES DE PREPARAÇÃO AO TRABALHO NO IFAL

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Promove a orientação profissional e preparação para a carreira por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade	256	75,86
Promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, condições de produção e produto do trabalho	52	51,72
Promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade	175	50
Promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania	129	36,52
Atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade	105	29,31

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Apurou-se que para 75,86% dos alunos respondentes o IFAL promove a orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 51,72% promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho, para 50% promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 36,52% promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania e para 29,31% atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Neste item ainda foi facultado ao aluno um espaço para manifestação de outras ações porventura identificadas pelos alunos, restando nenhuma expressão dos mesmos.

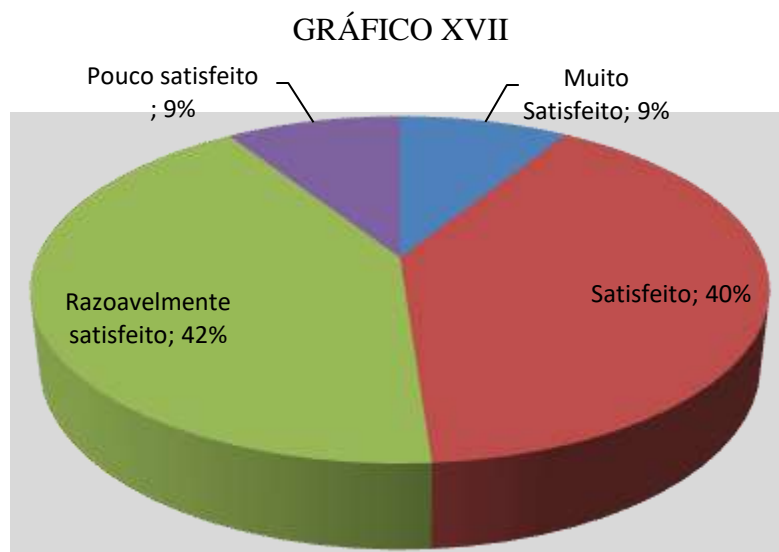
No item 4 do Apêndice II, solicitou-se dos alunos que efetuassem uma avaliação quanto aos conteúdos ministrados na sala concernentes a promover a sua percepção quanto ao exercício da cidadania, apurando-se o seguinte resultado:

QUADRO XXVI – PERCEPÇÃO DA CIDADANIA NA SALA DE AULA

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	31	8,6
Satisfeito	140	39,6
Razoavelmente satisfeito	147	41,37
Pouco satisfeito	32	10,04
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado encontrado está expresso no gráfico seguinte:



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Apurou-se com o resultado obtido que 41,37% dos alunos respondentes estão razoavelmente satisfeitos com os conteúdos ministrados na sala concernentes a promover a sua percepção quanto ao exercício da cidadania, apurando-se o seguinte resultado, 39,6% estão satisfeitos, 10,04% pouco satisfeitos e 8,6% estão muito satisfeitos.

No item 5 do Apêndice II, procurou-se saber dos alunos respondentes a avaliação acerca da prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao exercício da cidadania, resultando o quadro a seguir com a apuração dos dados:

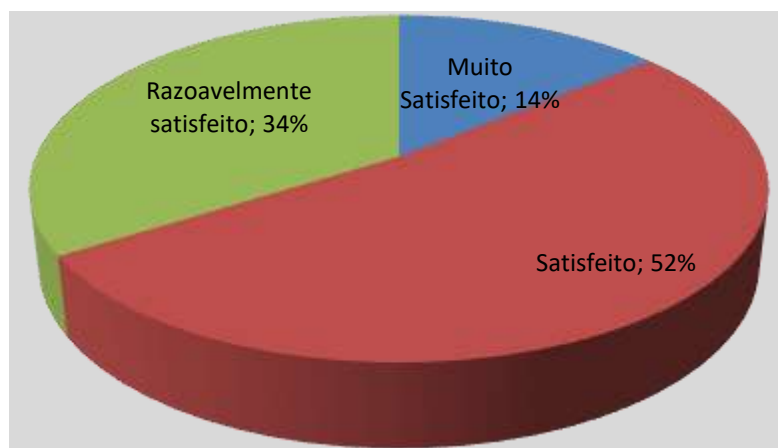
QUADRO XXVII – AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES E CIDADANIA

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	49	13,72
Satisfeito	182	51,72
Razoavelmente satisfeito	119	34,44
Pouco satisfeito	0	0
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado encontra-se demonstrado no gráfico a seguir:

GRÁFICO XVIII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou que entre os alunos respondentes da pesquisa realizada, 51,72% manifestaram-se satisfeitos com a prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao exercício da cidadania, 34,44 estão razoavelmente satisfeitos e 13,72 estão muito satisfeito.

No item 6 do Apêndice II, procurou-se entre os alunos respondentes a identificação das ações do IFAL e dos seus professores promovem a sua percepção quanto ao exercício da cidadania, encontrando-se o seguinte resultado:

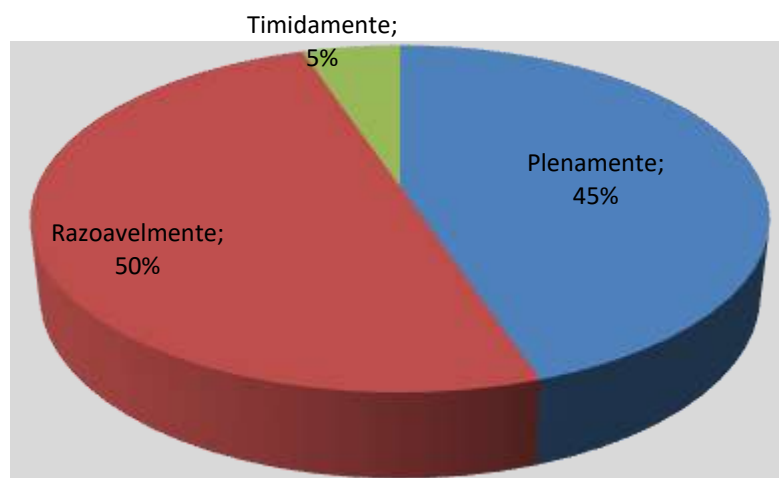
QUADRO XXVIII – AÇÕES DO IFAL, PROFESSORES E CIDADANIA

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	157	44,82
Razoavelmente	175	50
Timidamente	18	5,18
De forma alguma	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado encontra-se expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XIX



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Verificou-se que 50% dos alunos respondentes avaliaram como razoavelmente as ações do IFAL e dos seus professores promovem a sua percepção quanto ao exercício da cidadania, enquanto que 44,82% assinalaram plenamente e 5,18% consignaram como sendo timidamente.

No item 7 do Apêndice II, procurou-se entre os alunos respondentes que se expressassem como identificados cidadãos plenos de direitos e deveres consagrados constitucionalmente, encontrando-se o resultado a seguir:

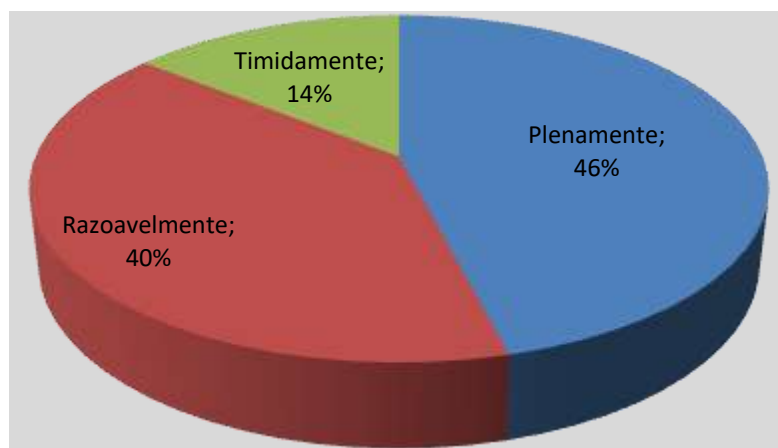
QUADRO XXIX – ALUNOS CIDADÃOS

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	161	46,55
Razoavelmente	139	39,65
Timidamente	50	13,8
De forma alguma	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado da apuração deste item, encontra-se expresso no gráfico a seguir.

GRÁFICO XX



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Tem-se com o resultado apurado que 46,55% dos alunos respondentes se consideram plenamente cidadão de direitos e deveres consagrados constitucionalmente, 39,65% razoavelmente e 13,8% timidamente.

No item 8 do Apêndice II, procurou-se saber dos alunos respondentes qual a sua avaliação quanto aos conteúdos ministrados na sala de aula concernentes à inclusão, encontrando-se o seguinte resultado:

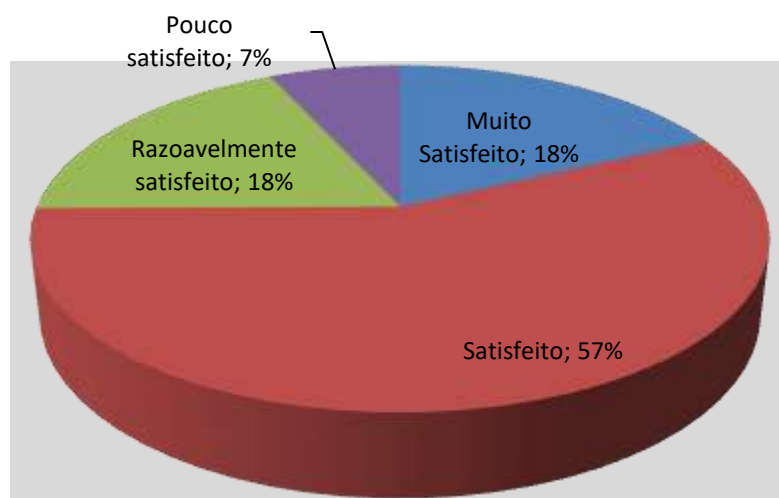
QUADRO XXX – CONTEÚDOS INCLUSIVOS

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	63	17,74
Satisfeito	199	56,89
Razoavelmente satisfeito	64	18,46
Pouco satisfeito	24	6,9
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado neste item está expresso no gráfico a seguir discriminado:

GRÁFICO XXI



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se com o resultado apurado que 56,89% dos alunos respondentes estão satisfeitos quanto aos conteúdos ministrados na sala de aula concernentes à inclusão, 18,46% estão razoavelmente satisfeitos, 17,74% estão muito satisfeitos e 6,9% estão pouco satisfeitos.

No item 9 do Apêndice II, solicitou-se aos alunos respondentes que avaliassem a prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao processo de inclusão, tendo-se chegado ao seguinte resultado:

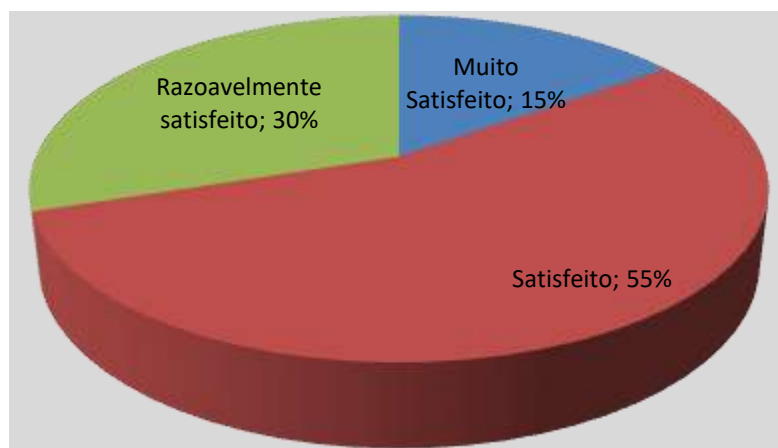
QUADRO XXXI – PERCEPÇÃO DO PROCESSO INCLUSIVO

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	53	15,15
Satisfeito	192	55,17
Razoavelmente satisfeito	105	29,32
Pouco satisfeito	0	0
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado referido no quadro está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se com o apurado que 55,17% dos respondentes encontram-se satisfeitos com a prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao processo de inclusão, enquanto 29,32% deles estão razoavelmente satisfeitos e 15,15% estão muito satisfeitos.

No item 10 do Apêndice II, perguntou-se aos alunos respondentes se as ações do IFAL e dos seus professores promovem a sua percepção quanto à inclusão, apurando-se o resultado a seguir:

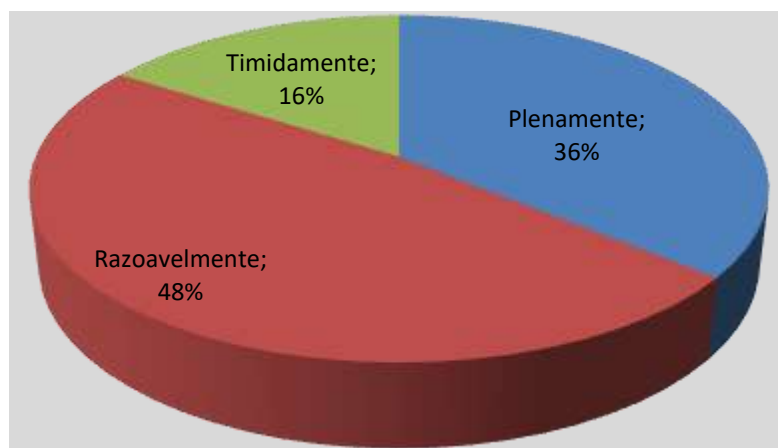
QUADRO XXXII – PERCEPÇÃO DA INCLUSÃO NAS AÇÕES IFAL

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCEPÇÃO
Plenamente	126	36,02
Razoavelmente	168	48,27
Timidamente	56	15,53
De forma alguma	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado expresso encontra-se discriminado no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXIII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Tem-se com o resultado apurado que 48,27% dos alunos respondentes avaliam como razoável as ações do IFAL e dos seus professores promovendo a sua percepção quanto à inclusão, enquanto 36,02% assinalaram plenamente e 15,53% identificaram como timidamente.

No item 11 do Apêndice II, procurou-se saber do aluno respondente se ele se identificava como incluído social e educacionalmente, obtendo-se o seguinte resultado:

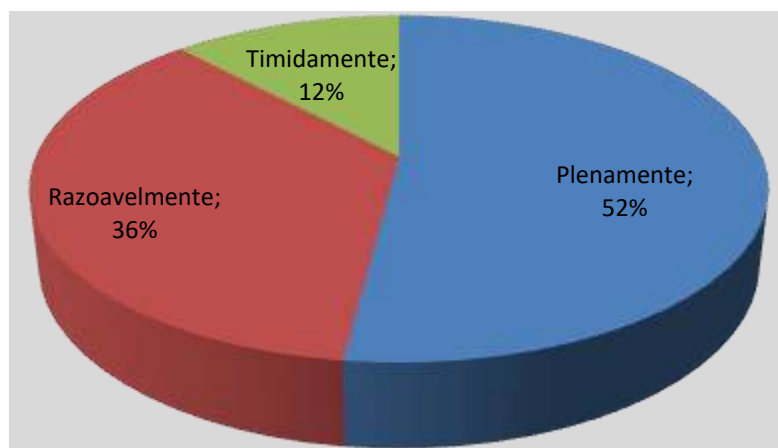
QUADRO XXXIII – INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DO ALUNO

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCEPÇÃO
Plenamente	182	51,77
Razoavelmente	126	36,29
Timidamente	42	12,08
De forma alguma	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado levantado encontra-se expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXIV



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se com a apuração realizada que 51,77% dos alunos respondentes identificam-se como como incluído social e educacionalmente, enquanto 36,29% razoavelmente e 12,08% timidamente.

No item 12 do Apêndice II, procurou-se do aluno respondente que avaliasse o IFAL concernente à sua preparação para o trabalho, apurando-se o resultado a seguir:

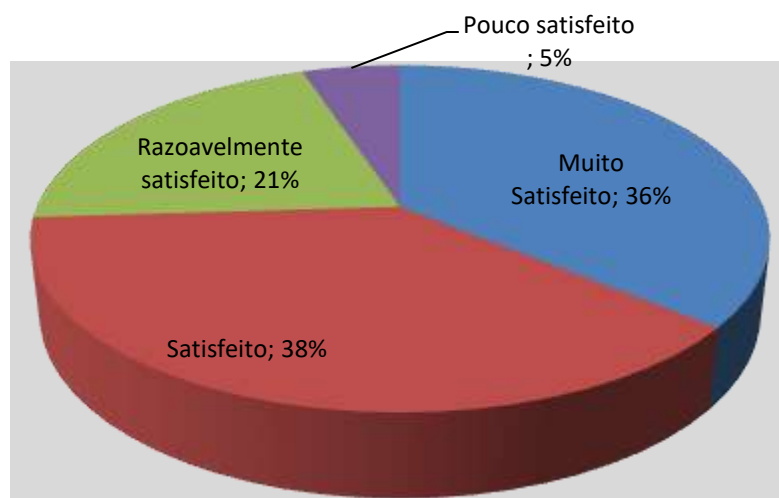
QUADRO XXXIV – AVALIAÇÃO PREPARAÇÃO AO TRABALHO IFAL

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	126	36,2
Satisfeito	133	37,98
Razoavelmente satisfeito	73	20,68
Pouco satisfeito	18	5,09
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado encontra-se expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXV



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Resultou apurado que 37,98% dos alunos respondentes estão satisfeitos com a avaliação do IFAL concernente à sua preparação para o trabalho, enquanto 36,2% estão muito satisfeito, 20,68% razoavelmente satisfeitos e 5,09% pouco satisfeitos.

No item 13 do Apêndice II, solicitou-se do alunos respondentes que avaliassem a prática dos professores no que concerne à sua preparação para o trabalho, apurando o resultado a seguir:

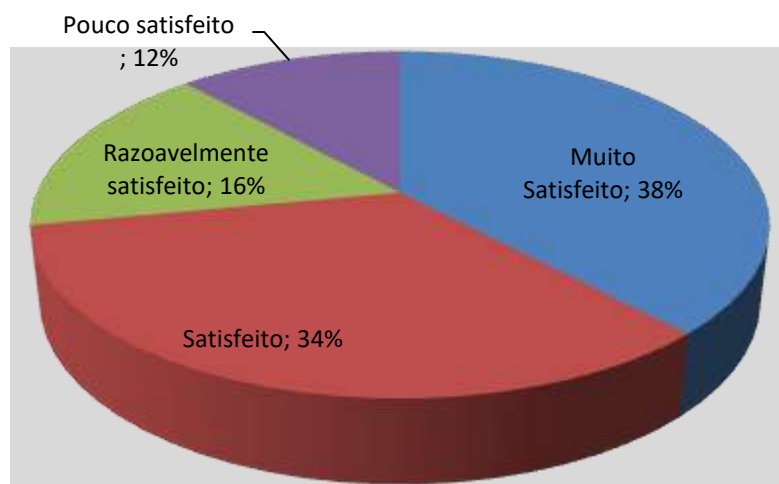
QUADRO XXXV – AVALIAÇÃO PROFESSORES PREPARAÇÃO AO TRABALHO

RESPOSTAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	133	37,93
Satisfeito	119	34,48
Razoavelmente satisfeito	57	15,51
Pouco satisfeito	41	12,08
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado está expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXVI



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Observou-se com a apuração efetuada que 37,93% dos alunos respondentes avaliaram como muito satisfeitos com a prática dos professores no que concerne à sua preparação para o trabalho, enquanto 34,48% estão satisfeitos, 15,51% razoavelmente satisfeitos e 12,08% pouco satisfeitos.

No item 14 do Apêndice II, solicitou-se do aluno respondente uma avaliação acerca da percepção dos seus colegas quanto à preparação para o trabalho, obtendo-se o resultado a seguir:

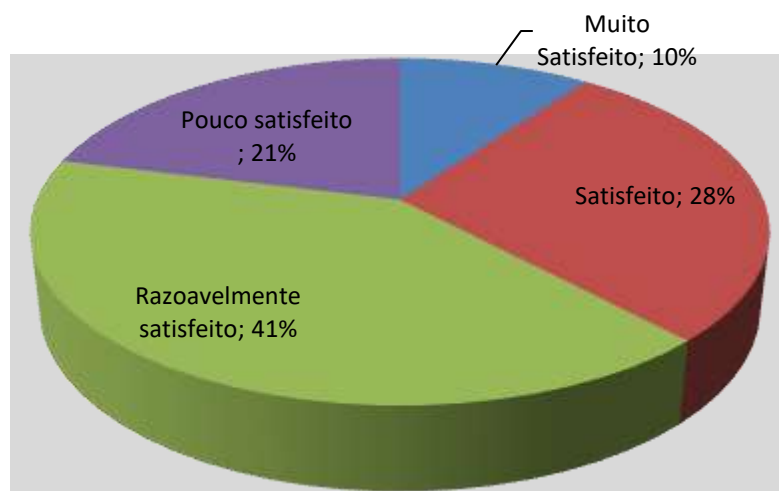
QUADRO XXXVI – AVALIAÇÃO PERCEPÇÃO COLEGAS PREPARAÇÃO AO TRABALHO

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Muito Satisfeito	35	10,34
Satisfeito	98	27,58
Razoavelmente satisfeito	143	41,37
Pouco satisfeito	74	20,17
Insatisfeito	0	0
Muito insatisfeito	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado encontrado no quadro em referência encontra-se demonstrado no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXVII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Verificou-se com o apurado no estudo que 41,37% dos alunos respondentes encontram-se razoavelmente satisfeitos com a percepção dos seus colegas quanto à preparação para o trabalho, enquanto 27,58% encontram-se satisfeitos, 20,17% pouco satisfeitos e 10,34% muito satisfeitos.

No item 15 do Apêndice II, procurou-se do aluno respondente que expressasse se o mesmo se encontra preparado para atuar no trabalho, apurando-se o seguinte resultado:

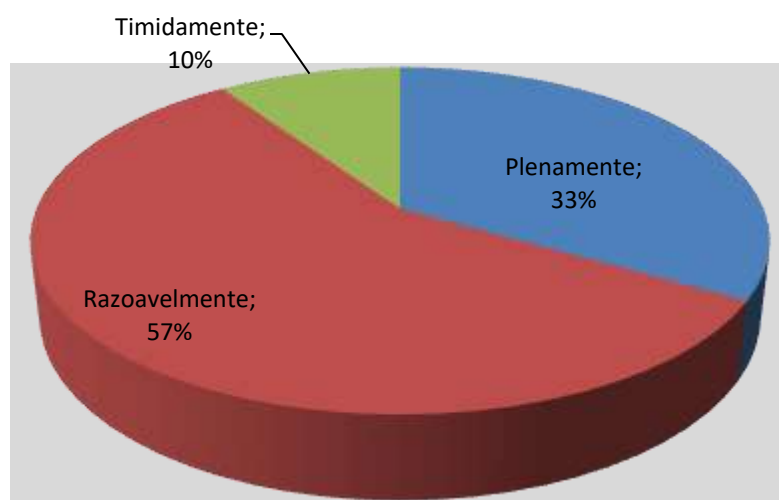
QUADRO XXXVII – PREPARADO PARA O TRABALHO

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCEPÇÃO
Plenamente	108	31,03
Razoavelmente	185	53,44
Timidamente	31	8,6
De forma alguma	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

A apuração efetuada encontra-se expressa no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXVIII



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Apurou-se que 53,44% dos alunos respondentes encontram-se razoavelmente preparado para atuar no trabalho, enquanto 31,03% plenamente e 8,6% timidamente preparados.

No item 16 do Apêndice II, procurou-se saber do aluno respondente se a Educação Profissional de Nível Médio do IFAL, a seu ver, promove o exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos seus alunos, obtendo-se o seguinte resultado:

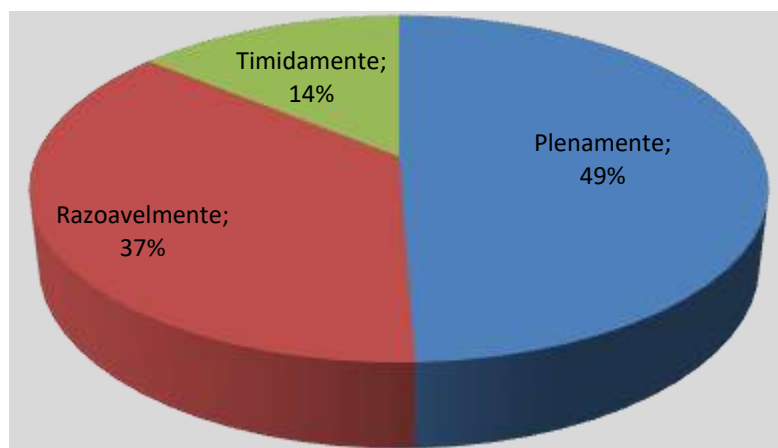
QUADRO XXXVIII – EPNM IFAL PROMOÇÃO DA CIDADANIA, INCLUSÃO E TRABALHO

RESPOSTAS	QUANDIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	173	46,55
Razoavelmente	128	36,2
Timidamente	49	13,79
De forma alguma	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado encontra-se expresso no gráfico a seguir:

GRÁFICO XXIX



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Evidenciou-se com a apuração que 46,55% dos alunos respondentes a manifestação de que se a Educação Profissional de Nível Médio do IFAL, a seu ver, promove o exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos seus alunos, enquanto para 36,2% razoavelmente e para 13,79% timidamente.

No item 17 do Apêndice II, procurou-se saber do aluno respondente se se encontrava cômico do exercício da sua cidadania, sente-se incluído e se encontra apto para desempenho profissional do trabalho, tendo em vista os conteúdos ministrados e ações desenvolvidas pelo IFAL neste sentido, apurando-se o resultado a seguir:

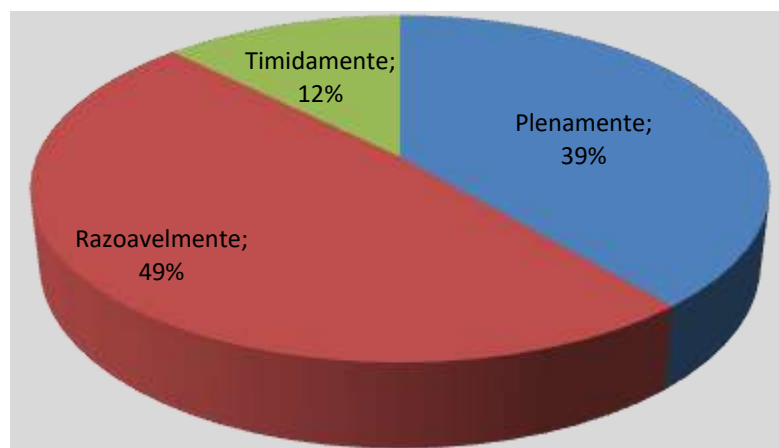
QUADRO XXXIX – ALUNO CIDADÃO, INCLUÍDO E APTO PARA O TRABALHO

RESPOSTA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Plenamente	140	40
Razoavelmente	175	50
Timidamente	45	10
De forma alguma	0	0
TOTAL	350	100

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

O resultado apurado encontra-se expresso no gráfico abaixo:

GRÁFICO XXX



Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Verificou-se com a apuração efetuada que 50% dos alunos respondentes se encontram razoavelmente cômicos do exercício da sua cidadania, sente-se incluído e se encontra apto para desempenho profissional do trabalho, tendo em vista os conteúdos ministrados e ações desenvolvidas pelo IFAL, enquanto 40% plenamente e 10% timidamente.

No item 18 do Apêndice II, procurou-se dos alunos respondentes que manifestassem considerações abertas relativas às atividades do IFAL e de seus professores no que concerne ao exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho dos alunos, no apurado, não ocorrendo nenhuma manifestação dos mesmo.

Tendo-se efetuado a presente apuração, passa-se para análise dos dados e os resultados encontrados.

4.2. Interpretação e discussões dos resultados

4.2.1. Resultados dos professores

Observou-se inicialmente com a apuração dos dados recolhidos dos professores, entre os quais 68% responderam aos questionamentos do instrumento questionário do Apêndice I, entre respondentes, 48,48% deles estão no quadro funcional da instituição pesquisada entre 1e

5 anos de serviços, enquanto que 39,39% deles estão entre 5 e 10 anos de serviços e 12,12% com menos de um ano de serviço. Tem-se com isso que os integrantes do quadro funcional, possuem uma boa média de experiência no desenvolvimento das suas atividades, demonstrando haver conhecimento para lidar com as questões abordadas na presente pesquisa.

Com relação as ações para exercício da cidadania na instituição pesquisada, entre os respondentes, para 69,69%, promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente; 66,66% assinalaram que a instituição promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade; que para 60,60% deles, assinalaram a existência da promoção pela solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 60,60% deles, apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 57,57% promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 51,51% deles, apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora; para 48,48% Promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 48,48% deles, promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 30,30% pela tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade; e para 30,30% promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade.

Ao efetuarem uma avaliação especificamente do exercício da cidadania na instituição, ficou demonstrado que para 48,48% dos professores respondentes estão satisfeitos na avaliação da prática do exercício da cidadania entre os alunos da instituição, enquanto que para 39,39% estão razoavelmente satisfeitos e 12,12% estão muito satisfeitos.

Quanto à prática pedagógica concernente ao desenvolvimento do exercício da cidadania entre os alunos, observou que 57,57% estão satisfeitos com a sua prática pedagógica, enquanto 33,33% estão razoavelmente satisfeitos e 12,12% estão muito satisfeitos.

No que tange à percepção dos alunos quanto ao exercício da cidadania na instituição estudada, verificou-se que para 57,57% dos respondentes se encontram razoavelmente satisfeitos com a avaliação feita no tocante a percepção da cidadania entre alunos, enquanto 21,21% estão satisfeitos, 15,15% pouco satisfeitos e 6,06% insatisfeitos.

No que concerne ao sentimento de cidadania e identificação da condição cidadã por parte dos alunos, encontrou-se que 63,63% dos professores respondentes que seus alunos se identificam como cidadãos, enquanto 27% timidamente e 9,09% plenamente.

Com referência a contribuição dos temas transversais para o exercício da cidadania na percepção dos alunos, ficou demonstrado que Observou-se que para 63,63% dos professores respondentes assinalaram que os temas transversais contribuem razoavelmente, enquanto que para 27,27% de forma plenamente e para 9,09% timidamente.

No que tange à inclusão, para 72,72% dos professores respondentes, a instituição educacional em estudo promove a inclusão por meio de ações de respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 60,60% deles promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 60,60% implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero; para 51,51% deles promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 48,48% deles, oferece apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem; para 48,48% deles promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral; e para 33,33% deles promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Na avaliação da Educação Inclusiva na instituição estudada, observou-se que 48,48% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeitos com a Educação Inclusiva no IFAL, enquanto 36,36% está satisfeito, 9,09% pouco satisfeito e 3,03% tanto muito satisfeito, como também, igualmente os insatisfeitos.

No que tange ao processo de inclusão entre alunos do IFAL, constatou-se que 48,48% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeito, enquanto 36,36 estão satisfeito, 9,09% pouco satisfeito, 3,03% satisfeitos e 3,03% insatisfeitos.

Com referência à prática pedagógica relativa à percepção inclusiva entre seus alunos, verificou-se que 42,42% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeitos,

enquanto que 36,36% estão satisfeitos, 12,12% estão muito satisfeitos, 6,06% pouco satisfeito e 6,06% insatisfeitos.

Com referência à percepção dos alunos quanto à inclusão, constatou-se que para 51,51% dos professores respondentes estão razoavelmente satisfeitos com a percepção dos seus alunos concernente à inclusão, enquanto que 21,21% estão satisfeitos, 18,18% pouco satisfeitos, 3,03% satisfeitos, 3,03% insatisfeitos e 3,03% muito insatisfeitos.

Quanto a questão dos alunos se identificarem como incluídos, ficou demonstrado que para 66,66% dos professores respondentes assinalaram estarem razoavelmente seus alunos identificados como incluídos no processo, enquanto 21,21% assinalaram timidamente e 12,12% plenamente.

Concernente à Educação Inclusiva no IFAL, encontrou-se que 48,48% dos professores respondentes encontram-se razoavelmente satisfeitos, enquanto que 36,36% deles estão satisfeitos, 9,09% pouco satisfeitos, 3,03% muito satisfeitos e 3,03% muito insatisfeito.

Com relação às ações na preparação para o trabalho, observou-se que para 66,66% deles atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 63,63% deles promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania; para 54,54% deles promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade; para 51,51% deles promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho; e para 39,39% dos professores respondentes, o IFAL promove a preparação do trabalho por meio de ações de orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Com relação à avaliação das ações para preparação ao trabalho entre alunos do IFAL, encontrou-se que para 48,48% dos professores respondentes estão satisfeitos, enquanto que 42,42% estão pouco satisfeitos, 6,06% pouco satisfeitos e 3,03% muito satisfeitos.

No que concerne à avaliação da prática pedagógica relativa à preparação para o trabalho entre os alunos, 45,45% dos professores encontram-se razoavelmente satisfeitos com sua prática pedagógica, enquanto 36,36% estão satisfeitos, 9,09% muito satisfeitos, 6,6% pouco satisfeitos e 3,03% insatisfeitos.

No que diz respeito à percepção dos seus alunos quanto a sua preparação para o trabalho, 54,54% dos professores respondentes encontram-se satisfeitos com a percepção dos alunos

quanto à preparação para o trabalho no IFAL, enquanto que 30,3% estão razoavelmente satisfeitos, 9,09% pouco satisfeitos e 6,06% insatisfeitos.

Atinente a avaliação sobre a condição de alunos que se identificam preparados para o trabalho, para 57,57% dos professores respondentes assinalaram que os alunos estão razoavelmente preparados para o trabalho, 24,24% assinalam timidamente preparados, 12,12% estão plenamente preparados e 6,06% assinalam despreparo dos alunos ao indicarem de forma alguma no instrumento questionário aplicado em Apêndice.

No quesito de avaliação sobre a Educação Profissional de Nível Médio do IFAL promove o exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos alunos, ficou demonstrado que para 72,72% dos professores respondentes assinalaram razoavelmente satisfeitos, enquanto 18,18% assinalaram plenamente, 6,06% timidamente e 3,03% de forma alguma.

Quanto às considerações efetuadas pelos professores acerca das atividades do IFAL, evidenciou-se que 50% destes assinalaram a necessidade de profissionais e treinamento profissional em Educação Especial, 25% assinalaram a necessidade de promoção de atividades extracurriculares sobre as áreas de cidadania, inclusão e preparação para o trabalho entre alunos, professores e comunidade e 25% assinalaram a necessidade de desenvolver atividades de pesquisa e extensão que contemplem as áreas de cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, entre alunos, professores e comunidades.

4.2.2. Resultado dos alunos

Observou-se inicialmente que 55% dos alunos matriculados na instituição pesquisada, tal contingente alcançado pela colaboração inestimável dos professores de Sociologia, Filosofia, História e Português.

No que concerne às ações promovidas pelo IFAL no que se refere ao exercício da cidadania, verificou-se que para 62,06% dos alunos respondentes assinalaram que o IFAL promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente; para 51,72% promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 48,27% apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e

inovadora, para 46,55% promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 46,5% promove a solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 39,65% promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 25,96% promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade, para 25,86% promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 24,13% tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade e 24,13% apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Quanto aos conteúdos ministrados na sala a promover a sua percepção quanto ao exercício da cidadania, 41,37% dos alunos respondentes estão razoavelmente satisfeitos, 39,6% estão satisfeitos, 10,04% pouco satisfeitos e 8,6% estão muito satisfeitos.

No que se refere a prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao exercício da cidadania, 51,72% manifestaram-se satisfeitos com a prática dos professores, 34,44 estão razoavelmente satisfeitos e 13,72 estão muito satisfeitos.

Na identificação das ações do IFAL e dos seus professores em promoverem a sua percepção quanto ao exercício da cidadania, 50% dos alunos respondentes avaliaram como razoavelmente as ações do IFAL e dos seus professores promovem a sua percepção quanto ao exercício da cidadania, enquanto que 44,82% assinalaram plenamente e 5,18% consignaram como sendo timidamente.

Quanto à expressão como identificados cidadãos plenos de direitos e deveres consagrados constitucionalmente, 46,55% dos alunos respondentes se consideram plenamente cidadão de direitos e deveres, 39,65% razoavelmente e 13,8% timidamente.

Quanto às ações de inclusão promovidas pela instituição educacional estudada, observou-se que entre os alunos respondentes encontrou-se que para 60,71% o IFAL implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero, para 46,55% oferece apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem, para 44,82% promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral, para 34,65% promove a inclusão por meio de ações de

respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 28,66% promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 27,58% promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade e para 17,24% promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Na avaliação dos conteúdos ministrados sobre inclusão na sala de aula, 56,89% dos alunos respondentes estão satisfeitos quanto aos conteúdos ministrados, 18,46% estão razoavelmente satisfeitos, 17,74% estão muito satisfeitos e 6,9% estão pouco satisfeitos.

No que se refere à prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao processo de inclusão, 55,17% dos respondentes encontram-se satisfeitos, enquanto 29,32% deles estão razoavelmente satisfeitos e 15,15% estão muito satisfeitos.

Quanto às ações do IFAL e dos seus professores em promoverem a sua percepção quanto à inclusão, 48,27% dos alunos respondentes avaliam como razoável, enquanto 36,02% assinalaram plenamente e 15,53% identificaram como timidamente.

Em referência à identificação como incluído social e educacionalmente, 51,77% dos alunos respondentes identificam-se como incluído social e educacionalmente, enquanto 36,29% razoavelmente e 12,08% timidamente.

No que concerne às ações do IFAL relativas à preparação ao trabalho, apurou-se que para 75,86% dos alunos respondentes o IFAL promove a orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 51,72% promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho, para 50% promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade, para 36,52% promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania e para 29,31% atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Na avaliação do IFAL acerca da preparação para o trabalho entre alunos, 37,98% dos alunos respondentes estão satisfeitos, enquanto 36,2% estão muito satisfeito, 20,68% razoavelmente satisfeitos e 5,09% pouco satisfeitos.

Na avaliação da prática dos professores no que concerne à sua preparação para o trabalho, 37,93% dos alunos respondentes avaliaram como muito satisfeitos com a prática dos professores, enquanto 34,48% estão satisfeitos, 15,51% razoavelmente satisfeitos e 12,08% pouco satisfeitos.

Com relação à percepção dos seus colegas quanto à preparação para o trabalho, 41,37% dos alunos respondentes encontram-se razoavelmente satisfeitos com a percepção dos seus colegas, enquanto 27,58% encontram-se satisfeitos, 20,17% pouco satisfeitos e 10,34% muito satisfeitos.

No que diz respeito a se encontrar preparado para atuar no trabalho, 53,44% dos alunos respondentes encontram-se razoavelmente preparado para atuar no trabalho, enquanto 31,03% plenamente e 8,6% timidamente preparados.

Com relação à Educação Profissional de Nível Médio do IFAL, 46,55% dos alunos respondentes a manifestação de que se a Educação Profissional de Nível Médio do IFAL, a seu ver, promove o exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos seus alunos, enquanto para 36,2% razoavelmente e para 13,79% timidamente.

Com relação a estar cômico do exercício da sua cidadania, sente-se incluído e se encontra apto para desempenho profissional do trabalho, tendo em vista os conteúdos ministrados e ações desenvolvidas pelo IFAL neste sentido, 50% dos alunos respondentes se encontram razoavelmente cômicos, enquanto 40% plenamente e 10% timidamente.

Observou-se, portanto, que com relação ao objetivo geral de identificar as propostas do IFAL para o desenvolvimento da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional de Nível Médio, a instituição tem promovido a pluralidade de ideias no que concerne ao respeito às diferenças por meio de gestão democrática, integradora e participativa com canal aberto para o diálogo e interação com os envolvidos, de forma solidária, cooperativa e de respeito mútuo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral, buscando elevar a autoestima e desenvolver habilidades, capacidades criativas e inovadoras para o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre alunos e comunidade, com levantamento das questões locais e discussão dos problemas por parte dos gestores e professores, bem como acesso de todos por meio de uma intervenção participativa.

No que concerne ao objetivo específico em determinar as ações que o IFAL desenvolve para a cidadania na Educação Profissional de Nível Médio, observou-se a promoção da pluralidade de ideias e da solidariedade por meio de atividades baseadas nos temas transversais

com debates e eventos, além da tomada de decisão coletivizada, com o objetivo de instaurar uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.

Em referência ao objetivo específico na identificação de ações que o IFAL desenvolve concernentes à inclusão na Educação Profissional de Nível Médio, a instituição promove a ações de respeito às diferenças e às capacidades, inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência na superação das dificuldades com acesso e mobilidade capazes de romper barreiras físicas, oferecendo apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem, ações curriculares de atitudes e avaliações de forma compromissada com a inclusão por meio de uma pedagogia das diferenças e a cultura do aprender a conviver com as diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Atinente ao objetivo específico voltado para verificação de ações que o IFAL desenvolve para preparação do trabalho na Educação Profissional de Nível Médio, observou-se que a instituição atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade; promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania; promove a formação e treinamento para atuação profissional; promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho; e promove a preparação do trabalho por meio de ações de orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade.

No que concerne à observação efetuada entre professores e alunos do IFAL, resultou apurado conforme expresso no quadro a seguir:

QUADRO XL – PERCPEÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS

PROFESSORES	ALUNOS
Os professores desenvolvem atividades pedagógicas de forma planejada e com competência, havendo necessidade de desenvolvimento por parte da gestão de atividades relativas à cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, em forma de treinamento e qualificação	A realização de atividades que utilizem os temas transversais e atividades extracurriculares compreendendo a abordagem de temas como a cidadania, preparação para o trabalho e inclusão, devem ser planejadas pela gestão com os professores, destinadas a melhor assimilação das temáticas por parte dos alunos.

Fonte: Pesquisa do Autor, 2018.

Tendo-se efetuado a análise dos dados apurados, passa-se para as considerações finais do estudo realizado.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

O presente estudo teve por objetivo geral analisar a trajetória da Educação Profissional de nível médio do IFAL/Campus Maragogi, na promoção do exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, tratando desde a sua fundação como Escola de Aprendizes e Artífices, por meio do Decreto 7566, de 23 de setembro de 1909, passando por suas diversas nomenclaturas até chegar ao Instituto Federal de Educação, em Alagoas, por meio da Lei 11892/2008, de 20 de dezembro de 2008 e, por consequência a Portal/IFAL 868/2010, de 20 de julho de 2010, instituindo o campus Maragogi.

No marco teórico procurou-se investigar os antecedentes para formalização da base teórica, acerca da expressão conceitual e históricas da educação profissional diante dos novos paradigmas da contemporaneidade, encontrando-se essa modalidade educacional, atendendo às exigências da atualidade e à recomendação da Unesco de 1962 de ensino geral assegurando o desenvolvimento da personalidade, o caráter e as faculdades da compreensão, do julgamento, da expressão e adaptação do educando, voltando-se para a formação e qualificação do indivíduo visando seu melhor desempenho nas atividades profissionais. Em visto disso passou a ser desenvolvida em vários níveis, dependendo do grau de informações básicas e/ou especializadas necessárias ao desempenho de atividade caracterizada como ocupação singular.

Pelas previsões constitucionais e infraconstitucionais vigentes no Brasil, encontrou-se no art. 42 da LDB que as escolas técnicas e profissionais, incluindo-se os Institutos Federais de Educação, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade, além de qualificar tecnicamente o aluno para uma atividade laboral.

Assim sendo, conforme a LDB, a educação profissional será desenvolvida nos níveis básico, destinado a trabalhadores jovens e adultos, independente de escolaridade, com o objetivo de qualificar e requalificar. Também será desenvolvida em nível técnico, para alunos jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica em 11 anos. E, por fim, em nível tecnológico de formação superior, tanto de graduação, como de pós-graduação, a jovens e adultos.

A partir disso, observou-se as articulações existentes entre a formação profissional no contexto educacional brasileiro, tratando da abordagem de que forma a educação profissional foi desenvolvida no Brasil, desde assegurar condições dignas para órfãos e desvalidos, até assumir, com a edição do Decreto 5154/2004 e da Lei 11.741/08, a dimensão do universo e da prática dessa modalidade educacional, no sentido de ofertar formação inicial e continuada de trabalhadores por meio de educação profissional técnica de nível médio, objeto do presente estudo.

Evidenciou-se, portanto, a articulação da educação profissional com a formação, o trabalho, o emprego, a ciência e a tecnologia, bem como capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização educacional, objetivando, conforme o diploma legal vigente, o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Procurou-se, então, analisar as diretrizes e parâmetros curriculares da educação profissional de nível médio estão assentados, conforme revisão da literatura efetuada, envolvendo as áreas de agropecuária, artes, comércio, comunicação, construção civil, design, geomática, gestão, imagem profissional, indústria, informática, lazer e desenvolvimento social, meio ambiente, mineração, química, recursos pesqueiros, saúde, telecomunicações, transportes, turismo e hospitalidade, atendendo, por sua vez, aos princípios da LDB vigente da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Verificou-se com a edição da Lei 11.741/08, a educação profissional técnica de nível médio passou a ser aplicada de forma articulada ou subsequente ao ensino médio, ou seja, articulada com o ensino médio para os estão cursando esse ensino, e de forma subsequente para quem já concluiu essa etapa de estudos, como também, há que se observar que a forma integrada será oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno, enquanto que a concomitante será oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando.

Com isso, evidenciou-se o levantamento da trajetória e a realidade da gestão da Educação Profissional de nível médio no IFAL/Campus Maragogi, encontrando-se que o

referido campus possui uma atividade recente, pois foi implantado oficialmente em meados de 2010, por meio de convenio firmado entre o IFAL, a Prefeitura de Maragogi e a Fundação Costa dos Corais (Fundec), com a possibilidade de funcionamento de apenas três salas de aula, mais duas salas destinadas para administração e recepção. Com a sua instalação em sede provisória, houve ampliação na estrutura com criação de diretoria e coordenadoria, promovendo processo seletivo de contemplação de estudantes.

Verificou-se que o citado campus Maragogi atende estudantes das regiões Mata Norte e Litoral Norte de Alagoas, bem como cidades interioranas do vizinho estado de Pernambuco, que foram atendidos inicialmente nos cursos de Agroecologia e Hospedagem nos turnos matutinos e vespertinos.

No marco metodológico e em obediência aos objetos geral e específicos do presente estudo, procurou-se observar a percepção dos professores e alunos do IFAL/Campus Maragogi acerca dos propósitos educacionais para o exercício da cidadania, inclusão social e formação profissional.

Por meio do instrumento questionários dos Apêndices I e II, efetuou-se análise acerca da percepção de professores e alunos da instituição estudada, observando-se a temática da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho nas ações institucionais.

Entre os professores detectou-se acerca questão atinente à cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, expressão da maioria entre satisfeitos e muito satisfeitos quanto às ações desenvolvidas pela instituição.

Da mesma, entre os estudantes foi detectada igualmente a maioria revelando-se entre satisfeitos e muito satisfeitos quanto às ações promovidas pela instituição no tocante à cidadania, inclusão e preparação para o trabalho.

Com isso, o presente estudo problematizou a questão de que forma dá-se o desenvolvimento da educação profissional de Nível Médio no IFAL/Maragogi, no tocante ao exercício de cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, identificando-se quais as ações em desenvolvimento e a percepção dos professores e alunos a esse respeito.

Constatou-se, com isso, o respeito ao ditames expressos na Constituição Federal vigente e as previsões da LDB 9394/96, observando-se as qualidades essenciais do educador para sua prática pedagógica, estão na capacidade de solidarizar-se com os educandos, na disposição de encarar dificuldades como desafios estimulantes, na confiança da capacidade de todos de aprender e ensinar, procurando, assim, conhecer seus educandos, suas expectativas, sua cultura, as características e problemas de seu entorno próximo, suas necessidades de aprendizagem, buscando conhecer cada vez melhor os conteúdos a serem ensinados, atualizando-se

constantemente, refletindo permanentemente sobre sua prática, buscando os meios de aperfeiçoá-la, sensibilizando-se para trabalhar com a diversidade, e, como prática, além de favorecer a autonomia dos educandos, estimulá-los a avaliar constantemente seus progressos e suas carências, ajudá-los a tomar consciência de como a aprendizagem se realiza.

Assim, referente às exigências e requisitos para a Educação Profissional técnica de nível médio no IFAL promova a cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, observou-se os esforços despendidos, envolvendo a contemplação de estudantes das regiões Mata Norte e Litoral Norte de Alagoas, bem como de cidades do interior do vizinho estado pernambucano, na tentativa de cumprir os aspectos legais de atribuições, missão, metas, objetivos e finalidades da instituição no desenvolvimento da modalidade educacional que se propõe.

Dessa forma, verificou-se que o IFAL;Maragogi desenvolve a Educação Profissional de nível médio no que tange às articulações da cidadania, inclusão social e preparação para o trabalho, reafirmando que as atividades ainda estão em processo para amplitude da proposta educacional de promoção do exercício da cidadania, preparação para o trabalho e inclusão social por meio da possibilidade de emprego e renda.

Fecha-se, com isso, a defesa hipotética de que a educação brasileira está pautada na promoção da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho e de que estes são indispensáveis para uma eficiente e eficaz Educação profissional de nível médio, tendo por base as previsões constitucionais e a LDB vigente, inspirados nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana, definindo-se como dever do Estado e da família e, por finalidade, desenvolver o educando de forma a prepará-lo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tem-se, portanto, que a educação possibilita o processo de formação do cidadão para que participe cômico dos ideais democráticos, bem como da alteridade e solidariedade humanas, em atendimento das exigências contemporâneas e na .preparação das novas e futuras gerações, habilitadas e qualificadas para as demandas da vida cotidiana, que inclui o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

5.2. Recomendações

Tendo em vista a identificação no IFAL de ações voltadas à promoção de pluralidade de ideias no que concerne ao respeito às diferenças por meio de gestão democrática, integradora

e participativa; canal aberto para o diálogo e interação com os envolvidos, de forma solidária, cooperativa e de respeito mútuo; ações voltadas para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral; busca pela elevação da autoestima e desenvolver habilidades, capacidades criativas e inovadoras para o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre alunos e comunidade; levantamento das questões locais e discussão dos problemas por parte dos gestores e professores; promoção do acesso de todos por meio de uma intervenção participativa; tomada de decisão coletivizada, com o objetivo de instaurar uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente; realizações de respeito às diferenças e às capacidades, inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência na superação das dificuldades com acesso e mobilidade capazes de romper barreiras físicas, oferecendo apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem, ações curriculares de atitudes e avaliações de forma compromissada com a inclusão por meio de uma pedagogia das diferenças e a cultura do aprender a conviver com as diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade; atuação em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade; promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania; promove a formação e treinamento para atuação profissional; promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho; e promove a preparação do trabalho por meio de ações de orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade; enfim, ações voltadas para o desenvolvimento da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho na Educação Profissional de Nível Médio, passa-se, portanto, para as sugestões e recomendações.

As recomendações endereçadas à Diretoria do Campus Maragogi do IFAL e ao Reitor do IFAL, sugerem:

Para atendimento das considerações dos professores, sugere-se a realização de treinamento e qualificação do corpo docente no que tange às temáticas da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho;

Promoção de pesquisa e projetos de extensão que contemplem o envolvimento de professores e alunos nas temáticas da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho;

Treinamento e qualificação quanto a contribuição dos temas transversais para o exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho;

Promoção de atividades pedagógicas, culturais e artísticas extracurriculares que contemplem o envolvimento de professores e alunos quanto às temáticas da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho.

Reitere-se, portanto, a importância dos temas transversais na promoção do exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho, observando-se que estes precisam ser melhores implementados pelos professores, acrescidos, portanto, de atividades de pesquisa e extensão a respeito de tais temas e suas contribuições para a questão da temática abordada, bem como de atividades extracurriculares no sentido proporcionar vivência aos envolvidos na instituição educacional.

Acrescentem-se às sugestões supra, a permanente promoção de gestão democrática e participativa, envolvendo servidores, alunos e comunidade no sentido de melhor atender ao público-alvo e integrando a comunidade nos processos decisórios; melhorias na estrutura viabilizando conforto e bem-estar para alunos, professores e servidores, dotando o ambiente de infraestrutura adequada para atendimento das exigências legais e atribuições da instituição; instrumentalização por meio de treinamentos e qualificação dos professores com enfoque aos conteúdos requeridos para participar efetivamente da formulação e execução do projeto pedagógico da escola, mantida a especificidade da área ou disciplina do ensino, qualificando-o para trabalhar com conteúdos diferenciados dentro do corpo prioritário de conteúdos gerais e básicos. Isto é, elaboração de uma estratégia que sinalize na direção de desenhos de capacitação diversificados, flexíveis e regionalizados, visando a construção de consensos. Dessa forma a capacitação de docentes poderá ser realizada em serviço, qualificando-os para o quefazer constituinte da pedagogia problematizadora buscando a excelência do ensino. Já a estratégia utilizada para tal poderá ser focalizada no programa de ensino, vez que estes devem trabalhar em sala de aula e, por conseguinte, não se submeterão ao incômodo de ter que se adaptar a um novo ambiente qualquer. Tudo evidenciando a importância da formação do professor no seu papel e prática pedagógica; bem como treinamento e qualificação para os demais servidores da instituição, adotando-se a mesma estratégia enfocada para o corpo docente.

REFERÊNCIAS

- Alagoas. (2009). **Plano de desenvolvimento institucional 2009-2013**. Maceio: IFAL.
- _____. (2018). **Plano de desenvolvimento institucional 2014-2018**. Maceio: IFAL.
- _____. (2018b). Orientação Normativa nº 02/PRPI/IFAL, de 26 de abril de 2018 - Estabelece orientações sobre a Política de Ações Afirmativas para negras/os, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência, nos Cursos de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu* no âmbito do Instituto Federal de Alagoas. Disponível em <http://www.pesquisa.ifal.edu.br/documentos/outros/orientacao-normativa-acoes-afirmativas-ifal-prpi/view>. Acesso em 20 abr 2018.
- Alvarenga, E. (2010). **Metodologia da Investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos**. Gráfica Fas. Assunção-PY.
- Arantes, V. (2007). **A construção de relações e espaços democráticos no âmbito escolar**. Brasília: MEC/SEB.
- Araújo, R. (2007). Trabalho, educação e formação profissional na contemporaneidade: os impactos das políticas do governo FHC sobre a educação profissional paraense. In: Mercado, L.; Cavalcante, M. A. (Org.). **Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa**. Maceió: Edufal.
- Arroyo, M. (1999). **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez.
- Barros, M. (2006). **A contribuição da participação sociopolítica no desenvolvimento do turismo sustentável no município de Maragogi, Alagoas**. Maceió: UFAL, 2006.
- _____. (2018). **Fatores para inclusão no mercado de trabalho: educação, cidadania e desenvolvimento das qualidades pessoas**. Disponível em <http://www.ftec.com.br/empresajr/revista/autor/pdf/mauricio1.pdf>. Acesso em 20 mai 2018.
- Biachetti, R. (1996). **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez.
- Bonan, I. (2010). **Da Escola de Aprendizes Artífices, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909-2009): cem anos de história do ensino profissionalizante em Alagoas**. Maceió: Edufal.
- Bonfim, D. (1998). **Pedagogia no treinamento: correntes pedagógicas no treinamento empresarial**. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Brasil. (1999). **Parametros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMT.
- _____. (1999b). **Parecer CNE/CEB 16/99**. Brasília: MEC.
- _____. (2002). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva.
- _____. (2007). **Educação Profissional de Nível Médio integrada ao Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEPT.
- _____. (2018). **Parecer CNE/CEB 16/99 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf. Acesso em 20 mai 2018.
- _____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Senado Federal.

- _____. (2007). **Ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- _____. (2007b). **A educação profissional de nível médio**: Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento base. Brasília, dezembro de 2007.
- _____. (2006). **Educação profissional técnica de nível médio no censo escolar**. Brasília: INEP.
- _____. (2001). **Educação Profissional** Legislação Básica. Brasília: MEC.
- _____. (2000). **A Construção da Proposta Pedagógica do SENAC** Rio de Janeiro: SENAC.
- _____. (2008). Educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC.
- Carneiro, M. (1998). **LDB fácil: leitura critico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, J.;Sesti, A.; Andrade, J.; Santos, L.; Tibério, W. **Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania**: dos conceitos às ações. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a04v30n3.pdf>. Acesso 15 fev 2018.
- Cavalcanti, C.; Strozzi, G. (2008). **Democratização do ensino no Brasil**: Reflexões sobre inclusão digital e direitos humanos. São Paulo: Open Praxis.
- Craidy, C. (1998). LDB: sua significação para a educação nacional. São Paulo: **Pátio**, II-5: 19-31, mai-jul, 1998.
- Delors, J. (1999) **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez/MEC/UNESCO.
- Delval, J. (2001) **Aprender na vida e aprender na escola**. Porto Alegre: Artmed.
- Dornas, R. (1997). **Diretrizes e bases da educação nacional - LDB**: comentários e anotações. Belo Horizonte: Modelo Editorial.
- Duarte, R. (2012). **Integração entre professores, não-docentes, alunos, família e comunidade no processo educacional do Ifal**. Paraguay: Assunção, 2012.
- _____. (2001). **Profissionais da educação**: o não-docente na instituição educativa. João Pessoa: UFPB.
- Franco, L.; Sauerbronn, S. (1984). **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR.
- Freitag, B. (180). **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes.
- Gadotti, M. (2000). **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed.
- IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009/2013**. Maceió: Ifal, 2009.
- _____. (2009b). **Estatuto**, versão de 28 de setembro de 2009. Maceió: IFAL.
- IFAL/MARAGOGI. **Relatório de gestão** Campus Maragogi:20 de julho/31 de dezembro 2010. Maragogi/AL; IFAL, 2012.
- _____. **Perfil do corpo discente do Ifal/Maragogi**. Maragogi/AL: Ifal, 2010.
- Kuenzer, A. (1988). **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez.

- _____. (1997). **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez.
- _____. (1998). As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: **Gestão democrática da educação**. São Paulo: Cortez, 1998.
- Lodi, L. (2003). **Ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: MEC/SEDH/SEIF/ SEMTEC/ SEED.
- Lodi, L.; Araújo, U. (2007). **Escola, democracia e cidadania**. Brasília: MEC/SEB.
- Machado, L. (2018). **Cidadania e direito**. Disponível em <http://blogdotataritaritata.blogspot.com.br/2009/01/eita-espanha-t-danado-hem.html>. Acesso em 10 abr 2018.
- Machado, L. (2018b). **Cidadania e dignidade humana**. Disponível em <http://blogdotataritaritata.blogspot.com.br/2008/10/tataritaritat-no-orkut.html>. Acesso em 10 abr 2018.
- Machado, L. (2018c). **Educação especial, PNE e inclusão**. Disponível em <http://blogdotataritaritata.blogspot.com.br/2009/10/tataritaritata-nitolino-na-bienal-do.html>. Acesso em 10 abr 2018.
- Martins, M. (2000). **Ensino técnico e globalização**: polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Autores Associados.
- Munhoz, I.; Melo-Silva, L. (2018). **Preparação para o trabalho na legislação educacional brasileira e educação para carreira**. Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n2/a12v16n2.pdf>. Acesso em 20 abr 2018.
- Nogueira, V. (2009). Educação profissional técnica de nível médio. **T&C Amazônia**, Ano VII, Número 16, Fevereiro de 2009.
- Oliveira, J. (1998). A nova LDB. São Paulo: **Pátio**, II-5: 27-28, mai-jul, 1998.
- Ozmon, H.; Craver, S.. (2004). **Fundamentos filosóficos da educação**. Porto Alegre: Artmed.
- Pacheco, E. (2012). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: proposta de diretrizes curriculares nacionais. Brasília: SETEC/MEC.
- Porchmann, M. (2018). **Educação e trabalho**: como desenvolver uma relação virtuosa? Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>. Acesso em 14 jan 2018.
- Portela, J. (2018). **Relação**: educação, trabalho e cidadania. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0918T.PDF>. Acesso em 20 mai 2018.
- Ramalho E. (2000). **Lazer: um estudo de caso no Cefet-AL**. João Pessoa: UFPB.
- Ribeiro, M. (2006). Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, Campinas (SP), vol. 27, n. 94, jan./abr. 2006, p. 155-178.
- Romanelli, O. (1991). **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, D. (2008). **Educação profissional de nível médio**: formação para a cidadania ou emancipação humana? Rio de Janeiro: UERJ.
- Santos Júnior, C.; Silva, J.; Gobbis, M. (2018). **Inclusão digital e cidadania**: estudo de caso do projeto de extensão Informatizar para Incluir – Campus Maceió. Disponível em <http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/extifal/article/view/176/129>. Acesso em 20 abr 2018.

- Saviani, D. (1997). **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. São Paulo: Autores Associados.
- _____. (1996). **Educação Brasileira**: estrutura e sistema. São Paulo: Autores Associados.
- Silva, C. (2009). **Institutos Federais – Lei 11.892, de 19/12/2008 – Comentários e reflexões**. Brasília: IFRN.
- Vieira, A.; Oliveira, C.; Dias Júnior, M. (2018). **Projeto de inclusão digital e social com alunos de escolas públicas de Arapiraca com a utilização de softwares livres: uma experiência com o Proinfo-Livre**. Disponível em <http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/extifal/article/download/165/118>. Acesso em 20 abr 2018.
- Virote, S. (2009). **A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: implicações das mudanças legais no Governo Lula para o IFG** Universidade Católica de Goiás. Goiânia.
- Xavier, M. (1994). **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD.
- Zambom, F.; Araújo, F. (2018). **Cidadania em contexto escolar**: concepções e práticas. III Jornada de Didáticas Desafios para Docência, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatica%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/CIDADANIA%20EM%20CONTEXTO%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em 20 abr 2018.
- Zanata, C.; Treviso, V. (2018). **Inclusão escolar**: conquistas e desafios. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade. Disponível em <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/40/25042016154154.pdf>. Acesso em 20 abr 2018.

APÊNDICES

Apêndice I. Questionário professores

QUESTIONÁRIO (PROFESSORES)

1 Quais ações você identifica como promovidas pelo IFAL no que se refere ao exercício da cidadania?

- () Promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.
- () Promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora;
- () Promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Outras. Quais? _____

2 Com relação à inclusão, quais as ações identificadas nas práticas do IFAL?

- () Promove a inclusão por meio de ações de respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Oferece apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem;
- () Promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral.

() Implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero.

() Outras. Quais? _____

3 No que concerne à preparação ao trabalho, que ações são identificadas nas práticas do IFAL?

() Promove a orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade;

() Promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho;

() Promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade;

() Promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania;

() Atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade;

() Outras. Quais? _____

4 Você é professor no IFAL a quanto tempo?

() Menos de um ano

() De 1 a 5 anos

() De 5 a 10 anos

() Há mais de 10 anos

5 Qual a sua avaliação do IFAL concernente ao desenvolvimento do exercício da cidadania entre os alunos?

() Muito Satisfeito

() Satisfeito

() Razoavelmente satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

6 Como você avalia a sua prática pedagógica no que concerne ao desenvolvimento do exercício da cidadania entre os seus alunos?

() Muito Satisfeito

() Satisfeito

() Razoavelmente satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

7 Como você avalia a percepção dos seus alunos no tocante ao exercício da cidadania?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

8 A seu ver os seus alunos se identificam como cidadãos?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

9 Os temas transversais contribuem para uma melhor percepção dos alunos quanto ao exercício da cidadania?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

10 Qual a sua avaliação do IFAL com relação à Educação Inclusiva?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

11 Qual a sua avaliação do IFAL concernente ao processo de inclusão entre os alunos?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

12 Como você avalia a sua prática pedagógica no que concerne à percepção inclusiva entre os seus alunos?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

13 Como você avalia a percepção dos seus alunos no tocante à inclusão?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito

- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

14 A seu ver os seus alunos se identificam como incluídos?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

15 Qual a sua avaliação do IFAL com relação à Educação Inclusiva?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

16 Qual a sua avaliação do IFAL concernente à preparação para o trabalho entre os alunos?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

17 Como você avalia a sua prática pedagógica no que concerne à preparação para o trabalho entre os seus alunos?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

18 Como você avalia a percepção dos seus alunos quanto à preparação para o trabalho?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

19 A seu ver os seus alunos se identificam como preparados para o trabalho?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

20 Educação Profissional de Nível Médio do IFAL promove o exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos seus alunos?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

21 Que considerações você teria a acrescentar com relação às atividades do IFAL no que concerne ao exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho dos alunos?

Apêndice II. Questionário alunos

QUESTIONÁRIO (ALUNOS)

1 Quais ações você identifica como promovidas pelo IFAL no que se refere ao exercício da cidadania?

- () Promove a participação e o exercício de direitos e deveres sociais, civis e políticos entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a solidariedade, a cooperação e o respeito ao outro, entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove o diálogo como forma de mediação nos conflitos entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Tomada de decisão coletivizada com a ouvida de gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a pluralidade de ideias no respeito às diferenças por meio de uma educação voltada para uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente.
- () Promove a integração e a interação entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove acesso de todos por meio de uma intervenção participativa que envolva gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Apresenta um projeto educacional capaz de elevar a autoestima, despertar habilidades e desenvolver capacidades dos alunos de forma criativa e inovadora;
- () Promove o levantamento das questões atinentes aos problemas locais com buscas de solução com debates entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Apresenta canal aberto de comunicação que estabeleça diálogo e interação entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Outras. Quais? _____

2 Com relação à inclusão, quais as ações identificadas nas práticas do IFAL?

- () Promove a inclusão por meio de ações de respeito às diferenças e às capacidades, promovendo uma pedagogia das diferenças entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a superação das dificuldades com promoção de acesso e mobilidade com ações que rompam barreiras físicas e promova a integração entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Oferece apoio psicopedagógico aos discentes e professores diante dos problemas que envolvam o processo de ensino-aprendizagem;
- () Promove ações curriculares de atitudes e avaliações que contemplem o processo de inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a inserção, atenção, cuidado e assistência às pessoas com deficiência de forma compromissada com a inclusão entre gestores, professores, alunos e comunidade;
- () Promove a inovação e o aperfeiçoamento do processo educativo, assegurando uma gestão democrática realizada no coletivo, voltada para melhorias na acessibilidade arquitetônica, educacional, comunicacional e atitudinal tanto no espaço escolar, como na comunidade em geral.

() Implementa Política de Diversidade e Inclusão, promovendo a cultura da educação do aprender a conviver com as diferenças, com questões de inclusão dos estudantes com deficiência, das políticas afirmativas e das temáticas de gênero.

() Outras. Quais? _____

3 No que concerne à preparação ao trabalho, que ações são identificadas nas práticas do IFAL?

() Promove a orientação profissional e preparação para a carreiras por meio de incentivo às potencialidades de desenvolvimento, a geração e transferência de tecnologias entre gestores, professores, alunos e comunidade;

() Promove ações que evidenciem aos alunos o papel de produtores, consumidores e cidadãos com noções acerca do valor do trabalho como realização humana, conduções de produção e produto do trabalho;

() Promove a formação e treinamento para atuação profissional entre gestores, professores, alunos e comunidade;

() Promove a construção da carreira embasado no exercício da cidadania;

() Atua em favor do desenvolvimento local na perspectiva da construção da cidadania entre gestores, professores, alunos e comunidade;

() Outras. Quais? _____

4 Qual a sua avaliação quanto aos conteúdos ministrados na sala concernente a promover a sua percepção quanto ao exercício da cidadania?

() Muito Satisfeito

() Satisfeito

() Razoavelmente satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

5 Como você avalia a prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao exercício da cidadania?

() Muito Satisfeito

() Satisfeito

() Razoavelmente satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

6 As ações do IFAL e dos seus professores promovem a sua percepção quanto ao exercício da cidadania?

() Plenamente

() Razoavelmente

() Timidamente

() De forma alguma

7 Você se identifica como sendo cidadão pleno de direitos e deveres consagrados constitucionalmente?

() Plenamente

() Razoavelmente

() Timidamente

() De forma alguma

8 Qual a sua avaliação quanto aos conteúdos ministrados na sala de aula concernentes à inclusão?

() Muito Satisfeito

() Satisfeito

() Razoavelmente satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

9 Como você avalia a prática dos professores no tocante à sua percepção quanto ao processo de inclusão?

() Muito Satisfeito

() Satisfeito

() Razoavelmente satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

10 As ações do IFAL e dos seus professores promovem a sua percepção quanto à inclusão?

() Plenamente

() Razoavelmente

() Timidamente

() De forma alguma

11 Você se identifica como sendo incluído social e educacionalmente?

() Plenamente

() Razoavelmente

() Timidamente

() De forma alguma

12 Qual a sua avaliação do IFAL concernente à sua preparação para o trabalho?

() Muito Satisfeito

() Satisfeito

() Razoavelmente satisfeito

() Pouco satisfeito

() Insatisfeito

() Muito insatisfeito

13 Como você avalia a sua prática dos professores no que concerne à sua preparação para o trabalho?

() Muito Satisfeito

- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

14 Como você avalia a percepção dos seus colegas quanto à preparação para o trabalho?

- () Muito Satisfeito
- () Satisfeito
- () Razoavelmente satisfeito
- () Pouco satisfeito
- () Insatisfeito
- () Muito insatisfeito

15 A seu ver você está preparado para atuar no trabalho?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

16 Educação Profissional de Nível Médio do IFAL a seu ver promove o exercício da cidadania, a inclusão e a preparação para o trabalho dos seus alunos?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

17 Você está cômico do exercício da sua cidadania, sente-se incluído e se encontra apto para desempenho profissional do trabalho, tendo em vista os conteúdos ministrados e ações desenvolvidas pelo IFAL neste sentido?

- () Plenamente
- () Razoavelmente
- () Timidamente
- () De forma alguma

18 Que considerações você teria a acrescentar com relação às atividades do IFAL e de seus professores no que concerne ao exercício da cidadania, inclusão e preparação para o trabalho dos alunos?
